



**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
DE BASE COMUNITÁRIA, PARA O TERRITÓRIO  
DE INTERVENÇÃO DO GAL ADDLAP**

**CANDIDATURA À FASE DE PRÉ-  
QUALIFICAÇÃO**

**FEVEREIRO DE 2015**



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014 · 2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

A Europa Investe nas Zonas Rurais

## ÍNDICE

A. Vertente do DLBC .....	4
B. Tipologia e Limites do Território de Atuação .....	5
B.1. Identificação das Freguesias .....	5
B.2. Caracterização do Território de Atuação .....	5
B.3. Justificação para a Tipologia e Limites Apresentados.....	6
C. Caracterização da Parceria e Modelo Organizacional .....	8
C.1. Denominação da Parceria .....	8
C.2. Constituição da Parceria.....	8
C.3. Modelo Organizacional .....	8
C.4. Atividades já Realizadas pela Parceria / Responsável.....	9
C.5. Capacidade Financeira, Técnica e Material da Parceria .....	10
D. Diagnóstico da Situação do Território de Incidência .....	13
D.1. Caracterização Sociogeográfica.....	13
D.1.1. Ambiente e Biodiversidade .....	13
D.1.2. Dinâmica Demográfica .....	14
D.1.3. Potencial Humano.....	15
D.1.4. Dinâmica Empresarial e de Emprego .....	16
D.1.5. Dinâmica dos Setores de Atividade mais Relevantes .....	18
• Agricultura e floresta.....	18
• Atividade turística .....	20
• Indústria transformadora e comércio .....	20
D.1.6. Cultura, saúde, bem-estar e qualidade de vida .....	21
D.1.7. Artesanato e Património Construído .....	23
D.2. Contributos da Participação na Resposta a Questões Estratégicas Específicas e Transversais ao Desenvolvimento do Território de Atuação.....	24
D.3. Contributos da Participação para a Análise SWOT.....	25
E. Proposta de Estratégia e Resultados Esperados .....	27
E.1. Desafios e Objetivos Específicos .....	27
E.2. Proposta Macro de Estratégia.....	32
Estratégia de Especialização Inteligente (EEI-Centro).....	33
Plano de Ação Regional - CRER 2020.....	34

E.3. Resultados Esperados .....	36
F. Processo de Envolvimento com as Comunidades Locais .....	39
F.1. Ateliês Temáticos Participativos .....	39
F.1.1. Ateliês Temáticos Participativos.....	39
F.1.2. Brainstormings Setoriais e Locais .....	44
F.2. Implementação e Controlo da ELD .....	47
F.2.1. Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da ELD.....	47
F.2.2. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento e monitorização dos projetos e controlo da aderência a objetivos e metas .....	48
F.2.3. Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da ELD .....	49
F.2.4. Ações de animação e promoção do território de atuação.....	50
F.2.5. Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL e difundir resultados.....	53

## A. VERTENTE DO DLBC

A EDLBC 2014-2020 para o território de atuação da ADDLAP deverá assegurar a evolução da ELD em fase de encerramento, de forma a trabalhar o aprofundamento e a continuidade de um processo de desenvolvimento local que se quer ver crescer, sem ruturas desnecessárias, mas com a capacidade de se ajustar aos novos tempos e às novas orientações de política, bem como ao trabalho de participação já efetuado: entrevistas a “aliados” no território; ateliês temáticos participativos; auscultação a decisores políticos locais; *brainstormings* setoriais.

Esta 1ª Fase de estruturação da EDLBC está focada na “**pré-qualificação das parcerias**”, para posterior submissão de EDL, conforme se afirma às páginas 3 do Aviso de Concurso para a apresentação de candidaturas nº 02/2014, 1ª Fase – Pré-qualificação, 16.11.2014, e se depreende do peso atribuído às três dimensões de análise: A - Contributo para os resultados (30%); B – Qualidade da parceria (40%); C – Alinhamento com as estratégias regionais e sub-regionais (30%).

A candidatura à pré-qualificação da parceria deve estar suportada num documento que integre diferentes conteúdos e que obedeça a um normativo específico, objeto de clarificação em esclarecimento posterior ao Aviso (Concurso para a apresentação de candidaturas nº 02/2014. 1ª Fase – Orientações para a Submissão de Candidaturas, Jan. 2015).

Estamos perante uma DLBC de vertente rural, cujo foco temático é a **INTEGRAÇÃO URBANO-RURAL**, travejada pela boa conservação dos recursos do território (identitários e patrimoniais) e por uma cooperação interterritorial promotora do bem-estar geral, onde a prioridade ao emprego, à cultura, à educação e à saúde, à qualidade de vida em sentido lato, se assumem como oportunidades distintivas.

Um território de hospitalidade para quem o visita ou nele investe e/ou trabalha, mas também um território de criatividade empresarial, de criatividade cultural, de criatividade enquanto fator de manutenção e revitalização das culturas existentes (p.ex., folclore, cantares, lendas), de identidade territorial.

Qualquer Estratégia que pretenda dar visibilidade e promover o seu território ganha em promover as suas «marcas territoriais», neste caso **A TERRA, A AGUA, A SERRA E A FLORESTA**, ancorando-as numa logomarca e num slogan que lhes dê uma imagem mais atrativa e apetecível para residentes e visitantes.

“**RURAL-URBANO, ONDE A TRADIÇÃO GERA INOVAÇÃO**” será o *slogan* a equacionar para promover uma EDLBC que se pretende construtora de uma elevada carga anímica local, suportada numa logomarca que promova o desenvolvimento indivisível do território de atuação, centrado na «terra» que nos une e onde vivemos, na nossa «terra», e que demonstre a sua forte interligação, numa perspetiva de territórios-rede sustentados numa efetiva ação coletiva e na cooperação (Cf. figura 1, anexo I).

## B. TIPOLOGIA E LIMITES DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

### B.1. Identificação das Freguesias

A identificação das 53 freguesias que integram o território de atuação constam no quadro 1 (anexo I).

### B.2. Caracterização do Território de Atuação

O território, de tipologia rural, tem uma área de 1.267,71 km<sup>2</sup>, 4,5% da Região Centro e 36,3% da NUT III Dão-Lafões, engloba 5 municípios (Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, V. Nova de Paiva, Viseu e Vouzela (Cf. figura 2, anexo I) e um total de 53 freguesias (Cf. quadro 2, anexo I).

A paisagem distribui-se por 3 diferentes unidades, respetivamente, parte do Dão (Viseu), Lafões (S. Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Vouzela) e Alto Paiva (V. Nova de Paiva), estando fisicamente marcada pela “pedra e a água”, a “pedra” dos relevos imponentes como a Serra da Gralheira (1.120 m, concelho de S. Pedro do Sul), a Serra de Leomil (1.008 m, Vila Nova de Paiva) ou a Serra do Caramulo a sul (1.1071 m, Oliveira de Frades); a “água” da sua abundante rede hidrográfica, onde sobressaem os rios Vouga, Paiva (águas “menos poluídas da Europa”) e Dão.

Estamos perante um território marcado pelo **subsistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão**, fortemente polarizado pela cidade de Viseu, à volta da qual gravitam outras aglomerações urbanas (p.e. Mangualde, Tondela, Nelas e Sátão) e pequenos centros rurais como os que integram o território de atuação da ADDLAP, cujos habitantes estão diariamente ligados à cidade por força do trabalho, consumo ou uso de serviços coletivos. Viseu, sendo uma cidade média com uma dimensão relevante no contexto nacional, com uma localização privilegiada e com um forte dinamismo comercial e industrial, assume-se naturalmente como a “cabeça” deste território, que se pretende que tenha um desenvolvimento intermunicipal harmonioso, suportado na cooperação e nas redes.

Em termos de acessibilidades o território está razoavelmente bem articulado, quer com o litoral quer com a Espanha, sendo atravessado pelas autoestradas A25 - *Autoestrada das Beiras Litoral e Alta* que liga Aveiro a Vilar Formoso e A24 - *Autoestrada do Interior Norte* que liga Viseu a Vila Verde da Raia, estando ainda prevista a ligação para sul a Coimbra, atualmente assegurada pelo IP3. Esta rede viária principal é determinante para a afirmação estratégica do território e para a sua internacionalização, muito facilitada pela proximidade aos portos marítimos de Aveiro e de Leixões, bem como ao Aeroporto Internacional Francisco de Sá Carneiro, no Porto.

As acessibilidades mais interiores são asseguradas pela rede de estradas nacionais (p.e. EN 16 - S. Pedro do Sul – Vouzela) e regionais (p.e. ER16 - Oliveira de Frades – Vouzela; ER228 - Vouzela - Mortágua-IC12;

ER228 - Castro Daire - IP 3 - S. Pedro do Sul), a que se juntam itinerários complementares como o IC37 - Viseu (IP 5) - Nelas - Seia (IC 7) – Cf. Figura 3 (anexo I).

Todavia, basta percorrer a NUT III Dão-Lafões para se perceber que há ainda défice de mobilidade intrarregional, nomeadamente nas áreas de serra, o que acaba por se refletir nalguma fragilidade do seu crescimento económico, com os inevitáveis reflexos no desenvolvimento social.

No que concerne às acessibilidades ferroviárias, estamos perante um território com evidentes debilidades, servido pela linha da Beira Alta e com as estações de Mangualde, Nelas ou Santa Comba Dão a poderem assegurar a ligação com o transporte rodoviário, mas de uma forma insuficiente dada a distância das estações. A ausência de uma ligação ferroviária a Viseu, enquanto âncora territorial, é uma debilidade a colmatar.

Em relação ao transporte aéreo está neste momento a decorrer uma petição para transformar o Aeródromo Municipal Gonçalves Lobato, em Viseu, certificado em 2014 pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), num Aeroporto para Voos de Baixo Custo (*Low Cost*), que por certo será de grande utilidade para a acessibilidade aérea regional, de âmbito comercial e turístico.

### **B.3. Justificação para a Tipologia e Limites Apresentados**

A justificação para a escolha do território de atuação, de tipologia rural, prende-se com a própria história da Entidade e com o trabalho de desenvolvimento rural e local que nele tem vindo a desenvolver nos últimos 20 anos, com o apoio de uma parceria efetiva, diversificada e conhecedora do território e /ou dos setores em que intervêm.

Dos 5 concelhos que fazem parte da ADDLAP nem todas as freguesias integram o território de atuação, tendo sido excluídas do município de Viseu a União de Freguesias de Viseu, Ranhados e Rio de Loba, pelas suas características urbanas e do município de S Pedro do Sul as freguesias de Candal, Carvalhais, Covas do Rio, Manhouce, União de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, São Martinho das Moitas, Sul, por integrarem o território da ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras do Montemuro, Arada e Gralheira.

Em entrevistas a “aliados no território”, parceiros efetivos e parceiros potenciais, efetuadas por uma entidade externa, o trabalho da ADDLAP no território saiu relevado, ao considerarem que tem tido “*um papel importante de proximidade e de cooperação no tecido económico e social, tem conseguido passar uma mensagem de profunda ligação ao território, trazendo para o terreno projetos de ligação às autarquias e ao mundo local (empresas, pessoas, ...), bem como dado uma imagem que permite afirmar que é um pilar essencial na ligação às políticas territoriais no sentido do desenvolvimento*”.

Também as intervenções passadas justificam a manutenção deste território de atuação, no qual a ADDLAP tem participado em múltiplas iniciativas de nível local, em domínios díspares que enquadram o desenvolvimento sustentado e sustentável, intervindo na conceção, elaboração e implementação de estudos, projetos e planos promotores de desenvolvimento, na valorização e promoção dos produtos da terra, na conservação da natureza, na valorização e dinamização do património rural, cultural e etnográfico, na criação de infraestruturas recreativas, sociais, desportivas e culturais, no enoturismo e turismo ecológico, na dinamização de pequenas empresas em várias áreas, na manutenção da identidade territorial e na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

O reconhecimento da importância e da eficácia da ELD em fase de encerramento é mais uma justificação para que se considere adequada a manutenção do território de atuação, cuja única diferença foi a saída da freguesia de Rio de Loba, de Viseu, por estar classificada como urbana.

O trabalho de desenvolvimento rural que tem desenvolvido ao longo dos últimos 20 anos é ainda comprovado pela sua intervenção local apoiada em diversificados instrumentos de política, dos quais se salientam: LEADER II; LEADER +; PRODER -Abordagem LEADER; INTERREG II B Arco Atlântico; Centro Rural PDR, PIC Emprego Eixo Youthstart, Planos de Intervenção da Medida AGRIS e Contratos de Aldeia – Medida II.3 do PO Centro, PAMAF, POEFDS e POPH.

## C. CARATERIZAÇÃO DA PARCERIA E MODELO ORGANIZACIONAL

### C.1. Denominação da Parceria

GAL ADDLAP

### C.2. Constituição da Parceria

A parceria GAL ADDLAP é constituída por 67 entidades (Cf. Quadro 3, anexo I) representativas da dinâmica socio territorial e das atividades com maior relevância. Integra instituições que vão desde a administração pública local, ensino superior, básico e secundário, investigação, empresas e respetivas associações, agricultura e floresta, proteção do ambiente, turismo, cultura, desporto, saúde, património e apoio social.

Como grande parte dos parceiros são coletivos serão abrangidas, indiretamente, cerca de 24 mil pessoas. As entidades com maior representatividade são de apoio social 14% (CAE 88+87), agricultura (12%), administração pública (12%), educação (10%) e associações empresariais (Cf figura 4, anexo I). Além da agricultura, importa destacar as IPSS que são responsáveis pelo apoio social e consequente qualidade de vida das populações rurais, dado o envelhecimento da população. São elas que em muitos casos dinamizam atividades culturais e desportivas para a população sénior mas também para crianças e jovens criando, assim, emprego, tornando as áreas rurais mais inclusivas.

### C.3. Modelo Organizacional

Os órgãos de governação da EDLBC (Cf figura 5, anexo I) integram-se numa das seguintes categorias de acordo com a natureza das funções que exercem:

- a) Comissão de Acompanhamento Estratégico (CAE);
- b) Órgão de Gestão;

A CAE é um órgão de acompanhamento da EDLBC do GAL ADDLAP, assegurando a participação dos parceiros, identificando soluções e gerindo oportunidades, de forma a garantir que o Plano de Ação, e as eventuais alterações, se mantêm coerentes com a Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária aprovada.

Segundo o artigo 15º do regulamento compete à CAE:

- Definir as linhas de orientação da parceria (...);
- Interpretar e alterar o presente Regulamento;
- Avaliar e acompanhar a implementação da EDL;
- Determinar a dissolução da Parceria GAL ADDLAP (...);

- Aprovar a admissão de novos parceiros mediante proposta do Órgão de Gestão ou da Direção da ADDLAP (...);
- Aprovar a adesão da Parceria GAL ADDLAP a outras instituições de cariz associativo, mediante proposta do Órgão de Gestão ou Direção da ADDLAP (...);
- Substituir elementos que perderam a qualidade de parceiros ou que abandonaram a Parceria GAL ADDLAP e que compunham alguma das estruturas da Parceria, mediante proposta do Órgão de Gestão ou Direção da ADDLAP (...);
- Garantir a operacionalização das intervenções (...) aprovadas pela Parceria;
- Emitir pareceres e análises setoriais sobre todas as questões que lhe venham a ser colocadas pelos outros órgãos da Parceria.

Quanto ao **Órgão de Gestão** compete-lhe de acordo com o artigo 19º do regulamento da parceria:

- Garantir (...) a dinamização e gestão da EDL;
- Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação, e, se necessário, propor ao Conselho de Acompanhamento Estratégico, alterações na EDL(...);
- Representar a Parceria junto das autoridades nacionais e comunitárias (...).

Estes órgãos sociais e as respetivas atividades da parceria são assessorados pela Equipa Técnica Local (ETL), que funciona no âmbito da ADDLAP, e que é constituída por um coordenador que presta apoio ao órgão de gestão, e uma equipa técnica local multidisciplinar, organizada em dois departamentos.

Compete à **ETL**: prestar apoio técnico ao órgão de gestão e ao coordenador geral, designadamente elaborar o Manual de Procedimentos relativo ao processo de apresentação e análise dos pedidos de apoio, dos pedidos de pagamento, acompanhamento e execução das operações, e submetê-lo à aprovação do Órgão de Gestão; recolher e tratar dados estatísticos, físicos, financeiros e outros para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e estudos de avaliação; assegurar os procedimentos necessários à realização da avaliação contínua da ELD e preparar relatórios de execução.

Para garantir os princípios da transparência, da não discriminação, bem como prevenir eventuais conflitos de interesses, será elaborado um **regulamento interno** da parceria, cujos princípios se encontram vertidos no Regulamento da Parceria.

#### **C.4. Atividades já Realizadas pela Parceria / Responsável**

A ADDLAP tem realizado, sempre em parceria com diferentes agentes, múltiplas iniciativas com os seus parceiros, que se têm efetivado a nível local, regional, nacional e internacional em matéria de animação

e valorização do território. Neste âmbito salientamos a elaboração e implementação de estudos e projetos; a promoção do desenvolvimento sustentado; a valorização e promoção dos produtos da terra, do património; a criação de infraestruturas recreativas, sociais, desportivas e culturais; a dinamização das pequenas empresas em várias áreas e, em última análise, ao apoio à criação de emprego e à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

Só no último ciclo de programação a ADDLAP realizou, aproximadamente, 70 atividades com os seus parceiros, integradas em projetos de animação e aquisição de competências, de cooperação nacional e interterritorial, de formação e qualificação. Destas destacamos os “Espaços Terras”; as Feiras de Produtos, Fumeiro, Vitela de Lafões, Truta, Doce Vouzela, Festival do Feijão; implementação de roteiros temáticos, ambientais, religiosos “Descobertas de Fé” e “Apoio aos Caminhos de Santiago”; manifestações culturais, como sejam os “Jardins Efémeros” e “Janelas para a Comunidade”; ações de educação ambiental “Rio Convida” e “guião pedagógico”; bem como conferências, oficinas, salientando-se pelo impacto regional e nacional que tiveram, as comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar como o Congresso da Agricultura Familiar em Viseu.

Dada a multiplicidade de iniciativas, temos um público-alvo alargado, que inclui população em geral e grupos específicos, como, as camadas mais jovens, os turistas, os visitantes, os artistas – criativos, empresários, produtores agroalimentares, comunidade científica, escolar.

Estas iniciativas estão em alinhamento com as potencialidades sócio económicas e as amenidades locais que se traduzem nos domínios preconizados na estratégia: terra, floresta, empreendedorismo, inovação social, criatividade, cultura, turismo, inclusão, rotas e marcas do território.

Grande parte dos parceiros tem uma larga experiência na execução de projetos nacionais e comunitários, designadamente os municípios, as associações empresariais, as instituições de ensino, as entidades de apoio social, as associações de agricultores, as cooperativas e as entidades turísticas.

### *C.5. Capacidade Financeira, Técnica e Material da Parceria*

A ADDLAP apresenta uma capacidade financeira equilibrada. Atendendo ao último balancete disponível com reporte ao primeiro semestre de 2014, é de referir que a associação demonstra disponibilidade face aos compromissos, provenientes de quotas que para o ano de 2014 totalizavam cerca de 33.000,00€. Por ainda não ser ter realizado o fecho de contas, salienta-se que o valor do financiamento bancário espelhado nas contas do primeiro semestre de 2014 encontra-se liquidado. Para o próximo período de programação a ADDLAP apresenta capacidade financeira para cobrir as despesas de funcionamento praticamente até final de 2015, bem como conta com a integração de novos associados, pelo

que comparativamente ao período de programação anterior, a ADDLAP prevê um aumento de 10% nos rendimentos provenientes de quotas.

A equipa técnica que integra a ETL apresenta experiência na gestão e implementação de projetos nacionais, internacionais e de parcerias. É constituída por 7 técnicos e 1 coordenador geral (Cf quadro 4, anexo I), caracterizando-se por intervir e possuir conhecimentos técnicos em áreas diversificadas, tais como: gestão, planeamento, agricultura, ambiente, ação social, turismo, formação profissional e novas tecnologias de informação e comunicação.

É apoiada por um gabinete de contabilidade, através da prestação de serviços e assessoria nas áreas de contabilidade, gestão e fiscalidade. A ADDLAP dispõe de contabilidade organizada de acordo com as especificações do SNC, bem como uma contabilidade analítica definida de acordo com programas comunitários, tanto para o registo do financiamento recebido, como para o registo das despesas suportadas e das receitas obtidas. Neste contexto, a organização e arquivo de todos os documentos justificativos de movimentos financeiros permite preparar, de forma fidedigna, a informação financeira atualizada, a apresentar nos respetivos relatórios de execução às autoridades de gestão e acompanhamento.

Dispõe de **instalações** próprias com uma área total com 211,30 m<sup>2</sup>, na zona histórica de Viseu, compostas por gabinetes de trabalho técnico, espaços de espera e de atendimento ao público, espaço de apoio administrativo, arquivo e reprografia, sala de reuniões e espaços de suporte a atividades de animação da ELD e de aquisição de competências, que aliam a sua função básica à divulgação e valorização do território como sala de formação, sala de reuniões e arquivo de documentação/informação.

No âmbito da Rede Local de Animação e Promoção de Produtos Turísticos e Património dispõe de 4 espaços, designados “Terras” em parceria com Coopraízes e os Municípios de S. P. do Sul, V. N. de Paiva Vouzela e O. de Frades. Espaços multifacetados com condições e características adequadas à execução de diferentes atividades conducentes ao desenvolvimento do território e suas potencialidades permitindo, a realização de exposições e a promoção de produtos locais, por parte dos produtores e artesãos do território; promoção turística do território; execução de ações de educação ambiental; organização e realização de oficinas temáticas dedicadas a atividades e saberes-fazeres do mundo rural; formação e qualificação, através da disponibilização de um espaço para aprendizagem que permite aos seus associados, parceiros e outras entidades locais, o desenvolvimento de ações de sensibilização, formação e informação; e o desenvolvimento de outras iniciativas consideradas pertinentes para o seu território.

Para satisfazer necessidades pontuais, possui protocolos com todas as entidades parceiras, nomeadamente autarquias, IPSS’s, associações, cooperativas, para utilização de instalações (auditórios, cine teatros, espaços polivalentes, espaços recreativos) e respetivos equipamentos, (incluindo transportes).

Ao nível dos **equipamentos** dispõe, na sua sede, de rede informática; *hardware* e *software* devidamente atualizado, composto por 1 servidor, 7 postos de trabalho e 2 computadores portáteis; 7 postos para sala de formação, *software* legalizado; e ligação à Internet; meios áudio visuais: quadro cerâmico, 2 vídeos projetores e tela de projeção, retroprojetor, 2 televisores, máquina fotográfica digital, videogravador; rede móvel; central telefónica; 5 impressoras, com fotografia e outras funções; uma fotocopiadora digital multifunções; 1 veículo automóvel ligeiro; mobiliário.

## D. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DO TERRITÓRIO DE INCIDÊNCIA

### D.1. Caracterização Sociogeográfica

#### D.1.1. Ambiente e Biodiversidade

A qualidade do ambiente e a biodiversidade existente está bem patente para qualquer visitante que “mergulhe” neste território, destacando-se pela sua importância 2 Sítios de Importância Comunitária (SIC) que integram a Rede Natura, respetivamente:

- a) Sítio Cambarinho (PTCON0016) no concelho de Vouzela, uma área de 23,31 ha localizada na vertente Noroeste da serra do Caramulo. Atravessado pelo ribeiro de Cambarinho (subafluente do Vouga) e alguns pequenos tributários, apresenta solos de constituição granítica, integra a região biogeográfica mediterrânica e tem bosques residuais de carvalhos, pinhal, amieiros ripícolas, azevinho e uma das maiores populações portuguesas de loendro (Reserva Botânica de Cambarinho). As ameaças reconhecidas são os fogos florestais, o corte ou arranque de plantas de loendro, a sobrevisitação, a plantação intensiva de eucalipto e de pinheiro-bravo, aspetos que o município de Vouzela tenta minimizar com um ordenamento florestal cuidado e de controlo apertado.
- b) Sítio Rio Paiva (PTCON0059) envolve os concelhos de São Pedro do Sul (949 ha), Vila Nova de Paiva (1.912 ha) e Viseu (54 ha), 20,0% da área total do Sítio (14.561 ha), integrando igualmente a região biogeográfica mediterrânica. De formato linear, em conformidade com a estrutura do rio Paiva, tem no seu troço inicial matos, campos agrícolas, prados e carvalhais. O seu troço médio, em vale encaixado, evidencia nas encostas manchas de pinheiro e de eucalipto, matos, carvalhais e sobreiros. No troço final há um aumento da área de eucalipto e as vertentes têm uma boa densidade vegetal, denotando um carácter mais atlântico. Da fauna aquática salienta-se a toupeira-de-água, a lontra, o lagarto-de-água, a salamandra-lusitânica, a rã-ibérica e o tritão-marmorado. Das espécies piscícolas destacam-se a boga, uma das raras populações de mexilhões-rio e a truta. As principais ameaças são a invasão pelas acácias, a instalação de povoamentos monoculturais de eucaliptos e de pinheiro-bravo, a implementação de pequenos e grandes empreendimentos hidroelétricos, fogos, desportos todo-o-terreno, desportos aquáticos, construção de açudes, construções clandestinas, implantação de aviários e de pisciculturas.

A proposta de Macro Estratégia permite antever que se pretende o desenvolvimento de um conjunto de iniciativas para valorizar os espaços naturais e classificados do território, cuja gestão deverá ter um bom nível de sustentabilidade e ser uma boa prática transferível para as restantes áreas do território, ancorada numa pedagogia local que permita às populações compreenderem que os Sítios da Rede Natura

são uma oportunidade e não uma condicionante ao desenvolvimento. A integração dos valores naturais como meta que permita a valorização da floresta, apoiada na criação de infraestruturas de visita-ção/receção/educação, é uma preocupação que deve fazer parte de um plano de gestão da rede de espaços naturais e classificados, com uma coordenação intermunicipal que confira uma lógica integrada ao território.

#### D.1.2. Dinâmica Demográfica

Em termos demográficos, para além do município de Viseu que registou um crescimento da população nas freguesias afetas ao território de atuação de 3,3% de 2001 para 2011 (Cf. quadro 5, anexo I), a que não será estranha a “força” da cidade refletida no seu epíteto de “*melhor cidade para se viver*”, estamos perante um território com fragilidades demográficas significativas, de que se destacam as perdas de população em Vila Nova de Paiva (- 15,7%) e em Vouzela (- 11,3%), ocupando Vila Nova de Paiva a 11ª posição nos municípios com maiores perdas populacionais no Continente (municípios do interior liderados por Alcoutim com -23,2%). Em termos globais estamos perante um território que viu a sua população reduzir-se em 1,7% no período censitário considerado, um valor superior ao da Região Centro (- 0,9%), mas significativamente inferior ao da Sub-região Dão-Lafões (-3,2%), o que revela possibilidades para potenciar a atratividade e reverter o ciclo de perda, sendo por isso imprescindível promover ações tendentes a reter a fuga dos jovens.

É também Viseu que regista as maiores densidades populacionais, de 125,4 hab/km<sup>2</sup> em 2001 e de 129,5 hab/km<sup>2</sup> em 2011, valores muito superiores à Sub-região (82,1 hab/km<sup>2</sup> e 79,5 hab/km<sup>2</sup>) e à Região (83,3 hab/km<sup>2</sup> e 82,5 hab/km<sup>2</sup>). Vila Nova de Paiva evidencia a sua característica de território de muito baixa densidade, com valores de 34,6 hab/km<sup>2</sup> em 2001 e 29,2 hab/km<sup>2</sup> em 2011, seguido de São Pedro do Sul (46,3 hab/km<sup>2</sup> e 42,3 hab/km<sup>2</sup>).

Oliveira de Frades é o município com menor perda de população (-3,1%) e, a seguir a Viseu, com os maiores valores de densidade populacional (71,8% em 2001 e 69,6% em 2011) por força da sua dinâmica empresarial. A densidade populacional no território de atuação da ADDLAP evidenciou um ligeiro decréscimo, passando de 79,6% em 2001 para 78,3% em 2011.

Das 53 freguesias que constituem o território (Cf. quadro 6, anexo I), apenas 9 (17%) tiveram um crescimento demográfico positivo, localizadas nos concelhos de Oliveira de Frades e de Viseu, encontrando-se neste último os valores extremos (40% em Mundão; 0,8% em Orgens). A União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães teve um crescimento de 16,7%. As perdas superiores a 20% registaram-se em S. Pedro do Sul (-21,0% em Pinho; -20,5% em Figueiredo de Alva; -20,1% em Valadares) e Vila Nova de Paiva (-26,4% no Touro). As menores perdas por concelho foram de -0,1% na União

das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita (Viseu) e de -1,4% na União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões (S. Pedro do Sul).

Também as densidades populacionais revelavam assimetrias significativas em 2011. As maiores registaram-se em Abraveses – Viseu (714,6 hab/km<sup>2</sup>), União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões (271,1 hab/km<sup>2</sup>), União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães (170,3 hab/km<sup>2</sup>) e União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues – Vouzela (147,5 hab/km<sup>2</sup>). As menores densidades ocorreram em Bordonhos – S. Pedro do Sul (3,6 hab/km<sup>2</sup>), Queiriga – Vila Nova de Paiva (16,2 hab/km<sup>2</sup>), Fornelo do Monte – Vouzela (18,9 hab/km<sup>2</sup>), Cota – Viseu (24,0 hab/km<sup>2</sup>) e União das Freguesias de Destriz e Reigoso – Oliveira de Frades (26,9 hab/km<sup>2</sup>).

A estrutura etária dos residentes (Cf. quadro 7, anexo I) revela sinais preocupantes de envelhecimento, se atendermos ao peso significativo das pessoas com 65 e mais anos, que se acentuou desde 2001. Se baixarmos a escala de análise às freguesias, a população com 65 e mais anos domina na União das Freguesias de Arca e Varzielas (29,9%) e São João da Serra (29,4%) – Oliveira de Frades; Pindelo dos Milagres (30,5%) e Valadares (30,1%) – S. Pedro do Sul; Queiriga (43,0%) e Touro (25,3%) – Vila Nova de Paiva; Cota (41,2%), União das Freguesias de Barreiros e Cepões (30,7%), São Pedro de France (30,7%) – Viseu.

O índice de envelhecimento concelhio (Cf. quadro 8, anexo I) faz sobressair, em apenas 12 anos (2001-2013), o envelhecimento galopante que ocorreu em Vouzela (151,0 para 236,5), São Pedro do Sul (155,3 para 219,3) e Vila Nova de Paiva (133,9 para 206,9), concelhos onde é naturalmente mais elevado o índice de dependência de idosos (Cf. quadro 8, anexo I), que no território da ADDLAP tem maior expressão nas seguintes freguesias (Cf. quadro 9, anexo I): Arca (54,6) – Oliveira de Frades; Pindelo dos Milagres (52,2%), Serrazes (50,3%) – São Pedro do Sul; Fráguas (104,1), Queiriga (88,9) – Vila Nova de Paiva; Cota (79,3), Farminhão (56,5), Cepões (56,2), São Pedro de France (53,4), Lordosa (52,6) – Viseu; Fornelo do Monte (89,2), Carvalhal de Vermilhas (71,4), Ventosa (53,4) – Vouzela.

Dos indicadores apresentados no quadro 8 (anexo I) releva-se, ainda, pelo seu grande significado demográfico, a elevada redução da taxa bruta de natalidade entre 2001 e 2013 nos concelhos com maior envelhecimento (9,1‰ para 4,9‰ em Vouzela; 11,0‰ para 5,0‰ em Vila Nova de Paiva; 7,7‰ para 5,8‰ em São Pedro do Sul).

### D.1.3. Potencial Humano

O potencial humano é uma prioridade nacional com foco na superação do défice estrutural de qualificações da população, na promoção do conhecimento científico, inovação e modernização do tecido pro-

ditivo, na estimulação da criação e qualificação do emprego e na promoção da igualdade de oportunidades.

A taxa de analfabetismo (Cf. quadro 10, anexo I), apesar da redução desde 2001, continua em 2011 a ter um peso muito significativo em de V. Nova de Paiva (12,4%), onde duplica o valor do Continente (5,2%) e o da Região Centro (6,4%), bem como em São Pedro do Sul (9,1%). Viseu, com 5,4%, surge mais uma vez em destaque, apresentando um valor similar ao do Continente, mas mais favorável se atendermos ao género, pois a taxa de analfabetismo masculina era de 3,2% em 2011. É o género que justifica os maiores desequilíbrios nesta variável, tendo em conta a manutenção dos valores excessivamente elevados da taxa de analfabetismo feminina em 2011 (15,6% em Vila Nova de Paiva; 12,5% em São Pedro do Sul).

Em termos de freguesias (Cf. quadro 11, anexo I), as menores taxas de analfabetismo em 2011 estavam em Repeses (2,6%) e Mundão (3,2%) – Viseu; Vouzela (3,2%) e Paços de Vilharigues (3,4%) – Vouzela e Oliveira de Frades (3,7%). As taxas mais elevadas registaram-se Queiriga (20,8%) e Vila Cova à Coelheira (16,4%) – Vila Nova de Paiva; Cota (20,4%) e Cepões (17,4%) – Viseu.

Todavia, se atendermos à taxa de abandono escolar (Cf. quadro 12, anexo I), verifica-se que são os municípios com maiores fragilidades na maior parte dos indicadores (Vila Nova de Paiva, São Pedro do Sul, Vouzela) que têm em 2011 os valores mais favoráveis, por comparação com os restantes, com a Região Centro (1,4%) e com a Sub-região Dão-Lafões (1,4%), com destaque para Vouzela (0,3%) e para Vila Nova de Paiva (0,6%).

Relativamente à taxa de abandono escolar a década em análise evidencia um evidente esforço para manter os alunos no sistema de ensino, o que por certo terá tido reflexo na taxa de transição/conclusão do Ensino Secundário, com valores mais elevados em S. Pedro do Sul (88,9%) e Vouzela (83,6%) - Cf. quadro 13, anexo I.

#### **D.1.4. Dinâmica Empresarial e de Emprego**

A dinâmica empresarial nos concelhos acompanha de perto a da Sub-região e a da Região (Cf. quadro 14, anexo I), registando-se de 2007 para 2012 o desaparecimento de empresas de diferentes ramos de atividade, o que se traduziu numa variação total negativa com menor expressão no território de atuação (-8,9%).

Os ramos de atividade com variação positiva mais significativa são os que se relacionam diretamente com melhorias nos serviços básicos, como é o caso da “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” (180,0%), “Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição” (62,5%, valor muito superior ao da Sub-região e da Região) e “Atividades de saúde humana e

apoio social” (21,8%). As “Atividades de informação e de comunicação” (15,8%), em comparação com a Sub-região e a Região, apresentaram também um crescimento interessante de 2007 para 2012.

Entre as atividades com variação negativa destacam-se as mais diretamente relacionadas com a crise económica, como as “Indústrias extrativas” (-42,1%, valor muito superior ao da Sub-região e da Região), a “Construção” (-25,8%, um valor inferior ao Região), a “Educação” (-17,3%), o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (-13,0%) e as “Indústrias transformadoras” (-11,3%). Também as “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, apesar de muito valorizadas localmente, perderam 10,4% de empresas, um valor superior ao da Sub-região (-8,5%) e da Região (-2,6%).

As atividades com maior representatividade em 2012 eram o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (com destaque em Viseu, São Pedro do Sul e Oliveira de Frades), a “Construção” (São Pedro do Sul, Vouzela), a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (São Pedro do Sul, Vouzela), as “Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares” (Viseu), as “Atividades de saúde humana e apoio social” (Viseu), as “Atividades administrativas e dos serviços de apoio” (Viseu). As “Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas”, já referidas anteriormente, estavam mais representadas em Viseu com 211 empresas.

Atendendo ao volume de negócios das empresas por concelho, em 2012 (Cf. quadro 15, anexo I), as atividades económicas mais distintivas são praticamente as mesmas que foram anteriormente referidas: a “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca” (Vouzela), “Indústrias transformadoras” (sobretudo Oliveira de Frades e Viseu), “Construção” (Viseu), “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (Viseu, Oliveira de Frades), “Atividades de saúde humana e apoio social” (Viseu).

No que concerne à variação da taxa de atividade por concelho, entre 2001 e 2011 (Cf. quadro 16, anexo I), apenas se registou um crescimento de 2,3% em Oliveira de Frades. As reduções mais evidentes verificaram-se em São Pedro do Sul (-1,7%) e Vila Nova de Paiva (-1,6%). Foi também Oliveira de Frades que apresentou a menor taxa de desemprego em 2011 (8,7%), seguida de Vouzela (9,9%). Vila Nova de Paiva registou a maior taxa (13,5%).

De 2001 para 2011 a variação da taxa de desemprego foi muito significativa em Portugal, passando de 4,0% para 12,7% (16,2% em 2013), segundo a PORDATA. No território de atuação, por freguesias, encontram-se valores mais favoráveis em 2011 (Cf. quadro 17, anexo I), como é o caso de Sejães (2,9%) – Oliveira de Frades, Fráguas (0,0% - explicação no quadro 17, anexo I) e Pendilhe (5,4%) – Vila Nova de Paiva ou Campia (5,8%) – Vouzela. As 3 maiores taxas de desemprego verificaram-se em Figueiredo de

Alva (21,5%) – São Pedro do Sul, Carvalhal de Vermilhas (21,2%) – Vouzela e Couto de Baixo (19,4% - Viseu).

A análise da variação do número de desempregados inscritos nos Centros de Emprego em Maio de 2014 (Cf. quadro 18, anexo I) replica o modelo regional e nacional do maior número de desempregados: «sexo feminino - à procura de novo emprego - na classe dos 35 aos 54 anos - com escolaridade de nível Básico e Secundário».

#### D.1.5. Dinâmica dos Setores de Atividade mais Relevantes

- **Agricultura e floresta**

A análise da “Variação do nº de explorações segundo o tipo de utilização de terras” (Cf. quadro 19, no anexo I) evidencia que, em dez anos (1999-2009), desapareceu um significativo número de explorações no território de atuação da ADDLAP (- 29,9%), o que se traduziu em menos 2.750 explorações e menos 10.336 ha. A SAU teve um recuo de 3.636 ha e as “matas e florestas sem culturas sob coberto” de 6.114 ha. A dimensão média das explorações agrícolas (4,2 ha) apresenta um valor próximo do verificado na Sub-região Dão-Lafões (4,4 ha), mas muito inferior ao da Região Centro (8,4 ha) e do país.

A análise da “Variação das explorações com culturas permanentes entre 1999 e 2009” (Cf. quadro 20, no anexo I) permite destacar o crescimento de explorações com olival (+ 3,0%), citrinos (+ 5,4%), frutos de casca rija (+ 24,2%) e frutos subtropicais (+ 31,3%). As maiores desafetações verificaram-se na vinha (- 50%) e nas outras culturas permanentes (- 79,3%), o que determinou um recuo de - 38,9% no total de explorações (- 18,4 ha), um valor preocupante se atendermos às potencialidades existentes.

Todavia, a “Variação das explorações com culturas temporárias” (Cf. quadro 21, no anexo I) reflete uma situação mais favorável, se atendermos a que houve uma perda de 35,5% de explorações (- 46,9 ha), por oposição aos -39,1% de explorações da sub-região Dão-Lafões (-50,9 ha) e aos -50,9% de explorações da Região Centro (-38,4 ha). As culturas que registaram maiores perdas em termos de ocupação do solo foram a Batata (-78,9 ha), as Leguminosas secas para grão (-73,7 ha) e as Culturas hortícolas (-73,2 ha).

Na “Variação do nº de explorações agrícolas com efetivos animais, por espécie, entre 1999-2009” (Cf. quadro 22, no anexo I), as maiores perdas registaram-se na criação de bovinos (-60,9%), de suínos (- 56,5%) e de equídeos (-54,4%), enquanto as menores perdas incidiram nos ovinos (-24,0%), nos caprinos (-30,2%) e nas aves (-34,3%), facto que não será estranho ao preço da carne e a uma pedagogia para uma alimentação mais saudável.

Quanto à “Proporção do pessoal ao serviço (%) nas empresas na CAE agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, em relação ao total” (Cf. quadro 23, anexo I), de 2008 para 2012

não houve uma oscilação significativa, tendo-se mesmo registado um incremento de pessoal nos concelhos de Vouzela (+ 1,8%) e São Pedro do Sul (1,3%).

As Explorações Agrícolas Familiares (EAF) continuam a ter uma importância significativa no território de atuação da ADDLAP. Todavia, a população agrícola familiar entre 1999 e 2009 teve uma redução evidente, mas alinhada com a sub-região e a região (Cf. quadro 24, anexo I). Atendendo ao peso da população agrícola familiar na população residente (Cf. quadro 25, anexo I), regista-se também uma perda de efetivos entre 1999 e 2009, com destaque para Vila Nova de Paiva (- 21,8%) e Oliveira de Frades (- 17,0%).

Quanto à “Variação do nº de explorações agrícolas com mão-de-obra familiar” (Cf. quadro 26, anexo I), o território teve uma perda claramente inferior à da Região Centro, estando em sintonia com a sub-região. Em termos de variação intermunicipal, a maior redução no número de explorações ocorreu em Vila Nova de Paiva (-43,6%), Viseu (-33,7%) e Vouzela (-31,6%).

Relativamente à estrutura etária da população agrícola familiar (Cf. quadro 27, anexo I) mantém-se o elevado peso de trabalhadores com 65 e mais anos, que oscila entre 26,6% em Oliveira de Frades e 35,8% em Viseu. Contudo, se alargarmos a classe etária aos trabalhadores com 55 e mais anos, é evidente a grande dependência da agricultura familiar de mão-de-obra mais idosa, que ultrapassa os 50% em São Pedro do Sul, Viseu e Vouzela.

Também a escolaridade (Cf. quadro 28, anexo I) é um indicador a investir, se pretendemos melhorar a inovação, a comercialização, a gestão e a produção. Nos 5 concelhos, “a população agrícola sem escolaridade e com o 1º ciclo” ultrapassa sempre os 60%, registando-se os maiores valores em Vila Nova de Paiva e Viseu, ambos com 65,6%, um perfil de escolaridade que acompanha o que se verifica na Região e na Sub-região. Apesar de estarmos perante um cenário de escolaridade menos favorável, releva-se o envolvimento de população com escolaridade de nível superior, com maior significado em Viseu (6,9% - superior à Região e à Sub-região), São Pedro do Sul (4,3%) e Vouzela (4,2%).

A floresta é de extrema importância na área de atuação da ADDLAP, quer para a qualidade ambiental quer para o turismo, havendo um significativo contraste territorial na “Área dos usos do solo (ha)” (Cf. quadro 29, anexo I) entre Oliveira de Frades (70,0% de floresta) e Vila Nova de Paiva (49,9% de matos). A área com floresta é superior aos 50,0% em São Pedro do Sul, Viseu e Vouzela. Em termos de espécies dominantes (Cf. quadro 30, anexo I) evidencia-se claramente a área de pinheiro bravo (66,9%), seguida da do eucalipto (18,9%) e dos carvalhos (8,9%). O significativo peso de matos na área total (23,2%) é uma condicionante territorial a ter em conta, tanto mais que em 2013, considerando a distribuição de áreas ardidas em Portugal Continental, foram as áreas de matos as mais afetadas pelos incêndios. O pinhal-bravo e o eucalipto foram as duas ocupações mais afetadas pelos incêndios.

- **Atividade turística**

O território em causa tem condições propícias a uma oferta turística diversificada nos domínios do turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, de saúde e TER, apesar de carecer de uma articulação entre operadores/promotores turísticos no domínio das permutas que diminuam as perdas de efetivos e de uma estruturação de pacotes integrados que permitam valorizar diferentes ofertas, de uma forma criativa e inovadora, o que remete para novas dinâmicas de promoção, onde as NTIC desempenham a montante um papel fundamental na atração “virtual”.

Atendendo ao “Nº de estabelecimentos hoteleiros segundo o tipo de estabelecimento” (Cf. quadro 31, anexo I) verifica-se que de 2007 para 2012 houve nos concelhos do território da ADDLAP um crescimento significativo de hotéis (+38,5%), acompanhando a tendência da Sub-região (+52,4%) e da Região (+62,6%), o que permitiu que em termos absolutos a Região Centro ficasse com mais 97 unidades em apenas 6 anos (mais 12 na Sub-região e mais 5 no território da ADDLAP). Todavia, os estabelecimentos de menor dimensão, como as “pensões”, tiveram uma taxa de mortalidade de 30,8% na área de intervenção (26,1% na Sub-região; 41,7% na região).

A análise de diferentes indicadores (Cf. quadro 32, anexo I) revela uma situação tendencialmente mais favorável para São Pedro do Sul e para Viseu. Em São Pedro do Sul registou-se, entre 2007 – 2013, um ligeiro aumento da estada média de hóspedes estrangeiros e um aumento da capacidade de alojamento por 1000 habitantes. Apesar do aumento da “Proporção de hóspedes estrangeiros” ter sido em Viseu superior mesmo à Sub-região (23,6% contra 16,2%), o “Número de Dormidas em estabelecimentos hoteleiros por 100 habitantes” teve em Viseu uma das maiores reduções registada (182,7 dormidas por 100 habitantes em 2007, por oposição aos 137,7 registados em 2013).

Relativamente às “Empresas na CAE do Alojamento e Restauração” registadas em 2007 e 2012, houve um decréscimo de -7,7% no território de atuação da ADDLAP, por influência das perdas no ramo de atividade da “Restauração e similares (-9,3%) – Cf. quadro 33, anexo I. O VAB destas empresas denotou uma diminuição acentuada de -20,0%, apesar de inferior ao valor da Região Centro (-33,2%) – Cf. quadro 34, anexo I. Todavia, quando se atende ao “Pessoal ao serviço nas Empresas na CAE do Alojamento e Restauração” (Cf. quadro 35, anexo I) e independentemente das perdas assinaladas, foi também na “Restauração e similares” que se verificou o maior incremento de pessoal ao serviço (+10,4%).

- **Indústria transformadora e comércio**

Relativamente à variação das “Empresas no ramo de atividade da indústria transformadora” (Cf. quadro 36, anexo I), entre 2007 e 2012, ocorreu igualmente um desinvestimento (-11,3% na área de intervenção; -15,4% na Sub-região; -17,8% na Região), menos significativo no território da ADDLAP.

Atendendo aos ramos de atividade destaca-se o crescimento da “indústria das bebidas” (+47,1%), com um valor francamente superior ao da Sub-região (+4,9%) e da Região (+4,5%). Nos 24 ramos de atividade, apenas mais 3 registaram crescimento, respetivamente, “Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos” (21,9%), “Fabricação de equipamento elétrico” (11,1%) e “Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis” (11,1%). As maiores perdas registaram-se na “Fabricação de pasta de papel, de cartão e seus artigos” (-37,5%), “Fabricação de mobiliário e de colchões” (-27,1%), “Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas” (-23,5%) e “Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria” (-22,0%).

Das 5 atividades que mais contribuíram para o VAB das empresas da indústria transformadora da área de intervenção (Cf. quadro 37, anexo I), destaca-se a “Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos” (27,6%) e as “Indústrias alimentares” (15,0%).

Relativamente às “Empresas na CAE do Comércio” (Cf. quadro 38, anexo I), as maiores perdas entre 2007 e 2012 ocorreram nos ramos do “Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos” (-14,1%) e no “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” (-13,0%). Também nestes ramos de atividade o território da ADDLAP teve perdas inferiores às da Sub-região e da Região.

#### **D.1.6. Cultura, saúde, bem-estar e qualidade de vida**

Em termos de infraestruturas básicas de apoio à cultura, o território de atuação tem uma boa cobertura de museus, distinguindo-se: Oliveira de Frades (Museu Municipal de Oliveira de Frades); São Pedro do Sul (Museu das Termas de São Pedro do Sul); Vila Nova de Paiva (Museu Arqueológico do Alto Paiva; Museu Rural Pendilhe); Viseu (Casa-Museu de Almeida Moreira, Ecomuseu do Rancho Folclórico de Torredeita, Museu de Arte Sacra Tesouro da Sé, Museu de Grão Vasco, Museu do Quartzo, Museu Etnográfico da Várzea de Calde/Núcleo Museológico Casa de Lavoura e Oficina do Linho, Museu Etnográfico de Passos de Silgueiros, Museu Etnográfico de Vila Chã de Sá, Museu do Regimento de Infantaria nº 14), Vouzela (Museu Municipal de Vouzela). Também o número de galerias de arte permite aos residentes e aos visitantes o acesso a diferentes produtos culturais, com distinção para a maior oferta existente no concelho de Viseu (4 Montras - espaço de divulgação de novos artistas, onde se expõem esculturas, pinturas e peças de joalheria; Galeria da Sé - exposições de escultura e de pintura, divulgação do trabalho de novos artistas plásticos; Galeria de Arte Contemporânea).

Para além destas infraestruturas há ainda uma oferta cultural e de lazer diversificada, nomeadamente a Feira de São Mateus (Viseu); o Festival Aéreo de Viseu; os Jardins Efémeros (evento realizado em Viseu e

que pretende dar nova vida à cidade - *okupar a cidade* - através “*de artes e ideias, espetáculos, exposições e debates, comunicação e sociabilidade urbanas*”); a Feira do Fumeiro do Demo e o Festival da Truta de Vila Nova de Paiva; a Mostra Gastronómica na Capital Nacional do Frango do Campo, em Oliveira de Frades (mostra gastronómica do frango, conjugada com uma diversidade de espetáculos e atrações culturais, desde a música ao desporto); Doce Vouzela, em Vouzela; Festival de Vitela, em Vouzela.

No que concerne à saúde, na sua vertente mais natural, no território de atuação da ADDLAP estão localizadas duas unidades termais, as Termas de São Pedro do Sul e as Termas de Alcafache. A utilização das águas termais das primeiras, com fins curativos e de bem-estar, remetem para o período castrejo, apesar dos vestígios mais evidentes da sua utilização remontarem ao período da ocupação romana e aos reis D. Afonso Henriques e D. Manuel I, que mandou construir o Hospital Real das Caldas Lafonenses. Só depois da Implantação da República é que se passaram a denominar Termas de São Pedro do Sul.

Com águas de reação muito alcalina, bicarbonatada, carbonatada, fluoretada, sulfidratada sódica e fortemente silicatada, especialmente indicadas para o tratamento de doenças reumatológicas, das vias respiratórias e nas áreas da medicina física e de reabilitação, as Termas de São Pedro do Sul têm os balneários D. Afonso Henriques e rainha D. Amélia, onde são disponibilizados os mais modernos equipamentos e técnicas de tratamento e de bem-estar. Segundo o Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Termalístur - Termas de S. Pedro do Sul E.E.M., a empresa municipal que assegura a sua gestão desde 2004, o número de aquistas sofreu uma ligeira quebra de 2012 para 2013, passando de 16.567 para 14.710, o que reflete também a influência da crise económica no domínio da saúde e do bem-estar.

As Termas Sulfurosas de Alcafache funcionam desde 1962 e têm vindo, progressivamente, a adaptar-se às novas tendências do mercado do bem-estar. Para além do termalismo clássico, nos domínios da reumatologia e doenças músculo-esqueléticas, pneumologia e otorrinolaringologia, curas de desintoxicação antisstress e anti fadiga, disponibilizam ainda tratamentos de massagem sensorial com velas, vinoterapia e algoterapia, garantindo a inovação e a abertura a novos públicos.

O acesso às redes de infraestruturas básicas é condição essencial para que um território esteja preparado para novos desafios de desenvolvimento. Segundo os dados do Anuário Estatístico da Região Centro 2013, verifica-se um investimento significativo com a gestão de resíduos no território de atuação (242.691 euros por 1.000 habitantes), mais evidente em Oliveira de Frades (27,2%) e Vila Nova de Paiva (24,5%). No que concerne à proteção da biodiversidade e da paisagem é o município de Vouzela que afeta a maior verba (56.890 euros por 1.000 habitantes), seguido de Oliveira de Frades (10.661 euros por 1.000 habitantes). A recolha de resíduos urbanos por habitante tem uma elevada similitude intermunicipal (291 a 380 kg/habitante), destacando-se Viseu (22,9%) e Oliveira de Frades (20,1%) – Cf. quadro 39, anexo I. Atendendo ao tipo de recolha e de destino dos resíduos, a consulta do Anuário Estatísti-

co da Região Centro – 2013 permite concluir que estes vão sobretudo para os aterros 44.554 t (73,5% em Viseu e 10,6% em São Pedro do Sul).

O sistema de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (RSU) é da responsabilidade da Associação de Municípios do Planalto Beirão. Sediada em Tondela (Borrhal), é neste Concelho que se localiza o Centro de Tratamento de RSU do Planalto Beirão. O número de ecopontos é manifestamente superior em Viseu e São Pedro do Sul. Na reciclagem por habitante distingue-se Viseu devido à maior concentração de população: vidro (11.5 kg/hab./ano); papel/cartão (13.4 kg/hab./ano); plástico/metálico (5.0 kg/hab./ano) – Cf. quadro 40, anexo I.

No que concerne à qualidade das águas para consumo humano (Cf. quadro 41, anexo I) o nível de segurança está centrado entre os 95,7% (São Pedro do Sul) e os 98,9% (Viseu), um valor de confiança muito significativo (97,2% na Sub-região e 98,2% na Região). As análises regulamentares obrigatórias têm maior incidência em São Pedro do Sul (30%) e Vouzela (23,7%).

#### **D.1.7. Artesanato e Património Construído**

Os inúmeros exemplares com interesse cultural relevante (histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico), entre os bens que integram o imenso património do território de atuação da ADDLAP, são o testemunho de diferentes vivências, que marcam a identidade e o sentimento de pertença, onde os valores de memória, a raridade, a singularidade ou exemplaridade têm um papel determinante.

Tendo em conta a informação da Direção Geral do Património Cultural - DGPC, regista-se no território da ADDLAP a presença de um valiosíssimo espólio de património arquitetónico e arqueológico classificado (Cf. quadro 42, anexo I), quer monumentos nacionais (p. e. Anta pintada de Antelas - Oliveira de Frades; Castro de Nossa Senhora da Guia – São Pedro do Sul; Orca dos Juncais ou Anta da Queiriga – Vila Nova de Paiva; Sé de Viseu – Viseu; Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Assunção – Vouzela), quer imóveis de interesse público (p. e. Pelourinho de Oliveira de Frades; Palácio de Reriz – São Pedro do Sul; Pelourinho de Vila Cova à Coelheira – Vila Nova de Paiva; Capela de Nossa Senhora da Vitória – Viseu; Ruínas do Castelo de Vilharigues – Vouzela) ou imóveis de interesse municipal (Solar dos Peixotos, Casa do Conselheiro Afonso de Melo, Casa do Loureiro – Viseu).

O património cultural tem também expressão identitária na gastronomia e no artesanato. Na gastronomia, rica e variada, destacam-se os sabores da Sopa da Beira ou do Caldo Verde, das Migas à Lagareiro, do Arroz de Carqueja, do Rancho à Moda de Viseu, da Vitela Assada à Moda de Lafões, do Bacalhau ou do Polvo Assados à Lagareiro, do Cabrito Assado, do Arroz de Lampreia, das Trutas do Paiva, do Arroz de Pato, do Presunto, dos Enchidos (morcela, chouriça, farinheira), etc. Em termos de doçaria destacam-se

o leite-creme ou Arroz Doce à Moda da Aldeia, o Pudim de Requeijão ou de Pão, as Papas de Milho, os Pastéis de Vouzela, as Castanhas de Ovos de Viseu, os Caçoilinhos do Vouga, os Beijinhos, as Cavacas, etc.

No artesanato, igualmente variado, mas em risco por não existir uma política de valorização e transmissão destes saberes-fazer, destacam-se os trabalhos de bordados, cestaria, cantaria, cortiça, esteiras, ferro forjado, latoaria, olaria, tapeçaria de linho, tecelagem, etc.

### **D.2. Contributos da Participação na Resposta a Questões Estratégicas Específicas e Transversais ao Desenvolvimento do Território de Atuação**

Entre 7 e 10 de Outubro de 2014, como estratégia de sensibilização e de promoção da participação para o DLBC, a ADDLAP promoveu com o apoio de uma equipa externa a realização de 5 *Ateliês Temáticos Participativos*, 1 por concelho, onde, entre outros aspetos explicitados no *Ponto F - Processo de Envolvimento com as Comunidades Locais*, solicitou a um total de 59 pessoas de diferentes Entidades parceiras («aliados» no território), que refletissem de forma organizada e em grupo sobre o presente e o futuro do território da ADDLAP, na perspetiva do apoio ao diagnóstico em curso e à definição da visão que a parceria preconiza no médio prazo, reflexão dirigida para 16 “questões estratégicas específicas” e 8 “questões estratégicas transversais” subordinadas aos processos de desenvolvimento local-rural, bem como para apoio na conceção da Análise SWOT.

As “questões estratégicas específicas” incidiram em 5 Eixos com potencialidade para facilitar a organização da futura Estratégia e assegurar a continuidade da atual, enriquecendo-a e adaptando-a às novas exigências políticas e socioeconómicas. No quadro 43 (anexo I) sintetizam-se as sugestões dos participantes, de elevada relevância para a estruturação da Macro Estratégia que se apresenta.

Em todos os Eixos, igualmente domínios temáticos dos ateliês, houve uma questão comum: a necessidade de compreender a visão dos parceiros sobre a competitividade existente no território. No «diagrama da competitividade territorial» (Cf. figura 6, anexo I) relevam-se alguns fatores distintivos referidos, tais como: parcerias culturais; riqueza patrimonial; gastronomia e doçaria; energias renováveis; termalismo; hospitalidade; biodiversidade; fileiras emergentes; paisagem; saúde e bem-estar.

As respostas às 8 “questões estratégicas transversais” (Cf. quadro 44, anexo I) permite, num “*tabuleiro de cenários de futuro*” (Cf. figura 7, anexo I), com diferentes combinações possíveis, apresentar diferentes visões do desenvolvimento local visto por dentro, com base em 3 respostas consideradas mais relevantes a cada uma das questões colocadas. Entre os cenários possíveis destaca-se a composição “**Convocar a comunidade para participar em projetos que valorizem a identidade local - Ter uma marca do território assumida entre todos - Formar recursos humanos com competências e sensibilidade - Criar e**

**reforçar laços de confiança - Promover a interação entre escola, universidade e setores alvo da ação - Criar uma rede de inovação - Identificar parceiros e motivar o seu envolvimento à volta de uma ideia com valor - Mobilizar recursos locais para a implantação de pequenos negócios”**

O trabalho nos ateliês permitiu, também, a recolha de informação sobre 11 “preocupações estratégicas estruturantes” do desenvolvimento do território (CF. quadro 45, anexo I), das quais se destacam: i) Imprescindível envolvimento dos empresários ao nível da educação e da cultura; ii) ganho de vantagens competitivas através do trabalho em rede ao longo das fileiras ou a cooperação intermunicipal; iii) Ter o conhecimento como suporte da qualidade empresarial, uma questão diretamente relacionada com a capacidade de saber aproveitar e integrar a investigação aplicada realizada no ensino superior; iv) O recurso a entidades especializadas que apoiem as entidades locais na promoção dos territórios, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos, o que muito ganharia com a inclusão na Estratégia de um *Plano de Mercadologia Territorial*.

### **D.3. Contributos da Participação para a Análise SWOT**

A análise SWOT apresentada aos participantes nos ateliês não utilizou o modelo clássico de matriz biaxial, mas um modelo em que as ‘Ameaças’ são substituídas pelo ‘tempo’ e se pedem ‘Orientações/Opções Estratégicas’ no Curto Prazo/Médio e Longo Prazo, de forma a apontar soluções e ultrapassar o mero diagnóstico e deteção de problemas característico da sua versão mais clássica. Esta análise foi organizada por áreas de intervenção com influência na Macro Estratégia: (i) *Área de Intervenção Atrações, Produtos, Recursos*; (ii) *Área de Intervenção Capital Humano/Sistema Local de Oferta-Produção*; e (iii) *Área de Intervenção Dimensão Organizativa/Infraestruturas e Serviços* (Cf. quadro 46 a 51, anexo I).

Paralelamente desenvolveu-se a identificação das oportunidades e das ameaças para o território da ADDLAP, apesar de dispensável com a metodologia anterior, que vieram confirmar e reforçar o diagnóstico já efetuado para a atual ELD (Cf. quadro 52 e 53, anexo I). Dos resultados obtidos relevam-se:

- a) **Principais Pontos Fortes:** i) Diversidade de produtos/produções de qualidade (p.e. cabrito da Gra-lheira (IGP); cogumelos silvestres; cogumelos Shiitake; compotas diversas; enchidos; frango do cam-po; maçã Bravo de Esmolfe (DOP); maçã da Beira Alta (IGP); mel; trutas do Paiva; PAM; pastéis de Vouzela; queijadinhas de Oliveira de Frades; queijo da Serra da Estrela (DOP); vinho do Dão (DOC); vinho de Lafões (DOP); vitela de Lafões (IGP). ii) Potencial para as energias renováveis: biomassa, eó-lica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos (solar-biomassa). iii) Existência de oferta turística diversificada (turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, TER). iv) Existência de recursos florestais não lenhosos (RFNL), com uma crescente procura urbana e po-tencialidade de ‘fileira’ (p. ex. cogumelos, frutos silvestres, mel, PAM). v) Condições propícias ao es-tabelecimento de redes de cooperação nos domínios do ambiente, artes performativas, desenvol-

vimento local e rural, floresta, turismo. vi) Condições propícias à cooperação transfronteiriça com organizações/empresas de Espanha (eixo Viseu –Guarda – Aveiro). vii) criação do Parque Natural Vouga Caramulo de gestão local.

- b) **Principais Pontos Fracos:** i) Risco de desaparecimento dos saberes-fazer e ofícios tradicionais, por falta de registo e valorização das práticas. ii) Degradação de algum património construído. iii) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/ migração dos jovens. iv) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional. v) Falta de rotas/integração de rotas (ambientais, gastronómicas, religiosas, do património). vi) Deficientes condições de mobilidade intrarregional (debilidade dos acessos internos, nomeadamente nas áreas de serra; inexistência de transporte ferroviário; rede de transporte público manifestamente insuficiente e com preços elevados).
- c) **Principais Oportunidades:** i) Boa acessibilidade inter-regional (ao Porto, Aveiro e Coimbra). ii) Condições propícias para desenvolver o consumo de diferentes energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos). iii) Condições propícias para estabelecer parcerias com universidades e politécnicos. iv) Condições propícias para melhorar a governança local, nomeadamente pela implementação de orçamentos participativos. v) Condições propícias para o comércio em circuitos curtos de comercialização. vi) Potencial para transformar a serra e a água nas âncoras do *marketing* territorial.
- d) **Principais Ameaças:** i) Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial. ii) Baixo nível de cooperação empresarial e institucional. iii) Défice de articulação entre os promotores turísticos. iv) Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/migração dos jovens. v) Envelhecimento galopante da população. vi) Reduzida adequação dos recursos humanos às necessidades do tecido empresarial, por défice de articulação entre as instituições da Região (de ensino, formação, I&D e empresas).

## E. PROPOSTA DE ESTRATÉGIA E RESULTADOS ESPERADOS

### E.1. Desafios e Objetivos Específicos

Os desafios que se colocam ao território de atuação da ADDLAP são, de uma forma geral, comuns aos territórios de baixa densidade e em certa medida a todo mundo rural. Faz-se uma breve consideração sobre alguns desafios que merecem uma maior ponderação.

A **cooperação**, enquanto quadro de relacionamento com novas ideias, novas competências e novas aptidões, é determinante entre as esferas público-público, público-privado, privado-privado. Através de uma boa cooperação todos aprendem, todos se ajudam, o planeamento intermunicipal efetivo passa a ser uma realidade, as entidades universitárias contribuem com o seu saber para o crescimento económico e para o desenvolvimento, os empresários aprendem a “coopetir” (colaborar – competindo), a mudança passa a ser efetiva, ganha o território e por extensão os seus cidadãos, no limite ganhamos todos porque se faz crescer a democracia.

A **inovação**, enquanto conceito partilhado pela narrativa tecnológica e pela narrativa social, implica saber olhar para fora, do nosso território, mas também do nosso país. Implica que para além da visão mais técnico-empresarial, da «inovação de *marketing*» (“*Introdução de novos métodos de marketing, envolvendo melhorias significativas no design do produto ou embalagem, preço, distribuição e promoção*”, in Glossário do QREN, <http://www.qren.pt/np4/3085.html>), da «inovação de processo» (“*Adoção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico de bens ou serviços, de logística e de distribuição*” - Idem, ibidem), da «inovação de produto, bem ou serviço» (“*Introdução no mercado de novos, ou significativamente melhorados, produtos ou serviços, incluindo alterações significativas nas suas especificações técnicas, componentes, materiais, software incorporado, interface com o utilizador ou outras características funcionais*” - idem, ibidem), se olhe igualmente para a «inovação socio territorial», onde as pessoas e os recursos do território são determinantes, de forma a assegurar a satisfação das necessidades básicas dos mais vulneráveis, mas também garantir a felicidade para todos, uma «inovação para a responsabilidade socio territorial». A inovação na cooperação de recursos e na governação (inovação institucional) são igualmente determinantes para consolidar a «inovação socio territorial», que para além de articular pessoas, entidades e recursos para concretizar soluções inovadoras, recorre ainda a abordagens de criatividade, de *design thinking* (processo de como gerar um produto ou serviço inovador ou seja, com valor percebido pelo cliente) e de gestão de projetos; ligando parceiros diferentes; unindo, no mesmo desafio, empresas, associações e universidades ou centros de investigação; numa abordagem criativa e coletiva de aprendizagem e melhoria contínua, subjugada aos princípios da RESPONSABILIDADE SOCIO TERRITORIAL, que se fundam no HUMANISMO e no ECOLOGISMO.

O **ensino superior**, enquanto vanguarda do conhecimento de ponta, tem de se virar para fora, tem de conhecer na teoria e na prática as necessidades dos territórios em que está inserido, tem de saber estabelecer pontes com o meio associativo e empresarial, tem de conquistar as pessoas, não apenas para o frequentarem, mas para o utilizarem como falange de apoio ao desenvolvimento.

Os **recursos endógenos** são uma riqueza local, pelo que devem ser valorizados olhando para o exterior, procurando articulações sempre que for possível resolver problemas comuns, de ganho de escala ou de ganho de conhecimento.

A **atração de residentes** deve ser uma aposta clara, apesar de difícil, porque é um jogo de oportunidades. Uns partem à procura de resolverem os seus problemas imediatos, mas outros podem regressar já num período de repouso, mas ainda ativos. Efetivamente há um público sénior, qualificado e disponível, que pode ser atraído, não apenas na perspetiva do usufruto lúdico dos lugares mas também do seu envolvimento em determinados trabalhos especializados. Qualquer iniciativa de atração neste sentido, mais residual em termos de povoamento, terá de ser sempre acompanhada de uma política de atração e fixação de jovens.

A **mobilidade** não pode ser fragmentada porque penaliza as pessoas e as atividades económicas. Tornar as deslocações mais amigáveis dentro do território terá de ser uma preocupação política efetiva, que não cai obviamente no enquadramento desta Estratégia, mas que a acabará sempre por penalizar. É necessário trabalhar o paradigma da mobilidade.

O **modelo de desenvolvimento** existente tem de ser revertido. Efetivamente vive-se um modelo sustentado no embaratecimento da força do trabalho, nos baixos investimentos em capital humano, no empobrecimento da população, no agravamento das desigualdades. A melhor forma de o transformar é assegurar a continuidade da melhoria das qualificações, mudar o perfil da especialização produtiva, promover uma inovação e conhecimento vocacionadas para estimular a progressão salarial e a qualidade de vida, escolher políticas públicas sensatas que possam servir de almofadas sociais.

O **foco temático** dos Domínios de Intervenção tem por objetivo assegurar a continuidade do trabalho da ELD em curso e é igualmente um produto da auscultação e da participação para a EDLBC, desenvolvida desde Julho de 2014, o que conduziu à formulação de 4 objetivos específicos com os quais se pretende projetar os valores associados à integração urbano-rural, numa vinculação direta com a sustentabilidade territorial, entendida numa tripla perspetiva (ambiental, cultural e económica), ou seja, enquanto instrumento de competitividade.

Na figura 8 (anexo I) apresenta-se a articulação da “ideia” que irá comandar a Estratégia da ADDLAP e que foi estruturada em **4 Objetivos Específicos, 15 Domínios de Intervenção e 46 Linhas de Ação**.

**Objetivo I - Desenvolver uma Economia da Terra, mais verde, social e circular**

A **Economia da Terra** já foi um dos objetivos da anterior Estratégia da ADDLAP, devido ao reconhecimento de um conjunto de singularidades que se mantêm:

- Existência de um vasto conjunto de produtos endógenos de qualidade, e registo de uma crescente procura destes no mercado nacional;
- Atividade agrícola com uma importância inquestionável na dinâmica socioeconómica local. A população mais idosa continua a ter na agricultura a sua principal fonte de rendimento, sendo o cultivo feito em moldes semelhantes aos da agricultura biológica;
- A inexistência de canais de escoamento dos produtos acessíveis ao pequeno produtor faz com que seja impossível determinar a real oferta e procura das produções locais, havendo uma economia informal com forte presença.
- A existência de instituições de ensino e unidades de investigação onde é clara a aposta no sector primário.

Desenvolver e reinventar a Economia da Terra, como a ADDLAP ambiciona para o seu território, implica uma aposta na produção local e nos seus produtos endógenos como elementos diferenciadores e diferenciados deste território, mas também a necessidade de ter como parceiros estratégicos os produtores, as entidades públicas e privadas relacionadas com a produção e escoamento dos produtos e as instituições de ensino e unidades de investigação que possibilitem a criação de valor e a inovação.

A **Economia Verde** é um conceito que “... surgiu com a *Green Economy Initiative* da Organização das Nações Unidas, lançada em 2008, no quadro do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP). Não deve ser considerada um novo paradigma mas antes uma forma de operacionalizar o conceito de desenvolvimento sustentável, pela necessidade urgente de reconciliar o crescimento económico e a redução da pobreza, com as ações para evitar danos irreversíveis e de custos incalculáveis para o ambiente” (Adaptado de ESCÁRIA, Susana; CAMECELHA, Maria José. Economia Verde. Educação para a Sustentabilidade. Seminário Nacional Eco-Escolas, 2013, Águeda. [http://www.abae.pt/programa/EE/seminario/2013/docs/painel\\_1/Economia\\_Verde\\_SusanaEscaria.pdf](http://www.abae.pt/programa/EE/seminario/2013/docs/painel_1/Economia_Verde_SusanaEscaria.pdf)).

A **Economia Social** oferece bens ou serviços que correspondam a necessidades sentidas pelos indivíduos a que se destinam, independentemente da sua rentabilidade económica intrínseca, procurando que essa oferta seja efetuada otimizando a relação qualidade/preço. Numa organização da economia social deve existir a preocupação de fomentar a participação no processo de decisão organizacional por parte dos seus membros, dos utilizadores, dos assalariados e também de outros agentes que eventualmente lhe estejam associados (*stakeholders*). Finalmente deve existir sempre uma preocupação com a solidariedade. Em síntese, todas as organizações que integrem a Economia Social terão de apresentar duas

características: uma preocupação com os indivíduos e a concessão de uma importância primordial aos aspetos sociais (Cf. Observatório da Economia Social (OBESP) / CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, [http://www.cases.pt/0\\_content/actividades/\\_obesp/OBESP\\_Conceito\\_de\\_Economia\\_social\\_09\\_DEZ\\_2011.pdf](http://www.cases.pt/0_content/actividades/_obesp/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf)).

A **Economia Circular** opõe-se ao de *Economia Linear* (Produzir – Consumir – Rejeitar/Desperdiçar) e está diretamente associado a uma “visão de resíduos zero” ou de “4R” (Reutilizar – Reparar – Recuperar - Reciclar), de forma a promover a reutilização dos resíduos e o aproveitamento de subprodutos (Cf. BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável).

**Objetivo II - Promover uma Ruralidade Moderna – Empreendedora, competitiva e colaborativa**

Também este objetivo dá continuidade à EDL que a ADDLAP tem em curso, alargando todavia as vertentes da ação, assumindo que a promoção de uma ruralidade moderna implica olhar para os territórios rurais como espaços de oportunidade, porque são territórios que compreendem espaços residenciais, serviços e equipamentos, meio natural, canais de mobilidade e acessibilidade, atividades culturais, desportivas e serviços de saúde, ou seja, todos os fatores que direta ou indiretamente influenciam a escolha de um espaço em detrimento de outro, para residir ou para desfrutar ocasionalmente, pela qualidade proporcionada.

Dar força ao empreendedorismo, estimulando novos e renovados negócios, surge como um domínio natural dentro desta visão de ruralidade, onde a sua população está progressivamente a envelhecer, pelo que dar atenção ao envelhecimento ativo é determinante, quer na ótica da ocupação quer do *anti-aging* (a medicina *anti-aging* ou medicina anti envelhecimento surgiu oficialmente há 22 anos, nos Estados Unidos da América, com a criação da *American Academy of Anti-Aging Medicine* (A4M), hoje *World Anti-Aging Academy of Medicine*. A ligação ao termalismo poderá ser uma vertente a explorar, mas também a vertente da medicina especializada. Em Portugal já há médicos dedicados exclusivamente à medicina *anti-aging*, de forma a “travar” o envelhecimento, um novo campo de oportunidade para investir no domínio da saúde).

Mas tornar a “ruralidade competitiva” implica ter capacidade para inovar na oferta turística, bem como saber valorizar o contexto rural, preservando as suas aldeias e reforçando as identidades, bem como ter capacidade de conjugar esforços, articulando domínios de atividade, desenvolvendo um espírito colaborativo que permita partilhar equipamentos, mão-de-obra, experiências, tarefas, de forma a potenciar conhecimentos e proveitos.

**Objetivo III - Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão – Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde**

O território é um sistema complexo, não apenas um espaço físico ou o suporte das diferentes atividades humanas, mas uma realidade onde coexiste uma multiplicidade de relações, atividades e valores, onde interagem conflitos, onde se estruturam sinergias criativas. É esta complexidade que dá coesão ao território, mas também a defesa do património natural e construído, a paisagem, a valorização dos recursos e das especificidades locais, a preservação das identidades. Mas a coesão implica pessoas, comunidades, apropriação dos territórios, bem-estar, entendido como o conjunto de fatores que incidem de forma positiva na qualidade de vida, por isso dever-se-á pensar numa coesão económica e social.

Todavia, o desenvolvimento de qualquer território, a sua coesão socio territorial, estará sempre condicionado pelas estratégias de ensino existentes, independentemente do seu nível. A equação “ensino-desenvolvimento social-desenvolvimento territorial” implica pensar num ensino virado para o saber-fazer, articulado com as reais necessidades do tecido empresarial, num ensino que premeie a excelência enquanto suporte de criatividade, que premeie a capacidade cívica e o entendimento do território. Um ensino que forme cidadãos para trabalharem bem, mas também para participarem com qualidade na vida coletiva, por forma a poderem debater os ordenamentos propostos, fazendo valer os seus direitos e deveres sobre os territórios, sendo agentes de mudança através de uma intervenção individual ou enquadrada em organizações locais cívicas e solidárias.

A sustentação deste objetivo está, por isso, virada para a necessidade de alcandorar a criatividade, de lhe dar visibilidade, de a apoiar em diferentes vertentes, onde a cultura assume um papel imprescindível e onde se pretende que os jovens tenham um papel determinante.

Mas não há coesão sem inclusão, sem partilha, sem solidariedade, pelo que se chama também aqui à colação a virtualidade do voluntariado, onde a implementação de uma rede de cuidadores informais será, por certo, imprescindível para assegurar o bem-estar, também coletivo, porque cuidar dos mais idosos é trabalhar para todos.

#### **Objetivo IV - Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território**

A procura pelo original e pelo autêntico é real, mas importa também a preocupação pela diferenciação e pela imagem do produto e as “marcas” do território são produtos bem visíveis e vendáveis se devidamente trabalhadas e enquadradas num Plano de Marketing Territorial, que promova uma gestão mais eficaz do território e dos seus produtos e recursos.

“Vender” as «Marcas do Território» é saber encontrar estratégias para potenciar recursos endógenos emblemáticos (a água, a floresta, a serra, a terra), para dentro e para fora, de uma forma preferencialmente articulada e eficiente, pelo que o apoio a estudos e trabalhos específicos são determinantes para as conhecer melhor, para as dar a conhecer aos outros, para as potenciar com criatividade, utilizando a

sua capacidade intrínseca para dinamizar a economia local, trabalhando as suas potencialidades de forma concertada, explorando ao máximo as relações sinérgicas com os produtos regionais, a gastronomia e o turismo.

Mas utilizar o potencial comercial das «Marcas do Território» implica atender à operatividade das estruturas coletivas que representam os produtores e à constituição de “*redes de operadores promocionais e comerciais de produtos e serviços locais*”, chamando-se a atenção para a importância de saber explorar também as potencialidades das novas tecnologias da informação e da comunicação como auxiliares dos processos de comercialização, aumentando em larga escala o acesso a diferentes mercados. O comércio virtual das “Marcas do Território” poder-se-á articular com o Centro de Criatividade previsto.

## E.2. Proposta Macro de Estratégia

A relação **Objetivos Específicos (OE) - Domínios de Intervenção (DI) - Linhas de Ação (LA)** está estabelecida no quadro 54 (anexo I), que dá forma à *Proposta Macro de Estratégia* de DLBC. Entre as Linhas de Ação que estruturam o edifício da Estratégia e que valem pelo seu todo, chama-se à colação pela sua atualidade:

**DI.I1 - Economia da terra:** LA.4 - Apoio à implementação de circuitos curtos de comercialização.

**DI.I2 - Economia verde:** LA.7 - Apoio à produção de energia com resíduos florestais.

**DI.I3 - Empreendedorismo social e tecnológico:** LA.9 - Apoio ao combate ao desemprego jovem com novos cenários na agricultura social.

**DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial:** LA.12 - Apoio a estratégias de dinamização da responsabilidade socioterritorial promotoras da reflexão e debate sobre processos de participação construtores de inovação socioterritorial; da partilha de informação útil à comunidade sobre inovação socioterritorial; da investigação aplicada e experimentação de métodos e de soluções empreendedoras de inovação socioterritorial.

**DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios:** LA.17 - Apoio ao desenvolvimento de projetos que estimulem as competências críticas e criativas.

**DI.II2 - Envelhecimento ativo:** LA.20. Desenvolvimento de iniciativas empresariais no domínio do *anti-aging*, de forma a “travar” o envelhecimento, dando maior bem-estar e qualidade de vida à população sénior.

**DI.II3 - Oferta turística e inovação:** LA.22 – Apoio à dinamização e à promoção do turismo de saúde, focalizado no termalismo e na relação afetiva dos indivíduos com os lugares.

**DI.I4 - Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto:** LA.25 – Apoio a projetos de renovação de aldeias vocacionados para a valorização do património edificado, do património imaterial (cultura, tradições, saber-fazer), do reforço das identidades locais e das pequenas empresas locais na área do comércio e serviços.

**DI.III1 - Inclusão Ativa:** LA.31 – Apoio à criação e à qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local.

**DI.III2 - Núcleos de Criatividade:** LA.34 - Apoio à criação de um Centro de Criatividade, que inter-relacione “património cultural-ciência-turismo” e que abranja diferentes domínios: investigação, educação, prevenção/sensibilização e turismo cultural.

**DI.III3 - Parcerias Culturais:** LA.36 - Apoio à construção de um processo de diálogo constante que se enriqueça através das várias expressões artísticas, reforçando a capacidade de transferir competências entre todos.

**DI.III4 - Territórios de Hospitalidade:** LA.38 – Apoio à criação e dinamização de uma Agenda da Hospitalidade, demonstrativa da oferta existente na Área de Intervenção.

**DI.IV1 - Territórios de lazer e prazer:** LA.40 - Apoio à promoção de itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade.

**DI.IV2 - Rotas Intermunicipais:** LA.42 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais de aventura e de descoberta: Rotas da Água; Rotas da Floresta; Rotas da Serra.

**DI.IV3 - Promover as “Marcas” do Território:** LA.45 – Apoio a estudos e trabalhos sobre as “Marcas” do Território, através da concessão de bolsas de investigação, concursos, etc.

No quadro 55 (anexo I) avalia-se a coerência da *Proposta Macro de Estratégia* com um conjunto de *Domínios Diferenciadores* (de natureza temática e setorial) e de *Apostas Indicativas* expressas na EEI-Centro, com relação mais objetiva com a matriz de recursos dos territórios de Dão, Lafões e Alto Paiva.

Chama-se ainda à colação a importância de um segundo nível de coerência que reporta às prioridades da RIS3 Centro que enuncia linhas gerais de desenvolvimento e atuação em que Viseu Dão Lafões se encontra integrado e para as quais dispõe de recursos e argumentos competitivos relevantes para a sua concretização, designadamente, em algumas das principais temáticas identificadas como prioritárias para a Região em termos de instrumentos de planeamento, por parte dos “aliados” do território que participaram nas entrevistas e nos momentos de trabalho (*Ateliês Temáticos Participativos*), bem como por parte dos decisores políticos locais: (i) Agricultura; (ii) Floresta; (iii) Inovação Rural; (iv) Turismo; (v) Eficiência Energética; e (vi) Saúde e Bem-estar.

No quadro 56 (anexo I) avalia-se a coerência da *Proposta Macro de Estratégia* com os Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação do Plano de Ação elaborado para a NUT III *Viseu Dão Lafões* por iniciativa da respetiva CIM.

No quadro 57 (anexo I) avalia-se a conformidade com dois instrumentos de financiamento, o PDR 2020 e o PO Centro.

### ***Estratégia de Especialização Inteligente (EEI-Centro)***

A Estratégia de Especialização Inteligente do Centro tem um importante papel de enquadramento e de racionalização das políticas de I&D, inovação, internacionalização e competitividade, em geral, e identifica um conjunto de Domínios Temáticos diferenciadores e de Apostas indicativas cujo aprofundamento pode beneficiar de importantes contributos a partir das dinâmicas instaladas e a criar nos territórios rurais.

Em contrapartida de sinergias e complementaridades, a EEI-Centro combina uma abordagem de natureza descendente que pode constituir-se em fator de coesão territorial ao estender os benefícios daquelas políticas a um conjunto de territórios de reduzida energia empresarial mas dotados de recursos que constituem campo de experimentação e operacionalização de abordagens inovadoras.

O quadro 55 (anexo I) sinaliza os principais Domínios temáticos diferenciadores (de natureza temática e setorial) e as Apostas indicativas expressas na EEI-Centro, com relação mais objetiva com a matriz de recursos dos territórios de Dão, Lafões e Alto Paiva.

Um segundo nível de racionalidade e coerência reporta às prioridades da **RIS3 Centro** que enuncia linhas gerais de desenvolvimento e atuação em que Viseu Dão Lafões se encontra integrado e para as quais dispõe de recursos e argumentos competitivos relevantes para a concretização da RIS3 Centro, designadamente, em algumas das principais temáticas identificadas como prioritárias para a Região: (i) Agricultura; (ii) Floresta; (iii) Inovação Rural; (iv) Turismo; (v) Eficiência Energética; e (vi) Saúde e Bem-estar.

Entre os domínios de especialização, com forte presença de recursos no território de Dão, Lafões e Alto Paiva e que estabelecem contributos potenciais para a RIS3 Centro, salientam-se os seguintes:

- Agroindústria (integração das produções primárias com a indústria de agro-transformação, sobretudo, alimentar e com oferta formativa (superior, tecnológica e profissional) que responde a necessidades de formação nos setores da produção agroalimentar;
- Produtos turísticos diferenciadores (enoturismo, turismo cultural, turismo natureza, turismo ativo e de aventura);
- Clusters económicos a desenvolver, face às potencialidades que encerram: vinho, energias renováveis e termalismo.

### **Plano de Ação Regional - CRER 2020**

O CRER 2020 (Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente) constitui o Documento de Orientação Estratégica para o desenvolvimento da Região Centro no horizonte 2020. Da estrutura de objetivos e conteúdos do Plano de Ação Regional destaca-se a formulação da Visão e das Prioridades Nucleares:

- ✓ **Visão Estratégica.** O PAR estabelece um Desígnio estruturante como referência para 2020: “CRER no Centro de Portugal 2020 é o Desígnio Central assumido pela Região Centro para o período 2014-2020, que incorpora um duplo sentido: o sentido de acreditar e mobilizar o Centro de Portugal, a CRER num potencial de desenvolvimento harmonioso, para o que é preciso que este seja coerente e consensualmente partilhado por todos, na essência dos seus objetivos; e o sentido da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER).”
- ✓ **Prioridades Nucleares de intervenção e Eixos de Atuação.** As prioridades nucleares para a Região Centro (1. Sustentar e Reforçar a Criação de Valor; 2. Estruturar uma Rede Policêntrica de Ci-

*dades de Média Dimensão; 3. Afirmar um Tecido Económico Resiliente, Industrializado e Exportador; 4. Reforçar a Coesão Territorial; 5. Gerar, Captar e Reter Talento Qualificado e Inovador; 6. Dar Vida a Sustentabilidade a Infraestruturas Existentes)* traduzem, simultaneamente, o racional da Estratégia de Desenvolvimento Regional e a aproximação ao racional da programação, cruzando as prioridades nucleares de intervenção com um conjunto de Eixos de Atuação que procuram responder a problemáticas-chave do desenvolvimento regional e que foram posteriormente aprofundados no texto do Programa Operacional do Centro 2014-2020.

O CRER 2020 deve ser entendido como um quadro de referência para contextualizar intervenções nas diversas NUT III da Região, nomeadamente, recomendando:

- a identificação de prioridades estratégicas de intervenção por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados);
- a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção sub-regionais, a enquadrar no âmbito dos respetivos instrumentos de programação do desenvolvimento;
- a coordenação regional das diferentes políticas públicas de natureza setorial, horizontal ou territorial; e
- o acesso orientado a recursos de financiamento com origem nos FEEI.

O processo de programação dinamizado pela CIM Viseu Dão Lafões, acolheu significativamente estas recomendações, sendo disso exemplo:

- (i) a recolha de perspetivas de desenvolvimento e de intenções de investimento, formuladas por um vasto conjunto de parceiros do território Viseu Dão Lafões;
- (ii) a identificação de opções diferenciadoras da sub-região, à luz da Estratégia Regional;
- (iii) a explicitação de necessidades de coordenação estratégica e operacional entre instrumentos de política (com incidência na abordagem do modelo de governação); e
- (iv) a ventilação de fontes de financiamento para suporte das operações integradas no Plano de Ação.

A dotação de recursos dos territórios rurais de Dão, Lafões e Alto Paiva, bem como as necessidades de intervenção para o desenvolvimento dos mesmos, encontra um conjunto relevante de complementaridades e sinergias na arquitetura de Objetivos Estratégicos e Linhas de Ação do Plano de Ação elaborado para a NUT III Viseu Dão Lafões por iniciativa da respetiva CIM (Cf. quadro 56, anexo I).

Desde o campo de intervenção das Prioridades de Investimento 6.c, 8.iii, 8.a, 9.i (Cf. quadro 57, anexo I), deverá ser viável aprofundar um conjunto de complementaridades de atuação por parte dos atores do território por forma a potenciar recursos de financiamento (consabidamente escassos), entre a dotação

financeira do Pacto para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial/ITI, a gerir pela CIM Viseu Dão Lafões e a EDLBC, a dinamizar pela ADDLAP. Entre os domínios de complementaridade mais relevantes, destacam-se os seguintes:

- ↗ Operações nos domínios do Património Natural e Cultural, nomeadamente, na sua articulação com o fomento dos produtos turísticos deste Destino;
- ↗ Operações no domínio do Empreendedorismo e dos apoios à criação e desenvolvimento de atividades empresariais;
- ↗ Operações de apoio à Qualificação das Organizações da Economia Social e ao desenvolvimento das suas atividades no território;
- ↗ Operações orientadas para ao apoio à Inclusão Social, enquadrando intervenções de natureza socioeconómica e sociocultural.

### E.3. Resultados Esperados

Os quadros 58, 59 e 60 (anexo I) seguem uma abordagem preliminar dos resultados a alcançar pela Estratégia que são construídos em torno do perfil de indicadores identificados pelo Plano de Desenvolvimento Rural e pelo Programa Operacional do Centro, para as Prioridades de investimento mobilizadas para a concretização da Estratégia de Desenvolvimento Local. O aprofundamento desta abordagem preliminar assenta em elementos de experiência anterior de intervenção no território e de cenarização dos recursos financeiros a mobilizar para a Estratégia de Desenvolvimento Local.

Em função dos Objetivos Específicos e das Linhas de Ação efetuou-se uma seriação de resultados. Neste sentido, foram definidos dois cenários distintos (cf. quadro 61, anexo I), considerando o histórico do GAL ADDLAP relativo à gestão e implementação do Subprograma 3 do PRODER – Abordagem LEADER e a informação existente referente à Medida 10 – LEADER, bem como orientações nacionais e comunitárias, que resultaram nos seguintes pressupostos:

No cenário 1 foi considerada uma distribuição pelos fundos FEADER, FEDER e FSE, do montante de despesa pública correspondente ao valor de 7.033.045,06 Euros aprovado no âmbito do Subprograma 3 do PRODER -Abordagem LEADER, que se traduziram em 87 novos postos de trabalho, 52 empresas apoiadas e 49 operações financiadas pelo FEADER.

No cenário 2, utilizou-se uma despesa pública previsional de 5.926.823,00 Euros, que corresponde a 66,91% do valor atribuído anteriormente. Este valor foi calculado com base no peso da despesa pública do GAL ADDLAP no âmbito do orçamento do PDR 2007-2013 na NUT II. Neste sentido, considerando que o número de entidades, a população e o peso do orçamento no PDR 2020 se mantêm, o valor da despe-

sa pública previsional é o referido no início deste parágrafo, ou seja, de aproximadamente 6 milhões de euros. Uma eventual diminuição do montante de despesa pública reflete-se numa alteração do número de ações a realizar e dos resultados a obter, traduzindo-se numa redução de mais de 15% do número de operações (44 em vez de 52) e de 36% do número de postos de trabalho a criar (passam de 87 para 55).

A distribuição da despesa pública para apoiar projetos de investimento é, igualmente diferente de acordo com os vários fundos: FEADER, FEDER e FSE. No cenário 1 o FEADER representa 5%, o FEDER 65% e o FSE 30%; o cenário 2 contempla 54% FEADER, 28% FEDER e 18% FSE. Esta disparidade irá originar diferenças no território, ao nível da definição da tipologia de projetos e promotores, relativamente ao atual período de programação, o que originará uma maior preponderância de investimentos no âmbito do setor agrícola, designadamente nas seguintes áreas de apoio: regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; pequenos investimentos na transformação e comercialização; diversificação de atividades na exploração; cadeias curtas e mercados locais; e promoção de produtos de qualidade locais.

Prevemos, ainda, no cenário 2, uma distribuição do fundo FEADER pelas áreas de apoio acima identificadas, de acordo com a análise do território e respetivas necessidades, que se traduz nas seguintes percentagens: 25% na área de apoio 1; 35% na 2; 15% na 3; 10% na 4; e 15% na 5. Como pressuposto ao nível da taxa de comparticipação, consideramos uma percentagem de 50% para os três fundos disponíveis.

A previsão dos postos de trabalho, por fundo e por áreas de apoio, teve como referência a distribuição do montante de despesa pública e os postos de trabalho criados no anterior período de programação.

No âmbito do apoio a custos de funcionamento e animação (Medida 10.4) a diferença é bastante expressiva, comparando o antigo período de programação com o atual Portugal 2020, passando de 1.253.704,23 Euros para 793.242,00 Euros que, em percentagem, se traduz numa redução de, aproximadamente, 58,05%.

O montante de despesa pública para apoio à preparação EDL (Medida 10.1) é também inferior, ou seja, passa de 35.000,00 Euros para 25.000,00 Euros.

Revela-se também preocupante o número de operações a apoiar com o fundo FEDER, fundamental para o desenvolvimento sustentável do território do GAL ADDLAP, que apoiou 49 operações no anterior ciclo de programação e, que no atual, permitirá a aprovação de 4 projetos de investimento. Esta diminuição espelha-se, claramente, no compromisso de despesa pública envolvida que, de 3.054.287,99 Euros passará para 543.524,00 Euros.

Ao nível do FSE a diferença entre os dois períodos não é tão evidente, passando de 26 para 20 iniciativas apoiadas que, em termos de despesa pública representa uma redução de 2.118.214,82 Euros para 1.666.807,00 Euros.

Neste cenário 2 o FEADER representa 54% de despesa pública, contra 28% FEDER e 18% FSE. O maior fundo irá apoiar projetos de natureza agrícola, o que não se verificava anteriormente. Os restantes fundos (FEDER e FSE) estão orientados fundamentalmente para a criação do próprio emprego e pequenos projetos de apoio às microempresas.

Outro aspeto a realçar tem a ver com a tipologia de operações e de beneficiários a apoiar que, anteriormente, tinham enquadramento apenas num fundo (FEADER) e, atualmente, se enquadram divididos pelos três fundos. Os indicadores de realização e de resultado do PO Centro e do FEADER estão espelhados nos dois cenários efetuados (cf. quadro 61, anexo I)

## F. PROCESSO DE ENVOLVIMENTO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

### F.1. Ateliês Temáticos Participativos

As parcerias são fundamentais, constituindo-se como um elemento fulcral na mobilização dos atores do desenvolvimento local de um território em particular e da população em geral. Por isso, e dado o carácter intersectorial, inter e intra local da estratégia de desenvolvimento definida, é imprescindível o estabelecimento de parcerias efetivas com a maior diversidade possível, em termos de âmbito de atuação, área e objetivos, com entidades locais, regionais, nacionais e transnacionais.

A elaboração da Estratégia baseia-se num processo partilhado, mobilizador e inspirado nas melhores práticas disponíveis (nacionais e internacionais), na identificação e envolvimento dos agentes locais na conceção de apostas estratégicas, indicadores de sucesso e carteira de projetos estruturantes a desenvolver ao nível do território do GAL ADDLAP. Ou seja, a interação constante entre o GAL ADDLAP e os interlocutores locais das mais variadas áreas da atividade social ou económica, permitiu definir um conjunto de objetivos e ações concretas compatíveis com a realidade e necessidades locais, potenciadoras dos recursos locais.

Em termos práticos, o envolvimento dos parceiros do GAL ADDLAP, bem como de outras forças vivas locais na realização da presente estratégia, pode ser resumido através de um conjunto de atividades desenvolvidas em todo o território, nomeadamente, Ateliês Temáticos Participativos (Cf. F.1.1), *brainstormings* setoriais locais (Cf. F.1.2), entrevistas, estudos de caso, mergulhos no território e questionários.

#### F.1.1. Ateliês Temáticos Participativos

Os **Ateliês Temáticos Participativos** que decorreram em Outubro de 2014 foram um primeiro momento de concertação entre parceiros da área de intervenção da ADDLAP, na prossecução da ambição subjacente à elaboração da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (EDLBC).

A intervenção com base na participação ativa e multifacetada dos cidadãos, que se considera fundamental para acomodar o DLBC e imprescindível para a consolidação de um desenvolvimento local-rural sustentável, implica um envolvimento que não deixa de levantar algumas dificuldades.

Todavia, independentemente dos “custos” da participação, a sua facilitação, estruturadora de responsabilidade partilhada, deve ser encarada como um “benefício”, porque há sempre um enriquecimento no domínio dos saberes postos à disposição do coletivo. A estratégia adotada nos ateliês participativos, onde existiu um elevado envolvimento de «aliados», foi um momento de participação claramente produtiva e de elevada utilidade para a EDL.

No entanto, a auscultação de uma multiplicidade de atores permite, inevitavelmente, não só uma maior divergência de opiniões e de interesses (ambientais, culturais, económicos, educativos, políticos e sociais), como também uma maior diversificação dos domínios de ação, das preocupações e das incertezas, apesar do enriquecimento de saberes postos à disposição do coletivo. Acresce, ainda, que quanto maior forem as dinâmicas participativas-colaborativas implementadas, maior serão as exigências dos intervenientes e as suas expectativas relativamente ao que será feito com o seu envolvimento e contributos, uma dúvida claramente explicitada pelos participantes nos ateliês.

O modelo de trabalho adotado assentou em 5 ateliês, um por concelho da área de intervenção (Cf. quadro 62, anexo I), com uma metodologia participativa-colaborativa sustentada numa adaptação dos procedimentos de *focus group*, de forma a conseguir-se através de um trabalho coletivo, estruturado e pró-ativo, recolher pontos de vista consensualizados e expressos em diferentes documentos constantes de um guia de trabalho (*Guia dos Ateliês Temáticos Participativos*).

Pretendeu-se, com alguma exaustividade, que os parceiros presentes/«aliados» no território se pronunciassem sobre questões que se consideram estratégicas para o desenvolvimento local, quer específicas das temáticas de cada um dos ateliês quer transversais, assim como compreender a sua interpretação sobre a análise SWOT feita para o território de atuação e quais as orientações/opções estratégicas de curto e médio/longo prazo consideradas pertinentes, para solucionar as debilidades encontradas ou promover as muitas potencialidades existentes.

A elevada dinâmica de trabalho foi possível devido a um grande empenhamento dos «aliados», que numa manifesta ânsia de participação revelaram bem que a ADDLAP pode contar com diferentes construtores de desenvolvimento local, dispostos a dar, mas expectantes em relação ao que podem receber e à atenção prestada aos seus contributos.

O modelo participativo de assembleia, onde apenas fala quem tem mais facilidade, perde informação em relação ao modelo de participação estruturada que se utilizou e que mais uma vez revelou que há pessoas que estão efetivamente dispostas a envolver-se em temáticas específicas que acomodem o desenvolvimento local. Trabalhar a participação local é também uma meta da futura EDLBC.

Em termos de adesão aos ateliês contou-se com o envolvimento total de 59 pessoas, distribuídas por diferentes atividades dos parceiros (Cf. quadro 63, anexo I), destacando-se a elevada representação de entidades associativas diversas (33,9%) e de entidades administrativas - poder local e central - (30,5%), bem como a sub-representação do ensino superior (5,1%) e das empresas privadas (8,5%), o que determinou a necessidade de se fazer um posterior trabalho de sensibilização, mais efetivo e ainda em curso, para envolver na produção da EDLBC estas entidades, fundamentais na partilha do saber científico e empresarial da área de intervenção.

Abaixo apresentam-se os principais objetivos dos ateliês cujo grau de concretização se considera muito positivo:

- a) Descobrir e/ou aprofundar opiniões.
- b) Envolver na dinâmica da Estratégia os diferentes parceiros da ADDLAP e outras partes interessadas da área de intervenção.
- c) Recolher o pensamento local, consensualizado em grupos de trabalho, relativamente a questões estratégicas específicas e a questões transversais ao desenvolvimento local, formuladas de acordo com as temáticas dos ateliês.
- d) Trabalhar sobre a Análise SWOT existente: validação e sugestão de possíveis 'Orientações / Opções Estratégicas' no Curto Prazo / Médio e Longo Prazo.
- e) Ajudar a inventariar variáveis-chave com influência no desenvolvimento da área de intervenção.

Os «objetivos atuais» das Entidades presentes nos ateliês evidenciam a existência de capacidades em diferentes domínios construtores do desenvolvimento local. A **dinamização**, a **inovação**, a **preservação**, a **promoção** e a **valorização** enquadram um conjunto de atividades e de serviços com importância à escala local, tais como: arte, cultura e desporto; agricultura, pecuária e floresta; agricultura de pequenos frutos; empreendedorismo; formação; gastronomia; produtos endógenos; produtos termais; recursos naturais; serviços à comunidade; turismo em sentido lato.

Quanto ao que as Entidades projetam para o futuro, «objetivos emergentes», a sua ambição aponta para aspetos relevantes para qualquer estratégia de desenvolvimento local: criação de estruturas de suporte às atividades existentes; estabelecimento de redes e de parcerias; criação de serviços inovadores e diferenciadores; transferência de competências para a sociedade; aproximação das universidades às empresas; proteção dos recursos existentes; proteção e valorização dos valores identitários.

No que concerne à reflexão em torno dos domínios específicos dos ateliês os representantes das Entidades foram menos expressivos, apesar de ser possível destacar um significativo conjunto de preocupações mais imediatas: melhorar a imagem da região; melhorar a criatividade das propostas de intervenção; formação para a responsabilidade social; financiamento da economia local; estratégias para a fixação de jovens; ensinar a pensar o futuro localmente; aproximar o campo da cidade; angariar, formar e fixar empreendedores; alargar o conhecimento da biodiversidade; organizar a produção agrícola biológica; divulgar as potencialidades locais (gastronomia, património, turismo).

Todavia, num patamar de preocupações emergentes, foram referidas necessidades que vão ganhando cada vez mais acuidade, tais como: ter capacidade para projetar a região em diferentes mercados; edu-

car para os valores; educar para o empreendedorismo; formar mediadores para o desenvolvimento do território; criar pequenos mercados locais; valorizar a biodiversidade e os recursos endógenos; alavancar um turismo com diferentes potencialidades.

Relativamente aos meios que as Entidades possuem para a ação no âmbito dos domínios dos ateliês, foi reconhecida a possibilidade de diferentes envolvimento centrados no **acompanhamento** (a novas produções - pequenos frutos e processos - modo de produção biológico), na **dinamização** (parcerias, redes, sinergias), na **educação** (pela arte e pela cultura); no **financiamento** (da economia local), na **topofilia** (capacidade para estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído). A promoção do **conhecimento**, da **inovação** e do **empreendedorismo** são domínios preciosos de envolvimento, nomeadamente por parte das universidades e dos politécnicos.

Os ateliês foram momentos de trabalho intenso, calibrados para recolher a maior quantidade de informação no mais curto espaço de tempo. A figura 9 (anexo I) revela a concentração que existiu e as dinâmicas que se criaram nos diferentes ateliês. Em cada um dos ateliês é visível o momento de apresentação e debate das “imagens do desenvolvimento local” produzidas e cuja síntese interpretativa se revelou como um momento participativo de muita qualidade. Abaixo sintetizam-se algumas das conclusões mais significativas:

#### a) Ateliê 1 - VISEU – Educação e Cultura

Neste encontro concluiu-se que a cultura nasce de processos educativos com base na família e na escola, com toda uma envolvente em que o sistema associativo deve ser articulado de modo a desenvolver novos projetos e produtos sustentáveis, podendo, a ADDLAP, assumir um papel estruturante e articulador deste processo, considerado essencial pelos presentes. A ideia de base foi a da construção de uma «nova forma» holística de ver e fazer a educação, numa abordagem de mãos dadas, que se baseie na diversidade para gerar cidadãos responsáveis, competentes e adaptados a uma nova sociedade. Emergiu a ideia central da INOVAÇÃO EDUCATIVA, multiparticipada e em rede, enquadrada por uma ESTRATÉGIA DE BASE TERRITORIAL.

#### b) Ateliê 2 - VILA NOVA DE PAIVA – Nova Economia

Neste ateliê concluiu-se que existe uma elevada acessibilidade territorial e uma boa base para a internacionalização das produções de base local. Relevou-se a importância da diversidade de produtos agroalimentares já existentes, da floresta e da natureza, como a de base termal, para se criarem marcas que possam estar associadas a uma abordagem ambiental e de saúde, com uma perspetiva de internacionalização. Os conhecimentos deste setor podem ser utilizados na produção inovadora, com jovens, de um sistema integrado de produção, consumo e distribuição associado aos equipamentos/serviços sociais

existentes, criando-se uma base sustentável de base territorial. Foi chamada à colação ideia de que a delimitação administrativa e o poder autárquico se constituem muitas vezes como limitadores do desenvolvimento, com uma chamada de atenção para a necessidade de todas as estruturas da Administração Central e Local deverem assumir uma ATITUDE FACILITADORA e uma abordagem de SIMPLIFICAÇÃO DE PROCESSOS.

**c) Ateliê 3 - SÃO PEDRO DO SUL – Ruralidade Competitiva**

Neste ateliê destacou-se a pertinência da integração de ofertas em torno dos PATRIMÓNIOS EXISTENTES, de modo a promover a identidade e a coesão territorial, assentando-se a estratégia de afirmação externa nos eixos do Turismo, *Marketing* Territorial e Agro-indústria, a partir da natureza/biodiversidade, da água e do termalismo, da cultura e da gastronomia. Esta abordagem deve ser desenvolvida a partir das diversas iniciativas e produtos já existentes, potencializando-as através da interação entre as pessoas (gerando novas ideias), numa visão promotora de diversidade (nomeadamente na área agroalimentar de policulturas modernas e ambientalmente sustentáveis) e sempre focada numa melhoria constante, para se afirmar em mercados globais. Foi dada uma grande relevância a PEQUENOS PROJETOS INOVADORES que articulem atividades de natureza, cultura, educação e recreio, com uma ABORDAGEM INOVADORA DE «*DESIGN THINKING*».

**d) Ateliê 4 - OLIVEIRA DE FRADES – Rede e Empreendedorismo**

Neste ateliê deu-se alguma relevância à necessidade de promover o investimento estrangeiro, pelo que a internacionalização dos produtos deverá ser complementada com uma estratégia integrada de *Marketing* Territorial e com o reforço dos CENTROS DE EXCELÊNCIA de base territorial. Referiu-se a elevada importância de contrariar a cultura de isolamento e promover processos colaborativos e em rede, com diversos atores. Foi também referida a importância da articulação do ensino superior com outras entidades, designadamente as associações empresariais, para dinamizar o empreendedorismo que já exista, associado a iniciativas pseudomodernas de criação de empresas.

**e) Ateliê 5 - VOUZELA – Marcas do Território**

Este ateliê reforçou bastante as ideias identificadas nos anteriores e a importância de se possuir uma ABORDAGEM INOVADORA AO DESENVOLVIMENTO HUMANO, estruturada a partir da valorização das práticas e dos produtos de base ambiental, mas numa visão de internacionalização e de qualidade. Foram identificados os rios e as montanhas, as termas e a paisagem, como um suporte essencial para a Estratégia, colocando a tónica no COMUNICAR como forma de criar CICLOS VIRTUOSOS em torno de 3 eixos chave: agricultura biológica, pecuária e floresta; património cultural e histórico; património ambiental; turismo, natureza e gastronomia. Também se realçou a importância das PESSOAS e das suas RE-

LAÇÕES, enquanto suporte da criação de um CAMINHO COLETIVO E PRAGMÁTICO, que promova a qualidade e mantenha a diversidade, matéria-prima essencial para a criatividade e a inovação.

### F.1.2. *Brainstormings* Setoriais e Locais

Com a realização dos *brainstormings* setoriais e locais pretende-se ouvir as entidades e os agentes locais na construção da EDL, para o território de intervenção da ADDLAP.

Definiu-se como objetivos formais a necessidade de envolver os agentes locais na construção da Estratégia e iniciar a concretização do **Laboratório de Inovação Sócio Territorial**. Como objetivos substanciais destacam-se o querer ouvir os agentes de cada setor e de cada concelho sobre que iniciativas/projetos transversais poderão beneficiar o setor/concelho.

O modelo de organização dos *brainstormings* locais, com um tempo estimado de 3 horas, obedece à seguinte arquitetura:

- i) Breve apresentação dos objetivos e dos resultados esperados, pela ADDLAP (15 min).
- ii) Continuação dos trabalhos, em grupos de 5 elementos para criação de ideias de projetos (até 2h).
- iii) Apresentação das propostas dos grupos (30 min).
- iv) Síntese dos trabalhos e definição da próxima etapa (15 min).

As reuniões setoriais a desenvolver serão: Ensino superior; Produtores artesanais; Turismo (Natureza, Rural, Termalismo, Animação); Formação profissional; Agricultura; Setores criativos, empresas de base tecnológica; Ambiente e Ação social. Para algumas reuniões setoriais podem ser convidados agentes de setores diferentes (do ensino superior podem estar por exemplo nos “produtores artesanais”).

Os *brainstormings* locais serão realizados nos concelhos de Oliveira de Frades, São Pedro do Sul, Vila Nova de Paiva e Vouzela. Serão reuniões de maior proximidade, desenvolvidas em conjunto com os respetivos municípios, por forma a responder às solicitações das entidades, agentes e promotores de projetos, no que diga respeito aos fundos que a ADDLAP gere.

O primeiro *brainstormings* local ocorreu a 28 de Janeiro de 2015 e foi dedicada ao “Ensino Superior”, tendo lugar nas instalações da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viseu.

Nesta reunião estiveram presente 32 docentes de todas as instituições de ensino superior pertencentes a diferentes áreas do conhecimento, desde as Engenharias, Gestão e Turismo até às Ciências da Educação, da Saúde e Psicologia às Ciências Agrárias, da Informática e Matemática ao Design, Artes e Cultura, etc.

Depois de uma breve apresentação das linhas gerais do que poderá vir a ser a Estratégia, que se encontra na fase final de realização, foram constituídos quatro grupos de trabalho em torno das seguintes áreas temáticas: “Bem-Estar”, “Turismo”, “Setor Criativo”, “Economia da terra”. No final, cada grupo apresentou as principais ideias que agora importa continuar a desenvolver no sentido de se chegar à construção de Projetos:

**a) Grupo TURISMO**

O grupo começou por definir como recursos endógenos a trabalhar, a natureza, a saúde e bem-estar e a cultura. Foi definido como grande objetivo a promoção institucional entre diversos setores mais os recursos endógenos. As ideias/projetos registados foram:

- 1) Criação de um portal/plataforma que agregue a oferta turística – criar e gerir um sistema de informação possibilitando os *downloads* de aplicações móveis.
- 2) Formação Específica – cursos de formação para Técnicos de Turismo em Câmaras; Guias; Promotores Culturais; Gestores de Termas (p.e. Guias de Interpretação de Natureza; Guias Especialistas em Saúde e Bem-Estar; Formação para Gestores de Termas, Guias para Circuitos Literários).
- 3) Adaptação / Criação de Rotas Intermunicipais: a) Rotas que já existem - avaliar a sua conservação, divulgação e possibilidade de agregação, nomeadamente intermunicipais; b) Criação de circuitos diferenciados com necessidade de internacionalização/venda. Agregar iniciativas no âmbito do “Turismo Criativo – Turismo de Experiência” (experiência com artesanos; experiência na área da gastronomia; circuitos literários; recriações históricas; turismo interativo que interage com o território – valorizando a identidade) e da “Educação Ambiental” (“Escola sai à rua” - Incentivar as escolas a levarem os alunos a fazerem as rotas já existentes ou que venham a ser criadas).
- 4) Promover a georreferenciação do território.
- 5) Criar uma base de dados eficaz em cada estância termal, que permita medir indicadores de qualidade e satisfação, informação que pode ser utilizada na divulgação/promoção/gestão de estâncias termais.

**b) Grupo SETOR CRIATIVO**

Registaram-se as seguintes ideias de projeto:

- IDEIA DE PROJETO nº1: Criação de uma Super Rede de Colaboração – “Centro de Ciência em Rede”.

Promover o trabalho em rede de todos os Centros de Ciência Viva existentes no território da ADDLAP e fora dele, que tivessem interesse em colaborar, por forma a organizar a oferta, identificando o que existe, as valências de cada um e propor novos conteúdos, novas imagens, criar exposições itinerantes, ro-

teiros científicos, etc. Seria ainda necessário avaliar a necessidade de criar outros Centros para complementar os existentes.

Seria uma forma de criar novos públicos e um projeto do ensino superior para a comunidade, pois permitiria manter os Centros de Ciência Viva, em funcionamento, ancorados numa Rede Regional de Ciência subordinada aos seguintes pressupostos: i) Inserida em roteiros de turismo científico, património e cultura; ii) Os Centros promovem os seus produtos, atividades na rede; iii) A rede está inserida nas redes europeias; iv) Os públicos circulam em rede; v) Os centros promovem formação formal e informal; vi) A programação pode e deve ser feitas em rede; vii) O ensino superior como promotor de novos conteúdos, assessoria científica, investigação aplicada; viii) A rede pode crescer faseadamente.

Com a criação de roteiros científicos e trabalhando em rede, poder-se-ia prolongar a estadia dos visitantes nos territórios, pelo que cada município deveria interessar-se envolver-se para que este projeto pudesse ganhar escala.

- IDEIA DE PROJETO nº2: Centro de Tecnologia e Recursos Interdisciplinar

Criação de um Centro de Tecnologia e Recursos Interdisciplinar, que resolva problemas de competitividade, e outros, nas empresas e tecido regional, como por exemplo o apoio às empresas para desenhar / redesenhar imagens, logos dos produtos da terra, como o vinho, rendas de Tibaldinho, mobiliário, etc. Este Centro poderá ainda ajudar na internacionalização, tendo em conta a criação de uma associação local de produção/promoção dos frutos vermelhos, com a criação de sites, imagem, plataformas etc.

### c) Grupo “BEM – ESTAR”

O Grupo entendeu atribuir um título a três áreas de trabalho que servirão de “chapéu”:

1 - Estilos de vida saudáveis:

1.1 - Academia Dão petiz – criar um projeto educativo (ciclo do vinho, do linho, do pão, etc).

1.2 - Levantamento/ caracterização de parâmetros de saúde/nutrição e atividade física – Criação de plataforma para identificar áreas de projeto, caracterização da população.

1.3 - Envelhecimento ativo (atividade física, tradições, saúde, percursos ecológicos) - criação de uma plataforma e de uma rede para definição de estratégias e projetos de intervenção no território.

2- Divulgação e promoção dos territórios e seu património – Levantamento fotográfico e videográfico do que existe para ser usado em termos educativos.

3 - Caracterização das necessidades educativas especiais/identificação de respostas existentes/ intervenção.

**d) Grupo “ECONOMIA DA TERRA”**

O grupo debruçou-se sobre os pequenos produtores: i) Promover a agricultura e trazer jovens – envolver os jovens agricultores e o saber dos antigos produtores; ii) Promover a Internacionalização.

Destacaram-se duas ideias de projeto: i) Promover os produtos endógenos (vinho, fumeiro, etc.); ii) Promover a transformação dos produtos da floresta.

Foi reconhecida a importância do ensino superior para o território, ao nível do apoio na transformação de produtos, formação, estudos de mercado.

**F.2. Implementação e Controlo da ELD**

**F.2.1. Organização da parceria para assegurar as atividades de animação e de acompanhamento da ELD**

A auscultação de uma multiplicidade de atores permite, inevitavelmente, não só uma maior variedade de opiniões e de interesses (agricultura, ambiente, cultura, economia, educação e social), como também uma maior diversificação dos domínios de ação, das preocupações e das incertezas, apesar do enriquecimento de saberes postos à disposição do coletivo.

Acresce, ainda, que quanto maiores forem as dinâmicas participativas-colaborativas implementadas, maiores serão as exigências dos intervenientes e as suas expectativas relativamente ao que será feito com o seu envolvimento e contributos.

Neste âmbito, o GAL ADDLAP deverá promover a partilha de informação e a cooperação interna com os parceiros; bem como zelar, desde a elaboração até à implementação da ELD, pela participação dos vários setores de atividade no processo de desenvolvimento do respetivo território de intervenção. O OG assume, neste contexto, um papel fundamental, designadamente ao “Assegurar a participação dos parceiros locais na implementação, no acompanhamento e na avaliação da estratégia definida e cumprir com as recomendações decorrentes dessa participação e, se necessário, propor à Comissão de Acompanhamento Estratégico, alterações na ELD, de forma a alcançar os objetivos propostos.”, de acordo com o ponto 2 do Artº 19º. do Regulamento da Parceria do GAL ADDLAP 214-2020 “Competências do Órgão de Gestão”.

Para a **elaboração da ELD**, como estratégia de sensibilização e de promoção da participação para o DLBC, o GAL ADDLAP promoveu a realização de 5 Ateliers Temáticos Participativos, 1 por concelho, onde foi solicitado a um total de 59 pessoas de diferentes entidades parceiras, que refletissem de forma organizada, e em grupo, sobre o presente e o futuro do território da ADDLAP, na perspetiva do apoio ao diagnóstico em curso e à definição da visão que a parceria preconiza para o território no médio prazo. A

continuidade deste processo está a ser assegurada através da realização de brainstorming setoriais que se encontram em curso.

De acordo com as atribuições previstas na alínea c) do Artº 15º. do Regulamento da Parceria do GAL ADDLAP 2014-2020 “Competências da Comissão de Acompanhamento Estratégico”, a Comissão de Acompanhamento Estratégico é o órgão de acompanhamento da EDLBC da ADDLAP, que assegura a participação dos parceiros económicos e sociais e das entidades institucionais especialmente interessadas em razão da matéria, identifica soluções e gere oportunidades, de forma a garantir que a sua implementação, e as eventuais alterações, se mantenham coerentes com a EDLBC aprovada.

O acompanhamento passará, assim, pela promoção de reuniões setoriais, a realizar semestralmente, com o objetivo de auscultar as respetivas opiniões relativas à execução da ELD e introduzir as alterações que considerarem oportunas, de forma a responder claramente aos objetivos propostos e às necessidades dos territórios e população. Poderá, assim, emitir pareceres e apresentar propostas/sugestões dirigidos ao órgão de gestão, com a finalidade de melhorar a implementação da ELD.

Neste contexto, o envolvimento dos parceiros é fundamental, organizados ou não em setores de atividade, conforme previsto no Artº. 10º. do Regulamento da Parceria do GAL ADDLAP 2014-2020 “Direitos dos Parceiros”, designadamente através da participação nas atividades da Parceria; realização de propostas de alterações à atuação da Parceria; e apresentação de sugestões necessárias à prossecução dos seus objetivos.

### **F.2.2. Ações e instrumentos previstos para o acompanhamento e monitorização dos projetos e controlo da aderência a objetivos e metas**

O acompanhamento e a monitorização dos projetos a aprovar no âmbito da EDLBC constitui um relevante instrumento de controlo da aderência a objetivos e metas formulados na Estratégia e Plano de Ação. Essas tarefas serão conduzidas tecnicamente pelo OG , em apoio às atividades da CAE e de acordo com o Regulamento Interno a definir, no âmbito da parceria GAL ADDLAP.

A organização das reuniões com a **CAE - Comissão de Acompanhamento Estratégico**, para acompanhamento e monitorização, será feita de forma setorial e de acordo com as áreas de intervenção dos respetivos Fundos, nomeadamente, através da realização de reuniões com os membros da Parceria GAL/ADDLAP, por setor e que estejam envolvidos em projetos em que o financiamento seja FEDER, FEADER e FSE, respetivamente.

Com esta solução, garantimos a participação de todos os parceiros por Fundo e por setor, de modo a que os mesmos se sintam envolvidos e auscultados, nas suas necessidades e, em conjunto, possam en-

contrar soluções facilitadoras da resolução dos entraves que surjam ao desenvolvimento dos projetos, considerados estratégicos para a sub-região e para a execução da EDL.

A preparação das reuniões deve ser assegurada pela Equipa Técnica Local (ETL) e pelos respetivos responsáveis de cada Fundo e setor, por forma a que garantam o envolvimento constante das entidades e agentes do território.

**A ETL deverá elaborar mensalmente Relatórios**, com dados quantitativos sobre a evolução da implementação da EDLBC, apresentando-os à EG - Entidade Gestora da Parceria GAL/ADDLAP, para validação. Para a sua concretização, prevê-se a realização de **visitas a projetos**, quer as realizadas autonomamente pela ETL, quer as realizadas em conjunto com os parceiros, assim como a análise financeira e documental dos Pedidos de Apoio, desde a candidatura ao encerramento dos mesmos.

Em cada **semestre realizar-se-á uma reunião de trabalho, para avaliar os indicadores de resultado** pré-definidos a atingir, com a implementação dos projetos e da EDLBC, por Fundos e uma avaliação de natureza mais qualitativa da implementação da Estratégia.

A ETL deverá elaborar Relatórios destas **reuniões (mensais e semestrais) com indicadores quantitativos e qualitativos** que servirão de base aos trabalhos das reuniões da CAE, a realizar semestralmente.

A CAE deverá, assim, dispor de um documento com dados qualitativos e quantitativos, ilustrativo das necessidades para a adequada execução da EDL no território, por Fundo e por setor, para se poder pronunciar e propor as orientações que considere pertinentes para a concretização da Estratégia.

### F.2.3. Modalidade e instrumentos previstos para a avaliação interna da ELD

Tem-se em vista estruturar duas vertentes avaliativas: uma, de incidência interna (próxima da autoavaliação); e outra, tendo por objeto a atividade interna mas da responsabilidade de entidades externas.

As alíneas seguintes sistematizam os instrumentos a produzir:

- ✓ **Relatórios elaborados pela ETL**, apresentados mensalmente à EG - Entidade Gestora da Parceria GAL ADDLAP. Estes Relatórios são executados pela ETL, com base nos dados da Plataforma à medida que vão sendo analisados e submetidos os Pedidos de Pagamento, assim como através dos Relatórios de verificação física local (VFL) e reuniões com os beneficiários.
- ✓ **Relatórios com as conclusões das reuniões da CAE** e Relatórios das reuniões dos Grupos de Trabalho, a elaborar pela ETL e a ser apresentados à EG - Entidade Gestora da Parceria GAL ADDLAP, que deverá analisar e extrair ensinamentos a verter na sua intervenção futura.

O *Laboratório de Inovação Socio-territorial*, a criar na ADDLAP, deverá ser um dos instrumentos que poderá produzir documentos de suporte à melhor implementação da Estratégia no território.

- ✓ **Relatórios de execução para as Autoridades de Gestão e Pagamento**, aprovados pela EG do GAL ADDLAP, respondendo às solicitações e seguindo as orientações emanadas pelas mesmas, em matéria de acompanhamento de execução física e financeira dos projetos apoiados no âmbito do DLBC Rural.
- ✓ **Relatório de Avaliação Interna** da atividade desenvolvida pelo Gal ADDLAP, no âmbito do DLBC Rural, a realizar com recurso a entidades externas.

#### F.2.4. Ações de animação e promoção do território de atuação

O envolvimento entre as diversas entidades do território será uma mais-valia para a região e para os objetivos intrínsecos à estratégia, traduzindo-se no estabelecimento de redes de cooperação para partilha de conhecimentos entre os vários setores estratégicos destacando, desde já, a estreita colaboração com as associações de desenvolvimento local ADD, ADRIMAG, ADICES e com a CIM Viseu, Dão Lafões, com as quais desenvolveu diversos projetos inerentes às atividades de divulgação e valorização do território.

A parceria do GAL ADDLAP é, neste sentido, abrangente e dotada de parceiros reconhecidos no território, que conjugando as suas potencialidades individuais com a oferta de produtos e recursos característicos da região, irão contribuir para o desenvolvimento de iniciativas inovadoras e de animação do território, através da preparação de diversas atividades de promoção e divulgação.

No que respeita à Animação e Acompanhamento, as ações apresentadas preveem o envolvimento dos Parceiros na realização de um conjunto diversificado de atividades, tendo em vista desenvolver competências e estabelecer parcerias; promover o encontro e diálogo entre as pessoas; fomentar o intercâmbio de saberes; e aproximar os setores de atividade em áreas distintas como: Agricultura, Turismo, Ambiente, Floresta, Produtos Endógenos, Competitividade e Empreendedorismo, Arte, Criatividade e Inovação, Cultura e Ação Social, Educação e Formação.

Neste âmbito, propõe-se a realização de um conjunto de iniciativas maioritariamente imateriais, com os objetivos de aquisição de competências, através da organização de atividades formativas destinadas aos elementos da ETL para aquisição de práticas e conhecimentos necessários ao bom desempenho das competências que lhes são atribuídas; e animação do território através da preparação de diversas inicia-

tivas conducentes à promoção; ao encontro e diálogo entre pessoas; à aproximação entre os setores; ao intercâmbio do saber; e à complementaridade entre as competências, designadamente:

✓ Promoção e Divulgação dos Produtos Endógenos

Esta ação tem como objetivo a promoção e dinamização do turismo cultural, focalizado essencialmente para a gastronomia/enologia, património e artesanato. O recurso às TIC como instrumento de valorização da oferta; a disponibilização de informação organizada e com qualidade, assim como a participação em eventos temáticos são, nesta ação, uma aposta estratégica. Ainda neste âmbito, o desenvolvimento de suportes de divulgação das atividades desenvolvidas no território do GAL ADDLAP são fundamentais, nomeadamente:

- Criar brochuras de divulgação de produtos locais e produtores da região;
- *Showcooking* de produtos locais, realizados por chefes reconhecidos;
- Contribuir para uma inovação gastronómica, com a recriação de receitas rurais tradicionais, adaptadas às atuais necessidades da população citadina;
- Ações de formação e sensibilização nas escolas do território;
- Proporcionar fóruns de auscultação;
- Desenvolver atividades ligadas à economia da “terra”, nomeadamente agrícolas, jardinagem, vitivinícolas, entre outras; como resposta a necessidades de atividades ocupacionais, pedagógicas e terapêuticas, para jovens e idosos;
- Promover debates entre entidades/indivíduos para partilha de *Know-how*, definição de estratégias conjuntas de comercialização e para proporcionar a aproximação entre os setores;
- Elaborar um plano de marketing turístico.

✓ Informação e aconselhamento da população local

O distanciamento aos canais de decisão e a dificuldade em aceder a vários tipos de informação são algumas das características ainda presentes em determinadas áreas do território do GAL ADDLAP. Neste sentido, pretende-se:

- Otimizar os Espaços Terras do território, como postos de aconselhamento periódico, com o objetivo de encaminhar novos investidores e empreendedores; proporcionar uma atualização de informação, de tendências dos mercados globais e necessidades locais e os instrumentos financeiros adequados;
- Realizar feiras de associativismo com as entidades do território de cada espaço terras, com o objetivo de divulgar as atividades e produtos desenvolvidos pelas associações locais.

✓ Comercialização de produtos

Em articulação com a iniciativa anterior pretende-se trabalhar esta temática de uma forma integrada, desde a produção até à comercialização, envolvendo diferentes agentes e estabelecimentos de ensino superior. Porque os produtos tradicionais de qualidade continuam a ser produzidos e a procura dita a renovação e inovação da oferta, é fundamental estruturar uma estratégia integrada de marketing e criar pontos de contacto entre produtor e consumidor, designadamente:

- Promover mercados de produtores, como oportunidade em criar valor no território e reforçar a especificidade dos produtos (circuitos curtos);
  - Realizar e participar em feiras e eventos;
  - Apoiar estudos de investigação e estratégias de venda das marcas do território;
  - Organizar eventos temáticos, com o objetivo de promover o património cultural e produtos tradicionais de interesse turístico.
  - Ações de sensibilização para a certificação e integração em sistemas de qualidade.
- ✓ Formação/Qualificação

Os baixos níveis de formação e qualificação da população ativa constituem um dos principais obstáculos à consolidação e desenvolvimento do território do GAL ADDLAP. Este dado, em conjunto com o baixo nível de investimento em I&D e a preponderância de postos de trabalho pouco qualificados, fragiliza o tecido económico, estabelecendo como essencial a promoção de um programa de formação e qualificação, que reforce as competências do tecido empresarial local nestes domínios. Torna-se, assim, necessário, proporcionar a criação das condições necessárias para que os jovens quadros superiores encontrem no território, o seu posto de trabalho, regenerando o tecido económico e, garantindo a sua sustentabilidade. É fundamental, a realização de cursos de formação e qualificação e que permitam aos agentes locais uma atualização de conhecimentos práticos e uma constante adaptação às novas exigências do mercado. Este é dos canais possíveis de transferência de saber, que deverá ser articulado com os parceiros. Destacamos, assim, as seguintes linhas de ação:

- Apoiar a criação e a qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local;
- Apoio à ligação da economia social e tecnológica com a criação do próprio emprego (ninhos de empresas para jovens), a formação, a cultura, as indústrias criativas, a recuperação do património, ...

A ETL do GAL poderá, também, ser valorizada através de um conjunto de ações formativas, para aquisição de práticas e conhecimentos necessários ao bom desempenho das competências que lhes são atri-

buídas para a implementação da EDL. Esta prioridade fundamenta o contributo para um processo de desenvolvimento de ações e redes de cooperação, para a atuação em domínios estratégicos como o ambiente, a agricultura, a floresta, turismo, inovação e criatividade.

### F.2.5. Ações a realizar e meios a utilizar para publicitar a EDL e difundir resultados

A estratégia de divulgação e comunicação será o elo de ligação entre a idealização e a concretização, entre o rural e o moderno; despertando para o empreendedorismo, competitividade e associativismo. Será privilegiada a utilização dos seguintes meios: sessões de divulgação presenciais com os parceiros e/ou público em geral; divulgação de vídeos promocionais da região e dos produtos que a distinguem, em locais identificados como estratégicos; brochuras de identificação de produtores, produtos e pontos de venda habituais; portal de localização de produtos endógenos, artesanato local e identitário; reformulação do website da ADDLAP, com informação relevante para investidores, produtores e comunidade local; publicações e anúncios; eventos temáticos; workshops; realização de concursos gourmet Dão, Lafões e Alto Paiva (para escolha da capa de brochura); promover os produtos endógenos com recriação de receitas tradicionais; agendas de eventos; testemunhos de promotores; artigos de opinião e reflexão de personalidades de mérito reconhecido; material gráfico interno; redes sociais; mailing list para difusão de informação a sócios e parceiros; realização de questionários online para avaliação de iniciativas desenvolvidas e identificação das necessidades reais; boletim informativo eletrónico.

No seguimento de toda a atividade desenvolvida pela ADDLAP, no âmbito do subprograma 3 do PRODER abordagem LEADER, irão ser otimizados projetos criados e apoiados pelo GAL, nomeadamente a utilização dos **Espaços Terras**, com a realização de *workshops* e reuniões setoriais. Continuará a funcionar como ponto estratégico de divulgação e promoção territorial pretendendo-se, contudo, alcançar outra dimensão na informação a incutir aos produtores locais, para que cresçam pela qualidade, quantidade e aumento da procura dos produtos identitários.

Pretende-se, neste âmbito, desenvolver ações que promovam o interesse pela certificação e integração. Ou seja, irão ser desenvolvidas ações que sustentam a divulgação e dinamização de atividades no território da ADDLAP, com o objetivo de oferecer o rural como uma oportunidade de desfrutar e promover a saúde e bem-estar; como um impulsionador da oferta turística da região, conjugado com os produtos, saberes e património histórico, cultural e religioso; como um promotor de ideias de negócio inovadoras para novos investidores e como encorajamento de investidores locais.



**ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
DE BASE COMUNITÁRIA, PARA O TERRITÓRIO  
DE INTERVENÇÃO DO GAL ADDLAP**

**ANEXO I – FIGURAS E QUADROS**

**CANDIDATURA À FASE DE  
PRÉ-QUALIFICAÇÃO**

**FEVEREIRO DE 2015**



PROGRAMA DE  
DESENVOLVIMENTO  
RURAL 2014 · 2020



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu Agrícola  
de Desenvolvimento Rural

A Europa Investe nas Zonas Rurais

## Índice de Figuras

<b>Figura 1</b> - Exemplo de logomarca .....	6
<b>Figura 2</b> - Área de Intervenção da ADDLAP .....	8
<b>Figura 3</b> - Acessibilidades Rodoviárias no Território de Atuação da ADDLAP.....	9
<b>Figura 4</b> - Distribuição de Associados & Parceiros Segundo a Divisão do CAE .....	15
<b>Figura 5</b> - Modelo Organizacional .....	16
<b>Figura 6</b> - Diagrama da Competitividade Territorial .....	51
<b>Figura 7</b> - Cenários de Futuro .....	55
<b>Figura 8</b> - Objetivos Específicos, Domínios de Intervenção e Linhas de Ação que Suportam a Macro Estratégia.....	70
<b>Figura 9</b> - Momentos de Trabalho nos Diferentes Ateliês .....	89

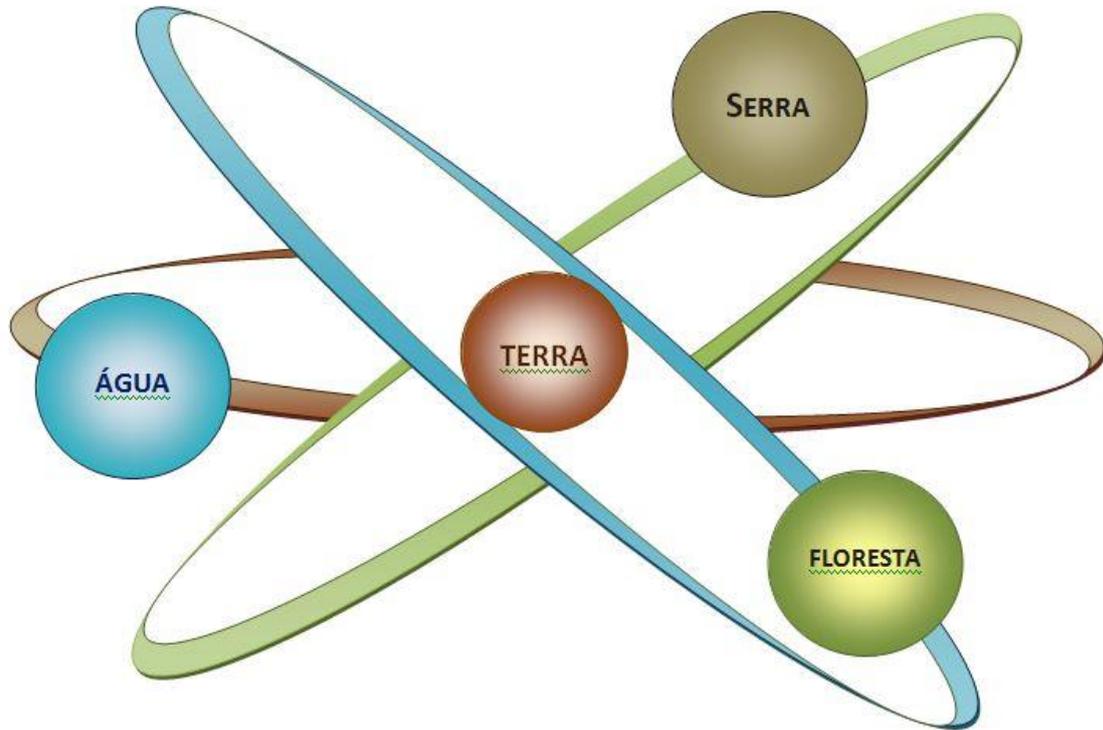
## Índice de Quadros

<b>Quadro 1</b> – População por Freguesia e Ruralidade.....	7
<b>Quadro 2</b> - Território de Atuação da ADDLAP.....	9
<b>Quadro 3</b> - Relação de Associados do GAL.....	10
<b>Quadro 4</b> - Recursos Humanos afetos à Estrutura Técnica Local (ETL) do GAL.....	16
<b>Quadro 5</b> - Variação da População Residente e da Densidade Populacional, 2001 - 2011 .....	17
<b>Quadro 6</b> – Variação da População Residente e da Densidade Populacional, 2001 - 2011 .....	18
<b>Quadro 7</b> - População Residente por Local de Residência e Grupo Etário, 2001 - 2011 .....	20
<b>Quadro 8</b> - Indicadores Demográficos Diversos, 2001 - 2013 .....	22
<b>Quadro 9</b> – Índices de Dependência por Freguesia, 2001 - 2011 .....	23
<b>Quadro 10</b> - Taxa de Analfabetismo por Concelho (%), 2001 - 2011.....	25
<b>Quadro 11</b> - Taxa de Analfabetismo por Freguesia (%), 2001 - 2011 .....	26
<b>Quadro 12</b> - Taxa de Abandono Escolar (%),2001 - 2011 .....	28
<b>Quadro 13</b> - Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário, 2006/2007 e 2011-2012.....	28
<b>Quadro 14</b> - Nº de Empresas por Atividade Económica e Localização Geográfica, 2007 - 2012.....	29
<b>Quadro 15</b> - Volume de Negócios (€) das Empresas por Localização Geográfica e Atividade Económica, 2007 – 2012.....	30
<b>Quadro 16</b> - Variação das Taxas de Atividade e de Desemprego por concelho, 2001 - 2011 .....	31
<b>Quadro 17</b> - Taxa de Atividade/ Desemprego por Freguesia, 2001 - 2011.....	32
<b>Quadro 18</b> - Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego, 2007-2014.....	34
<b>Quadro 19</b> - Variação do Nº de Explorações Agrícolas Segundo o Tipo de Utilização de Terras, 1999-2009.....	34
<b>Quadro 20</b> - Variação das Explorações Agrícolas com Culturas Permanentes, 1999 - 2009 .....	35
<b>Quadro 21</b> - Variação das Explorações Agrícolas com Culturas Temporárias, 1999 - 2009 .....	35
<b>Quadro 22</b> - Variação do Nº de Explorações Agrícolas com Efetivos Animais, por Espécie - 1999-2009..	36
<b>Quadro 23</b> - Proporção do Pessoal ao Serviço (%) nas Empresas na CAE Agricultura, Produção Animal, Caça e Atividades dos Serviços Relacionados, em Relação ao Total.....	36
<b>Quadro 24</b> – Variação da Mão-de-obra Agrícola, 1999 - 2009 .....	37
<b>Quadro 25</b> - Proporção da população agrícola familiar na população residente (%), 1999 - 2009.....	37
<b>Quadro 26</b> - Variação do nº de Explorações Agrícolas com Mão-de-obra Familiar, 1999-2009 .....	37
<b>Quadro 27</b> - População Agrícola Familiar (N.º) por Escalão Etário (2009).....	38
<b>Quadro 28</b> - População Agrícola Familiar (N.º) por Nível de Escolaridade (2009).....	38
<b>Quadro 29</b> - Área dos Usos do Solo (ha) – Dados 2005/2006.....	39

<b>Quadro 30</b> - Áreas dos Povoamentos Florestais por Espécie de Árvore Dominante (ha) - Dados 2005/2006 .....	39
<b>Quadro 31</b> - Nº de Estabelecimentos Hoteleiros Segundo o Tipo de Estabelecimento, 2007 - 2012 .....	40
<b>Quadro 32</b> - Indicadores de Hotelaria, 2007 - 2012.....	40
<b>Quadro 33</b> - Empresas na CAE do Alojamento e Restauração, 2007 - 2012.....	40
<b>Quadro 34</b> - VAB nas Empresas na CAE do Alojamento e Restauração (mil€), 2007 -2012 .....	41
<b>Quadro 35</b> - Pessoal ao Serviço nas Empresas na CAE do Alojamento e Restauração, 2007 - 2012.....	41
<b>Quadro 36</b> - Empresas no Ramo de Atividade da Indústria Transformadora, 2007 - 2012.....	42
<b>Quadro 37</b> - Atividades mais Importantes no VAB das Empresas da Indústria Transformadora, 2012 ....	43
<b>Quadro 38</b> - Empresas na CAE do Comércio, 2007-2012.....	43
<b>Quadro 39</b> - Indicadores de Ambiente por Município, 2013 .....	44
<b>Quadro 40</b> - Tratamento e Recolha de RSU no Território de Atuação da ADDLAP .....	44
<b>Quadro 41</b> - Qualidade das Águas para Consumo Humano por Município, 2013.....	45
<b>Quadro 42</b> - Património Classificado e Em Vias de Classificação, no Território da ADDLAP .....	46
<b>Quadro 43</b> - Respostas dos Participantes nos Ateliês Temáticos Participativos, às Questões Estratégicas Específicas, por Eixo, Outubro de 2014.....	48
<b>Quadro 44</b> - Respostas dos Participantes nos Ateliês Temáticos Participativos, às Questões Estratégicas Transversais, por Eixo, Outubro de 2014 .....	52
<b>Quadro 45</b> - Preocupações Estratégicas Estruturantes para o Desenvolvimento do Território.....	56
<b>Quadro 46</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Atrações, Produtos, Recursos – Forças/ Pontos fortes .....	57
<b>Quadro 47</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Atrações, Produtos, Recursos – Debilidades/ Pontos fracos.....	59
<b>Quadro 48</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Capital Humano / Sistema Local de Oferta-Produção – Forças/ Pontos fortes .....	60
<b>Quadro 49</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Capital Humano / Sistema Local de Oferta-Produção – Debilidades/Pontos fracos .....	62
<b>Quadro 50</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Dimensão Organizativa / Infraestruturas e Serviços – forças/pontos fortes.....	65
<b>Quadro 51</b> - Análise SWOT - Área de Intervenção Dimensão Organizativa / Infraestruturas e Serviços – debilidades/pontos fracos.....	67
<b>Quadro 52</b> - Análise SWOT – Oportunidades no Território de Atuação da ADDLAP .....	68
<b>Quadro 53</b> - Análise SWOT - Ameaças no Território de Atuação da ADDLAP .....	69
<b>Quadro 54</b> -Proposta Macro de Estratégia de DLBC.....	71

<b>Quadro 55</b> - Coerência da Proposta Macro de Estratégia com os Domínios Diferenciadores e Apostas Indicativas da EEI-Centro, e os Objetivos Temáticos da Programação do PO Centro .....	74
<b>Quadro 56</b> - Coerência da Proposta Macro de Estratégia com o Plano de Ação CIM Viseu Dão Lafões...	76
<b>Quadro 57</b> - Conformidade da Proposta Macro de Estratégia com Instrumentos de Financiamento .....	77
<b>Quadro 58</b> - Aproximação aos Resultados esperados de Estratégia DLBC - Rural .....	80
<b>Quadro 59</b> - Indicadores FEADER .....	81
<b>Quadro 60</b> - Indicadores PO Centro .....	82
<b>Quadro 61</b> - Cenários GAL ADDLAP.....	85
<b>Quadro 62</b> - Distribuição dos Ateliês Temáticos Participativos pela Área de Intervenção.....	88
<b>Quadro 63</b> - Pessoas Presentes por Atividade dos Parceiros .....	88

Figura 1 - Exemplo de logomarca



**Quadro 1 – População por Freguesia e Ruralidade**

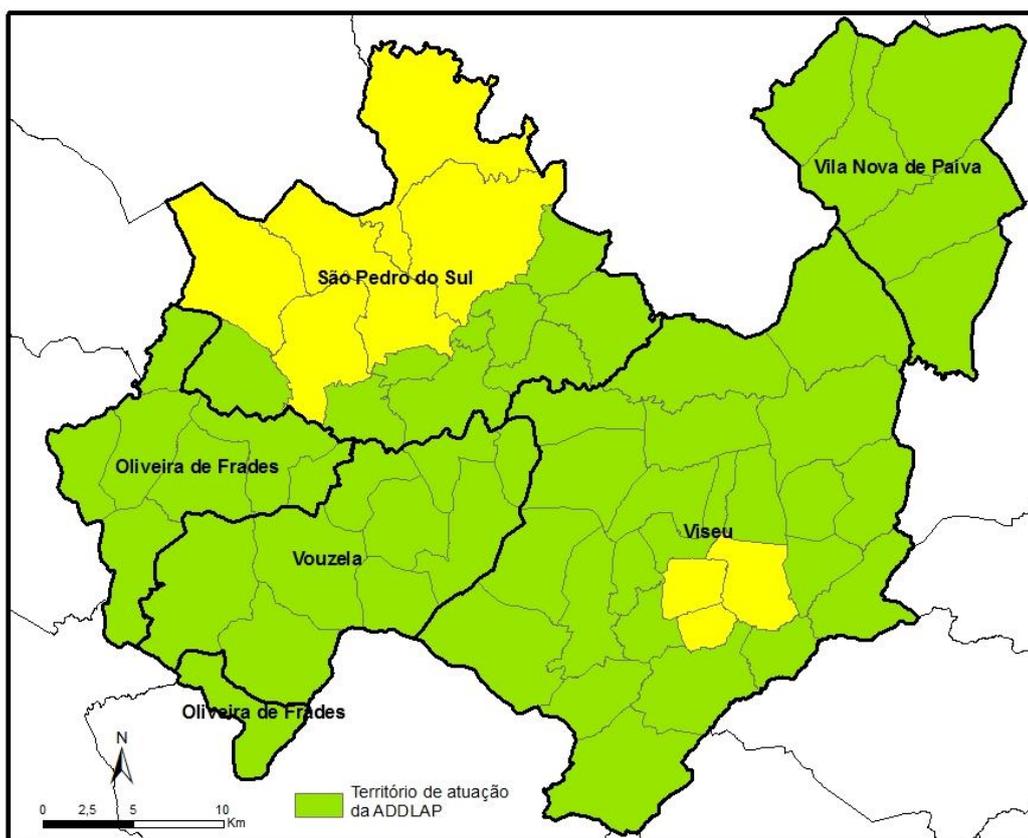
Concelho	Freguesia	População Residente	Rural
		2011	(S/N)
Oliveira de Frades	União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães	3.923	S
Oliveira de Frades	União das Freguesias de Destriz e Reigoso	688	S
Oliveira de Frades	União das Freguesias de Arca e Varzielas	718	S
Oliveira de Frades	Arcozelo das Maias	1.364	S
Oliveira de Frades	Pinheiro	1.277	S
Oliveira de Frades	Ribeiradio	1.011	S
Oliveira de Frades	São João da Serra	524	S
Oliveira de Frades	São Vicente de Lafões	756	S
S. Pedro do Sul	União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	5.728	S
S. Pedro do Sul	Bordonhos	547	S
S. Pedro do Sul	Figueiredo de Alva	816	S
S. Pedro do Sul	Pindelo dos Milagres	659	S
S. Pedro do Sul	Pinho	777	S
S. Pedro do Sul	São Félix	390	S
S. Pedro do Sul	Serrazes	1.001	S
S. Pedro do Sul	Valadares	805	S
S. Pedro do Sul	Vila Maior	962	S
Vila Nova de Paiva	União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	2.028	S
Vila Nova de Paiva	Pendilhe	546	S
Vila Nova de Paiva	Queiriga	575	S
Vila Nova de Paiva	Touro	918	S
Vila Nova de Paiva	Vila Cova à Coelheira	1.109	S
Viseu	União das Freguesias de Repeses e S. Salvador	6.316	S
Viseu	União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima	1.607	S
Viseu	União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá	2.673	S
Viseu	União das Freguesias de Barreiros e Cepões	1.584	S
Viseu	União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	1.950	S
Viseu	União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	2.823	S
Viseu	Abraveses	8.539	S
Viseu	Bodiosa	3.047	S
Viseu	Calde	1.469	S
Viseu	Campo	5.025	S
Viseu	Cavernães	1.348	S
Viseu	Cota	974	S
Viseu	Fragosela	2.662	S
Viseu	Lordosa	1.791	S
Viseu	Silgueiros	3.250	S
Viseu	Mundão	2.385	S
Viseu	Orgens	3.489	S
Viseu	Povolide	1.747	S
Viseu	Ribafeita	1.227	S
Viseu	Santos Evos	1.569	S
Viseu	São João de Lourosa	4.702	S
Viseu	São Pedro de France	1.370	S
Vouzela	União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas	1.459	S

Concelho	Freguesia	População Residente	Rural
		2011	(S/N)
Vouzela	União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas	1.103	S
Vouzela	União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues	1.997	S
Vouzela	Alcofra	1.025	S
Vouzela	Campia	1.542	S
Vouzela	Fornelo do Monte	288	S
Vouzela	Queirã	1.432	S
Vouzela	São Miguel do Mato	924	S
Vouzela	Ventosa	794	S

Nota: Corresponde ao Anexo I solicitado no Aviso.

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*.

Figura 2 - Área de Intervenção da ADDLAP



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2- Território de Atuação da ADDLAP

Unidade Territorial	Área (km <sup>2</sup> )	População 2011	Nº Freguesias
Centro	28.199,30	2.327.755	972
Dão-Lafões	3.488,90	277.240	163
<b>ADDLAP</b>	<b>1.267,71</b>	<b>99.233</b>	<b>53</b>
Oliveira de Frades	147,45	10.261	8
São Pedro do Sul	276,15	11.685	9
Vila Nova de Paiva	177,37	5.176	5
Viseu	475,09	61.547	22
Vouzela	191,65	10.564	9

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*; e *Anuário Estatístico da Região Centro 2013*.

Figura 3 - Acessibilidades Rodoviárias no Território de Atuação da ADDLAP.



Fonte: <http://viajar.clix.pt/mapa.php?d=7&lg=pt&w=viseu>. Acedido a 16/01/2015.

**Quadro 3 - Relação de Associados do GAL**

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
ADIV- Associação para o Desenvolvimento e Investigação de Viseu	Entidades do Sistema Científico e Tecnológico	82	Associações e Fundações	Campus Politécnico, Repeses 3504-510 Viseu
AIRV- Associação Empresarial da Região de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	800	Associações e Fundações	Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões 3500-618 Viseu
Associação Comercial do Distrito de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	1074	Associações e Fundações	Rua da Paz, 7 3500-168 Viseu
Associação de Andebol de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	20	Associações e Fundações	Rua Silva Gaio,48 3500 Viseu
Associação dos Apicultores da Beira Alta	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	321	Associações e Fundações	Estrada Romana, lote D, Parque Industrial de Coimbrões, 3500-618 Viseu
Associação de Futebol de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	88	Associações e Fundações	Avenida José Relvas, Fontelo 3500-143 Viseu
Centro Cultural Distrital de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	200	Associações e Fundações	Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 53 3500-071 Viseu
APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	660	Associações e Fundações	Rua APPACDM – Repeses 3500-431 Viseu
CEDRUS- Associação de Produtores Florestais de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	700	Associações e Fundações	Rua do Arrabalde, nº25 3500-084 Viseu
EON - Indústrias Criativas, Lda	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Empresas	Praça de Goa, 1 – 2ºEsq. 3510-069 Viseu
ZUNZUM Associação Cultural	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	678	Associações e Fundações	R. das Cerdeirinhas, nº73 Fragosela de Cima 3505-411 Viseu
Centro de Artes do Espetáculo de Viseu – Associação Cultural e Pedagógica	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	17	Associações e Fundações	Teatro Viriato – Largo Mouzinho de Albuquerque 3501-909 Viseu
CERV - Conselho empresarial da região de Viseu – Associação empresarial	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	4	Associações e Fundações	Rua da Paz, nº7 3500-168 Viseu

ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
CEC- Câmara de Comércio e Indústria do Centro	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	46	Associações e Fundações	Rua Coronel Júlio Veiga Simão 3025-307 Coimbra
Núcleo Distrital de Viseu da Associação da REAPN – Rede Europeia Anti Pobreza	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	1418	Associações e Fundações	Rua Costa Cabral nº2368 4200-218 Porto
Biosfera- As. Florestal de Caça e Pesca dos compartes de Ribeiradio	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	68	Associações e Fundações	Edf. Junta de Freguesia – Belmonte 3680-205 Ribeiradio
Associação Amigos de Vasconha	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	130	Associações e Fundações	Avenida da Associação Nº14 – Vasconha 3670-175 Vouzela
Sociedade Musical Vouzelense	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	375	Associações e Fundações	Rua Nova de Sampaio, 3670-270 Vouzela
Associação Vasconha BTT	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	30	Associações e Fundações	Avenida da Associação – Vasconha 3670-175 Queirã
Associação da Indústria Hoteleira e Similares das Termas de São Pedro do Sul	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	31	Associações e Fundações	Rua Doutor António José de Almeida, Balneário Rainha D. Amélia, Termas de São Pedro do Sul 3660-692 Várzea SPS
Associação de Solidariedade Social de Farminhão - ASSF	Saúde e Ação Social	809	Associações e Fundações	Rua da Escola, nº27 Farminhão 3510-643 Farminhão
Centro Social da Paróquia de Mundão	Saúde e Ação Social	N.A.	Associações e Fundações	Rua Pe. Fernando Marques, lote 34 Mundão 3505-611 Viseu
Misericórdia de Santo António	Saúde e Ação Social	785	Associações e Fundações	Rua da Misericórdia, nº6 3660-474 São Pedro do Sul
Centro Social de Cambra	Saúde e Ação Social	318	Associações e Fundações	Rua Vessada do Vale, nº15 Caveirós de Baixo, Cambra 3670-040 Vouzela
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vouzela	Saúde e Ação Social	2800	Associações e Fundações	R. dos Bombeiros Voluntários, nº22 3670-277 Vouzela
Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades	Educação	N.A.	Administração Central	Rua Nossa Senhora dos Milagres 3680-077 Oliveira de Frades

ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Fundação Joaquim dos Santos	Educação	N.A.	Associações e Fundações	Rua Morgado da Torre nº29, apartado 3, 3511-903 Torredeita
Escola Profissional D. Mariana Seixas	Educação	N.A.	Associações e Fundações	Edifício Socarvil, EN231, Qta da Alagoa – Ranhados 3500-606 Viseu
Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu	Entidades do Ensino Superior	N.A.	Administração Central	Estrada de Nelas, Quinta da Alagoa, Ranhados 3500-606 Viseu
Instituto Piaget – Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, CRL	Entidades do Ensino Superior	53	Cooperativa	Av. João Paulo II, Lote 544, 2º, 1950-157 Lisboa
Universidade Católica Portuguesa	Entidades do Ensino Superior	N.A.	Associações e Fundações	Estrada da Circunvalação, 3504-505 Viseu
Cooperativa de Linho de Várzea de Calde, CRL	Outras indústrias transformadoras	17	Cooperativa	Várzea de Calde 3515-753 Calde, Viseu
Cooperativa Agro-Pecuária “O Arado”, CRL	Comércio por grosso e a retalho	980	Cooperativa	Rua das Pinheiras nº6 – Carqueijal 3510-811 Torredeita
CASSEPEDRO- Cooperativa de Agro-Pecuária de S. P. Sul, CRL	Comércio por grosso e a retalho	2940	Cooperativa	Rua Correia de Oliveira, nº447 3660-462 São Pedro do Sul
FELBA – Promoção das Frutas e Legumes da Beira Alta, A.C.E.	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	8	Outras Entidades	Rua António Augusto Ferreira, Qta do Fontelo, Gumirães, 3500-021 Viseu
Fenafrutas - Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Hortofruticultores, FCRL	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	17	Associações e Fundações	Rua António Augusto Ferreira, Qta do Fontelo, Gumirães, 3500-021 Viseu
CPL- Serviço de Plantação e Limpeza, Lda	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	N.A.	Empresas	Adside, Campia, Vouzela 3670-056 Campia
Cooperativa Agrícola do Alto Paiva, CRL	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	2310	Cooperativa	Rua Egas Moniz, 126 3650-219 Vila Nova de Paiva
Promolafões- Promoção e Eventos, Lda	Outros	N.A.	Empresas	Reigoso 3680-192 Oliveira de Frades

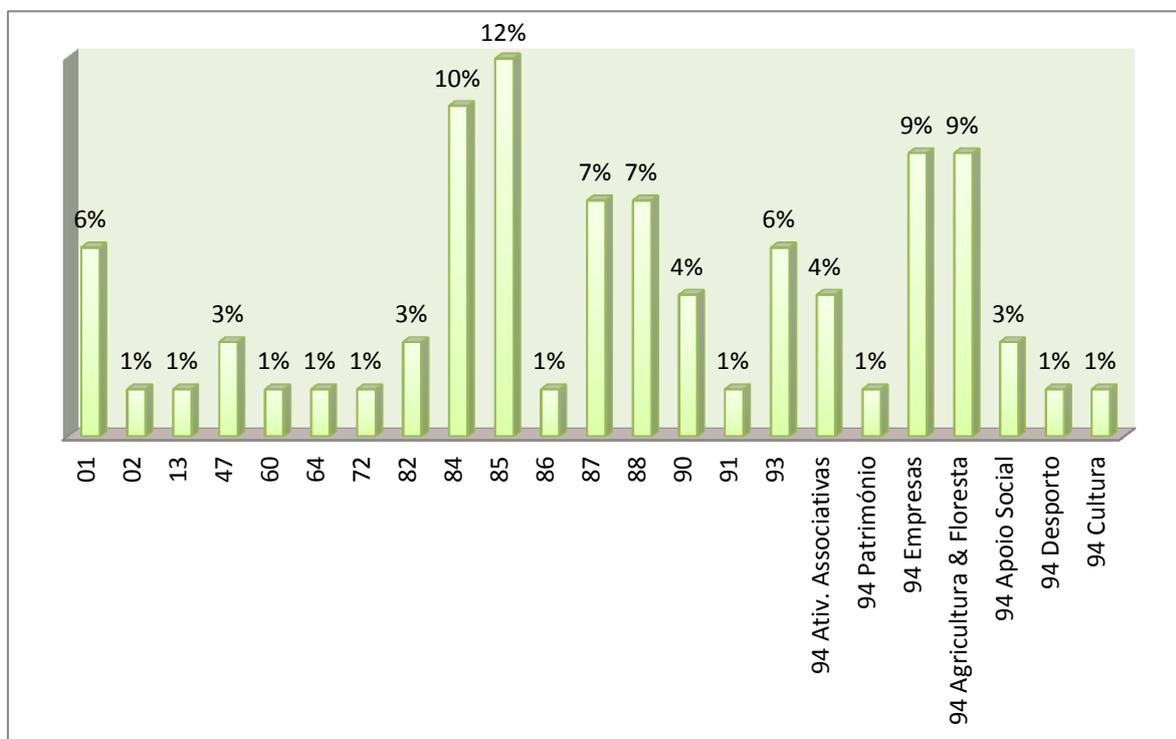
ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, C.R.L	Atividades financeiras	N.A.	Empresas	Edifício Jardim, Rua Serpa Pinto, 3660-512 São Pedro do Sul
Município de Viseu	Administração Pública	N.A.	Administração Local	Praça da República, 3514-501 Viseu
Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal	Administração Pública	N.A.	Administração Regional	Rua João Mendonça, 8 3800-200 Aveiro
Município de Oliveira de Frades	Administração Pública	N.A.	Administração Local	Largo Dr. Joaquim de Almeida 3680-111 Oliveira de Frades
Município de São Pedro do Sul	Administração Pública	N.A.	Administração Local	Largo da Câmara 3660-436 São Pedro do Sul
Município de Vouzela	Administração Pública	N.A.	Administração Local	Alameda D. Duarte de Almeida 3670 Vouzela
Município de Vila Nova de Paiva	Administração Pública	N.A.	Administração Local	Praça D. Afonso Henriques, 1 3650-207 Vila Nova de Paiva
Diocese de Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Associações e Fundações	Rua Nunes de Carvalho, nº12 3500-163 Viseu
ANJE – Associação Nacional de jovens Empresários - Viseu	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	N.A.	Associações e Fundações	Casa do Farol – Rua Paulo da Gama 4169-006 Porto
Comissão Vitivinícola Regional do Dão – CVR Dão	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	154	Associações e Fundações	Solar do Vinho do Dão – Rua Dr. Aristides de Sousa Mendes Apt 10 3501-908 Viseu
Associação de Criadores de Gado da Beira Alta	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	2500	Associações e Fundações	Parque de Leilão de Gado, Rio de Loba, 3501-908 Viseu
Associação Académica de Santa Cruz	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	153	Associações e Fundações	Santa Cruz 3680-023 Arcozelo das Maías
CoopRaízes – Cooperativa de Produtores das Terras de São Pedro do Sul, CRL	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	41	Cooperativa	Rua da Igreja Nova – Termas de S. Pedro do Sul
Centro Social de Vila Maior – IPSS	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	362	Associações e Fundações	Rua do Centro Social, nº6 Vila Maior 3660-727 Vila Maior
AEL - Associação Empresarial de Lafões	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	217	Associações e Fundações	Centro Coordenador de Transportes – Apartado 42 3670-249 Vouzela

ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

Designação	Sector de Atividade	Nº de Associados	Tipo de Entidade	Sede Social
Montis - Associação para a Gestão e Conservação da Natureza	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	189	Associações e Fundações	Urbanização Sampaio, Lote 21 3670-270 Vouzela
Associação de Defesa do Património, Ambiente e Consumidor "Amigos da Beira"	Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais	715	Associações e Fundações	Rua João Mendes, nº 51, 3º Esq. - Apartado 403 3500-142 Viseu
Misericórdia Nossa Senhor dos Milagres	Saúde e Ação Social	650	Associações e Fundações	Rua Coronel Neves, s/n 3680-119 Oliveira de Frades
Centro de Promoção Social de Carvalhais	Saúde e Ação Social	200	Associações e Fundações	Rua Padre José Rodrigues de Barros, nº219 3660-061 S. Pedro do Sul
Termalitur- Termas de São Pedro do Sul E.M., S.A.	Saúde e Ação Social	N.A.	Outras entidades públicas	Praça Dr. António José de Almeida, Termas 3660-692 Várzea SPS
ASSOPS - Associação de Passos de Silgueiros	Saúde e Ação Social	170	Associações e Fundações	Rua Dr. José Assunção, 113 Passos de Silgueiros 3500-541 Silgueiros
Cáritas da Paróquia de Queiriga	Saúde e Ação Social	451	Associações e Fundações	Av. Cimo do Souto 3650-051 Queiriga
Associação de Solidariedade e Cultural Cruz de Malta - IPSS	Saúde e Ação Social	150	Associações e Fundações	Rua Cruz dos Mourços, nº241 3650-120 Vila Cova à Coelheira
IPV - Instituto Superior Politécnico de Viseu	Entidades do Ensino Superior	559	Administração Central	Av. Coronel José Maria Vale de Andrade s/n, Campus Politécnico Santa Maria 3504-510 Viseu
Escola Profissional de Vouzela, Lda	Educação	3	Outras entidades públicas	Rua António Sérgio, 3670-242 Vouzela
Clube Desportivo de Caça e Pesca de Vila Nova de Paiva	Agricultura, produção animal, caça e atividades de serviços relacionados	300	Associações e Fundações	Rua José Martins, Pedralva 3650-220 Vila Nova de Paiva
Expovis – Promoção de Eventos Lda	Outros	2	Empresa	Pavilhão Multiusos – Rua Padre Costa 3510-063 Viseu
Cooperativa Rádio Vouzela, CRL	Outros	147	Cooperativa	Zona Industrial do Monte Cavallo, lote 16, 3670-272 Vouzela

Figura 4 - Distribuição de Associados & Parceiros Segundo a Divisão do CAE



**Legenda:**

- 01- Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados
- 02- Silvicultura e exploração florestal
- 13- Fabricação de têxteis
- 47- Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motocicletas
- 60- Atividades de rádio e de televisão
- 64- Atividades de serviços financeiros, exceto seguros e fundos de pensões
- 72- Atividades de investigação científica e de desenvolvimento
- 82- Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas
- 84- Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória
- 85- Educação
- 86- Atividades de saúde humana
- 87- Atividades de apoio social com alojamento
- 88- Atividades de apoio social sem alojamento
- 90- Atividades de teatro, de música, de dança e outras atividades artísticas e literárias
- 91- Atividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
- 93- Atividades desportivas, de diversão e recreativas
- 94- Atividades das organizações associativas

**Nota 1:**

No 94 subdividiu-se de acordo com a área efetivamente desenvolvida, uma vez que a maioria das entidades associativas regista-se no CAE 94, independente do setor de atuação.

Figura 5 - Modelo Organizacional



Quadro 4 - Recursos Humanos afetos à Estrutura Técnica Local (ETL) do GAL

Nome	Categoria	Função	Habilitações
Alfredo Manuel Pires Simões	Técnico Superior	Coordenador Geral	Mestre em Economia
Isabel Adelaide e Costa Silva Dias	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura Gestão de Desenvolvimento Social
Maria de São José Sabino Nogueira	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura em Planeamento Regional e Urbano
Júlia Paula Rodrigues de Carvalho	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura em Engenharia Agrária
Isabel dos Santos Correia de Oliveira	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura Gestão de Desenvolvimento Social
Andreia Marisa Antunes da Silva	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura em Educação Ambiental
Ana Patrícia Monteiro de Faria Amaral	Técnico Superior	Técnica do GAL	Licenciatura em Gestão de Empresas
Isabel Maria Albernaz Correia da Silva	Técnico Administrativo	Técnica do GAL	12.º Ano

Quadro 5 - Variação da População Residente e da Densidade Populacional, 2001 - 2011

Unidade Territorial	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente			Densidade Populacional	
		2001	2011	Var.	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>28.199,30</b>	<b>2.348.397</b>	<b>2.327.755</b>	<b>-0,9</b>	<b>83,3</b>	<b>82,5</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>3.488,90</b>	<b>286.313</b>	<b>277.240</b>	<b>-3,2</b>	<b>82,1</b>	<b>79,5</b>
<b><i>Território de Atuação da ADDLAP</i></b>	<b><i>1.267,71</i></b>	<b><i>100.967</i></b>	<b><i>99.233</i></b>	<b><i>-1,7</i></b>	<b><i>79,6</i></b>	<b><i>78,3</i></b>
Oliveira de Frades	147,45	10.584	10.261	-3,1	71,8	69,6
São Pedro do Sul (Ver Nota)	276,15	12.773	11.685	-8,5	46,3	42,3
Vila Nova de Paiva	177,37	6.141	5.176	-15,7	34,6	29,2
Viseu (Ver Nota)	475,09	59.553	61.547	3,3	125,4	129,5
Vouzela	191,65	11.916	10.564	-11,3	62,2	55,1

Nota: Em Viseu foram excluídas a União de Freguesias de Viseu, Ranhados, Rio de Loba. Em São Pedro do Sul foram excluídas as freguesias de Candal, Carvalhais, Covas do Rio, Manhouce, União de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, São Martinho das Moitas, Sul.

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*.

Quadro 6– Variação da População Residente e da Densidade Populacional, 2001 - 2011

Unidade Territorial	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente			Densidade Populacional	
		2001	2011	Var.	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>28.199,30</b>	<b>2.348.397</b>	<b>2.327.755</b>	<b>-0,9</b>	<b>83,3</b>	<b>82,5</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>3.488,90</b>	<b>286.313</b>	<b>277.240</b>	<b>-3,2</b>	<b>82,1</b>	<b>79,5</b>
<i>Território de Atuação da ADDLAP</i>	<i>1.267,71</i>	<i>100.967</i>	<i>99.233</i>	<i>-1,7</i>	<i>79,6</i>	<i>78,3</i>
<b>Oliveira de Frades</b>	<b>147,45</b>	<b>10.584</b>	<b>10.261</b>	<b>-3,1</b>	<b>71,8</b>	<b>69,6</b>
União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães	23,04	3.362	3.923	16,7	145,9	170,3
União das Freguesias de Destriz e Reigoso	25,58	772	688	-10,9	30,2	26,9
União das Freguesias de Arca e Varzielas	20,35	821	718	-12,5	40,3	35,3
Arcozelo das Maias	21,07	1.617	1.364	-15,6	76,7	64,7
Pinheiro	22,25	1.369	1.277	-6,7	61,5	57,4
Ribeiradio	15,17	1.207	1.011	-16,2	79,6	66,6
São João da Serra	12,21	643	524	-18,5	52,7	42,9
São Vicente de Lafões	7,78	793	756	-4,7	101,9	97,2
<b>São Pedro do Sul (Ver Nota)</b>	<b>276,15</b>	<b>12.773</b>	<b>11.685</b>	<b>-8,5</b>	<b>46,3</b>	<b>42,3</b>
União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	21,13	5.810	5.728	-1,4	275,0	271,1
Bordonhos	150,15	603	547	-9,3	4,0	3,6
Figueiredo de Alva	15,56	1.026	816	-20,5	65,9	52,4
Pindelo dos Milagres	19,36	714	659	-7,7	36,9	34,0
Pinho	15,52	983	777	-21,0	63,3	50,1
São Félix	3,73	399	390	-2,3	107,0	104,6
Serrazes	16,19	1.104	1.001	-9,3	68,2	61,8
Valadares	20,42	1.007	805	-20,1	49,3	39,4
Vila Maior	14,09	1.127	962	-14,6	80,0	68,3
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>177,37</b>	<b>6.141</b>	<b>5.176</b>	<b>-15,7</b>	<b>34,6</b>	<b>29,2</b>
União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	37,78	2.217	2.028	-8,5	58,7	53,7
Pendilhe	24,21	648	546	-15,7	26,8	22,6
Queiriga	35,46	712	575	-19,2	20,1	16,2
Touro	47,75	1.247	918	-26,4	26,1	19,2
Vila Cova à Coelheira	32,17	1.317	1.109	-15,8	40,9	34,5
<b>Viseu (Ver Nota)</b>	<b>475,09</b>	<b>59.553</b>	<b>61.547</b>	<b>3,3</b>	<b>125,4</b>	<b>129,5</b>
União das Freguesias de Repeses e S. Salvador	10,09	5.126	6.316	23,2	508,0	626,0
União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima	24,22	1.666	1.607	-3,5	68,8	66,4
União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá	15,29	2.576	2.673	3,8	168,5	174,8
União das Freguesias de Barreiros e Cepões	32,69	1.702	1.584	-6,9	52,1	48,5
União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	20,68	2.047	1.950	-4,7	99,0	94,3
União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	34,66	2.827	2.823	-0,1	81,6	81,4
Abraveses	11,95	8.046	8.539	6,1	673,3	714,6
Bodiosa	25,60	3.110	3.047	-2,0	121,5	119,0
Calde	38,36	1.647	1.469	-10,8	42,9	38,3
Campo	15,48	4.358	5.025	15,3	281,5	324,6
Cavernães	14,13	1.471	1.348	-8,4	104,1	95,4
Cota	40,50	1.281	974	-24	31,6	24,0
Fragosela	10,82	2.228	2.662	19,5	205,9	246,0

(continuação)

Região/NUT/Concelho/Freguesia	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente			Densidade Populacional	
		2001	2011	Var.	2001	2011
Lordosa	23,26	1.884	1.791	-4,9	81,0	77,0
Silgueiros	36,86	3.590	3.250	-9,5	97,4	88,2
Mundão	15,79	1.703	2.385	40,0	107,9	151,0
Orgens	10,53	3.462	3.489	0,8	328,8	331,3
Povolide	20,22	1.959	1.747	-10,8	96,9	86,4
Ribafeita	18,59	1.461	1.227	-16,0	78,6	66,0
Santos Evos	12,43	1.642	1.569	-4,4	132,1	126,2
São João de Lourosa	24,30	4.316	4.702	8,9	177,6	193,5
São Pedro de France	18,64	1.451	1.370	-5,6	77,8	73,5
<b>Vouzela</b>	<b>191,65</b>	<b>11.916</b>	<b>10.564</b>	<b>-11,3</b>	<b>62,2</b>	<b>55,1</b>
União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhas	33,49	1.595	1.459	-8,5	47,6	43,6
União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas	12,67	1.244	1.103	-11,3	98,2	87,1
União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues	13,54	2.138	1.997	-6,6	157,9	147,5
Alcofra	28,32	1.202	1.025	-14,7	42,4	36,2
Campia	37,06	1.656	1.542	-6,9	44,7	41,6
Fornelo do Monte	15,24	330	288	-12,7	21,7	18,9
Queirã	24,01	1.702	1.432	-15,9	70,9	59,6
São Miguel do Mato	9,11	1.128	924	-18,1	123,8	101,4
Ventosa	18,21	921	794	-13,8	50,6	43,6

Nota: Em Viseu foram excluídas a União de Freguesias de Viseu, Ranhados, Rio de Loba. Em São Pedro do Sul foram excluídas as freguesias de Candal, Carvalhais, Covas do Rio, Manhouce, União de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, São Martinho das Moitas, Sul.

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*.

Quadro 7 - População Residente por Local de Residência e Grupo Etário, 2001 - 2011

Território de Atuação da ADDLAP	2001			2011				
	Total	0-14 anos	65 e mais anos	Total	0-14 anos	%	65 e mais anos	%
<b>ADDLAP</b>	<b>100.967</b>	<b>16.763</b>	<b>18.083</b>	<b>99.233</b>	<b>14.526</b>	<b>14,6</b>	<b>21.404</b>	<b>21,6</b>
<b>Oliveira de Frades</b>	<b>10.584</b>	<b>1.830</b>	<b>2.064</b>	<b>10.261</b>	<b>1.543</b>	<b>15,0</b>	<b>2.164</b>	<b>21,1</b>
União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães	3.362	626	518	3.923	712	18,1	599	15,3
União das Freguesias de Destriz e Reigoso	772	114	182	688	79	11,5	177	25,7
União das Freguesias de Arca e Varzias	821	119	191	718	91	12,7	215	29,9
Arcozelo das Maias	1.617	261	333	1.364	179	13,1	349	25,6
Pinheiro	1.369	244	291	1.277	177	13,9	278	21,8
Ribeiradio	1.207	219	254	1.011	128	12,7	241	23,8
São João da Serra	643	96	141	524	55	10,5	154	29,4
São Vicente de Lafões	793	151	154	756	122	16,1	151	20,0
<b>São Pedro do Sul</b>	<b>12.773</b>	<b>2.059</b>	<b>2.621</b>	<b>11.685</b>	<b>1.563</b>	<b>13,4</b>	<b>2.827</b>	<b>24,2</b>
União das Freguesias de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões	5.810	976	1.034	5.728	849	14,8	1.203	21,0
Bordonhos	603	117	105	547	97	17,7	106	19,4
Figueiredo de Alva	1.026	176	202	816	98	12,0	204	25,0
Pindelo dos Milagres	714	77	179	659	73	11,1	201	30,5
Pinho	983	165	192	777	96	12,4	210	27,0
São Félix	399	56	97	390	43	11,0	112	28,7
Serrazes	1.104	171	269	1.001	123	12,3	294	29,4
Valadares	1.007	135	262	805	72	8,9	242	30,1
Vila Maior	1.127	186	281	962	112	11,6	255	26,5
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>6.141</b>	<b>1.043</b>	<b>1.380</b>	<b>5.176</b>	<b>700</b>	<b>13,5</b>	<b>1.370</b>	<b>26,5</b>
União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas	2.217	388	481	2.028	313	15,4	480	23,7
Pendilhe	648	116	170	546	67	12,3	137	25,1
Queiriga	712	88	204	575	50	8,7	247	43,0
Touro	1.247	232	241	918	136	14,8	232	25,3
Vila Cova à Coelheira	1.317	219	284	1.109	134	12,1	274	24,7
<b>Viseu</b>	<b>59.553</b>	<b>10.066</b>	<b>9.381</b>	<b>61.547</b>	<b>9.388</b>	<b>15,3</b>	<b>12.201</b>	<b>19,8</b>
União das Freguesias de Repeses e S. Salvador	5.126	852	638	6.316	1.110	17,6	904	14,3
União das Freguesias de Couto de Baixo e Couto de Cima	1.666	229	335	1.607	222	13,8	372	23,1
União das Freguesias de Fail e Vila Chã de Sá	2.576	504	290	2.673	471	17,6	417	15,6
União das Freguesias de Barreiros e Cepões	1.702	240	411	1.584	182	11,5	487	30,7
União das Freguesias de São Cipriano e Vil de Souto	2.047	353	316	1.950	271	13,9	412	21,1
União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita	2.827	362	703	2.823	317	11,2	837	29,6
Abraveses	8.046	1.582	740	8.539	1.452	17,0	1.192	14,0
Bodiosa	3.110	555	501	3.047	414	13,6	689	22,6
Calde	1.647	234	385	1.469	136	9,3	431	29,3
Campo	4.358	764	526	5.025	878	17,5	787	15,7
Cavernães	1.471	238	282	1.348	174	12,9	292	21,7
Cota	1.281	156	378	974	67	6,9	401	41,2
Fragosela	2.228	407	280	2.662	473	17,8	383	14,4
Lordosa	1.884	277	414	1.791	189	10,6	552	30,8

(continuação)

Território de Atuação da ADDLAP	2001			2011				
	Total	0-14 anos	65 e mais anos	Total	0-14 anos	%	65 e mais anos	%
Silgueiros	3.590	537	783	3.250	390	12,0	868	26,7
Mundão	1.703	305	203	2.385	531	22,3	293	12,3
Orgens	3.462	615	401	3.489	547	15,7	605	17,3
Povolide	1.959	323	356	1.747	222	12,7	426	24,4
Ribafeita	1.461	201	316	1.227	133	10,8	363	29,6
Santos Evos	1.642	249	284	1.569	211	13,4	348	22,2
São João de Lourosa	4.316	840	549	4.702	838	17,8	721	15,3
São Pedro de France	1.451	243	290	1.370	160	11,7	421	30,7
<b>Vouzela</b>	<b>11.916</b>	<b>1.765</b>	<b>2.637</b>	<b>10.564</b>	<b>1.332</b>	<b>12,6</b>	<b>2.842</b>	<b>26,9</b>
União das Freguesias de Cambra e Carvalhal de Vermilhães	1.595	250	400	1.459	205	14,1	412	28,2
União das Freguesias de Fataunços e Figueiredo das Donas	1.244	175	251	1.103	129	11,7	272	24,7
União das Freguesias de Vouzela e Paços de Vilharigues	2.138	338	392	1.997	286	14,3	466	23,3
Alcofra	1.202	164	306	1.025	110	10,7	304	29,7
Campia	1.656	260	354	1.542	188	12,2	406	26,3
Fornelo do Monte	330	35	134	288	44	15,3	115	39,9
Queirã	1.702	243	303	1.432	182	12,7	372	26,0
São Miguel do Mato	1.128	182	237	924	112	12,1	245	26,5
Ventosa	921	118	260	794	76	9,6	250	31,5

Nota: Em Viseu foram excluídas a União de Freguesias de Viseu, Ranhados, Rio de Loba. Em São Pedro do Sul foram excluídas as freguesias de Candal, Carvalhais, Covas do Rio, Manhouce, União de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões, São Martinho das Moitas, Sul.

Fonte: <http://www.ine.pt>. Quadro extraído em 15 de Janeiro de 2015 (09:23:19).

Quadro 8 - Indicadores Demográficos Diversos, 2001 - 2013

Unidade Territorial	Taxa bruta de natalidade (‰)		Taxa bruta de mortalidade (‰)		Taxa de crescimento natural (%)		Taxa de crescimento efetivo (%)		Índice de envelhecimento (N.º)		Índice de dependência de idosos (N.º)	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013	2001	2013	2001	2013	2001	2013
Centro	9,5	6,9	11,6	12,0	-0,20	-0,51	0,30	-0,78	130,5	170,3	30,3	35,3
Dão-Lafões	9,8	6,7	11,4	12,0	-0,17	-0,53	0,18	-0,80	126,5	176,0	31,0	36,9
Oliveira de Frades	11,1	8,0	10,2	12,3	0,09	-0,43	0,27	-0,53	112,5	145,2	30,6	32,8
São Pedro do Sul	7,7	5,8	13,1	13,6	-0,54	-0,78	-0,78	-1,13	155,3	219,3	37,5	43,5
Vila Nova de Paiva	11,0	5,0	11,8	18,0	-0,08	-1,31	-0,75	-1,43	133,9	206,9	37,5	43,2
Viseu	12,2	7,9	8,8	9,0	0,33	-0,10	1,19	-0,36	89,6	127,6	22,6	28,7
Vouzela	9,1	4,9	12,3	12,6	-0,32	-0,78	-0,70	-1,16	151,0	236,5	35,8	44,9

Notas:

a) Incluiu todas as freguesias dos concelhos.

b) O Índice de Envelhecimento é a “relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas dos 0 aos 14 anos)”, INE, <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema?clear=True>. Acedido a 29/07/14.

c) O Índice de Dependência de Idosos é a “relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10<sup>2</sup>) pessoas com 15-64 anos)”. INE, <http://smi.ine.pt/ConceitoPorTema?clear=True>. Acedido a 29/07/14.

Fonte: INE, *Indicadores Demográficos*.

Quadro 9 – Índices de Dependência por Freguesia, 2001 - 2011

Local de residência	Índice de dependência de idosos (N.º)		Índice de dependência de jovens (N.º)		Índice de dependência total (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>29,6</b>	<b>35,1</b>	<b>22,8</b>	<b>21,5</b>	<b>52,6</b>	<b>56,6</b>
<i>Dão-Lafões</i>	30,4	37,1	24,3	21,9	54,8	59
<b>Oliveira de Frades</b>	<b>30,8</b>	<b>33</b>	<b>27,3</b>	<b>23,5</b>	<b>58,2</b>	<b>56,6</b>
Arca	37,6	54,6	22,3	18,8	59,9	73,4
Arcozelo das Maias	32,5	41,8	25,5	21,4	58,1	63,2
Destriz	36,1	43,4	18,2	15,1	54,5	58,5
Oliveira de Frades	21,2	22,1	27,4	27,3	48,7	49,4
Pinheiro	34,8	33,8	29,2	21,5	64,2	55,4
Reigoso	40,6	38,5	30,5	21,6	71,2	60,1
Ribeiradio	34,6	37,5	29,8	19,9	64,4	57,5
São João da Serra	34,7	48,9	23,6	17,5	58,4	66,4
São Vicente de Lafões	31,5	31,3	30,9	25,3	62,5	56,5
Sejães	46,8	32,1	29,7	20,6	76,6	52,7
Souto de Lafões	23,6	23,6	30,4	28,8	54,2	52,4
Varzias	37,1	49,8	24,1	25,4	61,3	75,1
<b>São Pedro do Sul</b>	<b>37,2</b>	<b>43,4</b>	<b>24,3</b>	<b>20,9</b>	<b>61,5</b>	<b>64,3</b>
Baiões	34,3	32,4	24,3	24,7	58,7	57,1
Bordonhos	27,5	30,8	30,7	28,2	58,3	59
Figueiredo de Alva	31,1	39,7	27,1	19,1	58,3	58,8
Pindelo dos Milagres	39	52,2	16,8	19	55,9	71,2
Pinho	30,6	44,6	26,3	20,4	57,0	65
São Félix	39,4	47,7	22,7	18,3	62,2	66
São Pedro do Sul	27,5	36,3	25,5	21,6	53,1	57,9
Serrazes	40,5	50,3	25,7	21,1	66,3	71,4
Valadares	42,9	49,3	22,1	14,7	65,1	64
Várzea	25	25,5	26,2	26	51,3	51,5
Vila Maior	42,5	42,9	28,1	18,8	70,8	61,7
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>37,1</b>	<b>44,1</b>	<b>28</b>	<b>22,5</b>	<b>65,2</b>	<b>66,7</b>
Alhais	39,8	41,1	25,3	25,2	65,2	66,2
Fráguas	74,1	104,1	26,6	17,4	100,7	121,4
Pendilhe	46,9	40,1	32	19,6	79,0	59,7
Queiriga	48,5	88,9	20,9	18	69,5	106,8
Touro	31,1	42,2	29,9	24,7	61,1	66,9
Vila Cova à Coelheira	34,8	39,1	26,9	19,1	61,8	58,2
Vila Nova de Paiva	28,2	30,3	30,3	26,4	58,5	56,6
<b>Viseu</b>	<b>22,2</b>	<b>28,2</b>	<b>24,8</b>	<b>23,1</b>	<b>47,1</b>	<b>51,3</b>
Abraveses	12,9	20,2	27,6	24,6	40,6	44,9
Barreiros	36,1	41,4	20,6	19,9	56,8	61,3
Boa Aldeia	42,5	59,2	19,2	14,1	61,8	73,2
Bodiosa	24,3	35,4	27	21,3	51,4	56,7

(continuação)

Local de residência	Índice de dependência de idosos (N.º)		Índice de dependência de jovens (N.º)		Índice de dependência total (N.º)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Calde	37,4	47,8	22,7	15,1	60,2	62,9
Campo	17,1	23,4	24,9	26,1	42,1	49,6
Cavernães	29,6	33,1	25	19,7	54,7	52,8
Cepões	39,8	56,2	23,3	19,9	63,3	76,1
Cota	50,6	79,3	20,8	13,2	71,5	92,5
Couto de Baixo	32,4	43,1	22,6	25,7	55,1	68,8
Couto de Cima	28,7	31,7	19,1	18,9	47,9	50,6
Fail	18,1	32,3	27,7	22,1	46,0	54,4
Farminhão	41,4	56,5	18,4	21,6	60,0	78,2
Fragosela	18,1	21,2	26,4	26,2	44,6	47,4
Lordosa	34,7	52,6	23,2	18	57,9	70,6
Silgueiros	34,4	43,6	23,6	19,6	58,2	63,2
Mundão	16,9	18,8	25,5	34	42,5	52,8
Orgens	16,3	25,9	25,1	23,4	41,5	49,3
Povolide	27,8	38,8	25,2	20,2	53,1	59
Ribafeita	33,4	49,7	21,2	18,2	54,8	67,9
Santos Evos	25,6	34,5	22,4	20,9	48,1	55,4
São Cipriano	24,2	33,8	27,1	21,7	51,4	55,5
São João de Lourosa	18,7	22,9	28,6	26,7	47,5	49,6
São Pedro de France	31,5	53,4	26,4	20,3	58,1	73,6
São Salvador	18,8	20,7	24,9	26,7	43,7	47,3
Torredeita	37,9	44,5	22,1	19,4	60,2	63,9
Vil de Souto	20,6	30,1	22,8	20,8	43,4	50,9
Vila Chã de Sá	15,4	20,5	28,5	27,8	44,0	48,3
Repeses	15,7	21,5	21,2	24,5	37,0	46
<b>Vouzela</b>	<b>35</b>	<b>44,5</b>	<b>23,4</b>	<b>20,9</b>	<b>58,6</b>	<b>65,3</b>
Alcofra	41,8	49,8	22,4	18	64,2	67,8
Cambra	40	45,7	26,7	23,1	66,8	68,8
Campia	33,9	42,8	24,9	19,8	58,9	62,7
Carvalhal de Vermilhas	57,1	71,4	24,6	33,3	81,8	104,8
Fataunços	33	34,6	23,3	19	56,4	53,6
Figueiredo das Donas	26,6	48,4	18	16,9	44,7	65,3
Fornelo do Monte	83,2	89,2	21,7	34,1	105,0	123,3
Paços de Vilharigues	32,6	34,5	23,9	20,3	56,6	54,8
Queirã	26,2	42,4	21	20,7	47,2	63,1
São Miguel do Mato	33,4	43,2	25,6	19,8	59,1	63
Ventosa	47,8	53,4	21,7	16,2	69,6	69,7
Vouzela	25,8	38,9	24	24,3	49,9	63,2

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa. Mantiveram-se as freguesias que foram posteriormente agregadas. A última atualização destes dados é de 31 de maio de 2007.

Fonte: <http://www.ine.pt>. Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001); Decenal - INE, Recenseamento da População e Habitação. Quadro extraído em 16 de Janeiro de 2015 (15:38:13).

Quadro 10 - Taxa de Analfabetismo por Concelho (%), 2001 - 2011

Unidade Territorial	Geral		Masculina		Feminina	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
<b>Continente</b>	<b>8,9</b>	<b>5,2</b>	<b>6,1</b>	<b>3,4</b>	<b>11,5</b>	<b>6,8</b>
<b>Centro</b>	<b>10,9</b>	<b>6,4</b>	<b>7,3</b>	<b>4,0</b>	<b>14,2</b>	<b>8,5</b>
<b><i>Dão-Lafões</i></b>	<b>11,6</b>	<b>7,1</b>	<b>7,5</b>	<b>4,4</b>	<b>15,4</b>	<b>9,5</b>
Oliveira de Frades	11,3	6,2	6	3,2	16,1	8,8
São Pedro do Sul	15	9,1	9,2	5,1	20,3	12,5
Vila Nova de Paiva	16,6	12,4	12,2	8,8	20,7	15,6
Viseu	9,1	5,4	5,5	3,2	12,3	7,3
Vouzela	10,9	6,4	6,5	4	15	8,6

Nota: Incluiu todas as freguesias dos concelhos.

Fonte: PORDATA. Acedido em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt), a 31/07/14.

Quadro 11- Taxa de Analfabetismo por Freguesia (%), 2001 - 2011

Local de residência	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>10,9</b>	<b>6,4</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>11,6</b>	<b>7,1</b>
<b>Oliveira de Frades</b>	11,3	6,2
Arca	13,8	6,6
Arcozelo das Maias	14,1	8,4
Destriz	16,8	13,0
Oliveira de Frades	6,7	3,7
Pinheiro	11,9	5,9
Reigoso	16,0	5,7
Ribeiradio	12,1	7,3
São João da Serra	15,3	8,9
São Vicente de Lafões	7,7	5,9
Sejães	14,5	5,5
Souto de Lafões	9,0	5,2
Varzias	11,8	7,2
<b>São Pedro do Sul</b>	15,0	9,1
Baiões	15,4	5,1
Bordonhos	8,1	6,6
Figueiredo de Alva	13,9	9,7
Pindelo dos Milagres	22,0	12,7
Pinho	16,0	10,5
São Félix	14,4	11,8
São Pedro do Sul	9,2	7,3
Serrazes	10,0	5,7
Valadares	16,3	7,6
Várzea	8,7	4,2
Vila Maior	16,1	9,4
<b>Vila Nova de Paiva</b>	16,6	12,3
Alhais	15,5	7,6
Fráguas	19,8	12,5
Pendilhe	23,1	12,2
Queiriga	23,8	20,8
Touro	18,4	12,5
Vila Cova à Coelheira	18,2	16,4
Vila Nova de Paiva	6,5	6,7
<b>Viseu</b>	9,1	5,4
Abraveses	5,5	3,8
Barreiros	22,6	14,1
Boa Aldeia	17,0	13,3
Bodiosa	12,5	8,7
Calde	23,0	13,1
Campo	8,6	4,4

## ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

(continuação)

Local de residência	2001	2011
Cavernães	17,9	10,0
Cepões	26,3	17,4
Cota	22,0	20,4
Couto de Baixo	16,3	10,0
Couto de Cima	11,7	8,3
Fail	8,7	5,4
Farminhão	15,3	7,0
Fragosela	7,7	4,1
Lordosa	19,6	12,1
Silgueiros	11,7	8,3
Mundão	8,9	3,2
Orgens	6,7	4,4
Povolide	14,8	9,0
Ribafeita	16,5	10,8
Santos Evos	17,6	12,6
São Cipriano	9,5	6,4
São João de Lourosa	11,0	5,8
São Pedro de France	21,6	15,0
São Salvador	6,7	3,5
Torredeita	12,2	7,4
Vil de Souto	10,0	5,4
Vila Chã de Sá	7,3	5,1
Repeses	4,9	2,6
<b>Vouzela</b>	10,9	6,4
Alcofra	12,7	9,7
Cambra	11,9	6,6
Campia	11,0	5,8
Carvalhal de Vermilhas	20,5	13,4
Fataunços	10,0	4,3
Figueiredo das Donas	9,2	6,1
Fornelo do Monte	14,9	9,9
Paços de Vilharigues	9,4	3,4
Queirã	9,6	5,6
São Miguel do Mato	14,0	8,8
Ventosa	13,6	8,6
Vouzela	5,4	3,2

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa. Mantiveram-se as freguesias que foram posteriormente agregadas. A última atualização destes dados é de 13 de Fevereiro de 2014.

Fonte: INE, *Recenseamento da População e Habitação*.

**Quadro 12- Taxa de Abandono Escolar (%),2001 - 2011**

Unidade Territorial	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>2,2</b>	<b>1,4</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>2,7</b>	<b>1,4</b>
Oliveira de Frades	2,0	2,3
São Pedro do Sul	2,6	1,0
Vila Nova de Paiva	6,0	0,6
Viseu	1,9	2,1
Vouzela	3,1	0,3

Nota: Incluiu todas as freguesias dos concelhos.

Fonte: INE, Censos - séries históricas.

**Quadro 13 - Taxa de Transição/Conclusão no Ensino Secundário, 2006/2007 e 2011-2012**

Unidade Territorial	Total		Cursos gerais/ /Científico- humanísticos		Cursos vocacionais	
	2006/2007	2011/2012	2006/2007	2006/2007	2006/2007	2011/2012
Centro	<b>76,2</b>	<b>81,1</b>	<b>77,4</b>	<b>79,3</b>	<b>71,2</b>	<b>83,8</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>75,9</b>	<b>81,1</b>	<b>77,1</b>	<b>80,0</b>	<b>69,8</b>	<b>82,7</b>
Oliveira de Frades	72,4	80,9	75,0	81,9	59,5	78,6
São Pedro do Sul	83,4	88,9	83,3	81,6	84,4	94,3
Vila Nova de Paiva	80,5	77,7	80,5	76,5	-	80,9
Viseu	75,3	79,6	78,2	80,0	63,8	78,8
Vouzela	78,5	83,6	83,9	77,1	55,9	87,7

Nota: Incluiu todas as freguesias dos concelhos.

Fonte: INE, *Anuários Estatísticos da Região Centro, 2007 e 2012.*

Quadro 14 - Nº de Empresas por Atividade Económica e Localização Geográfica, 2007 - 2012

Atividade Económica (CAE Rev. 3)	Território de Atuação da ADDLAP													Dão-Lafões			Centro		
	Oliveira de Frades		São Pedro do Sul		Vila Nova de Paiva		Viseu		Vouzela		Total			2012	2007	Var. (%)	2012	2007	Var. (%)
	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	Var. (%)						
<b>Total</b>	<b>986</b>	<b>1.061</b>	<b>1.467</b>	<b>1.618</b>	<b>422</b>	<b>469</b>	<b>9.658</b>	<b>10.611</b>	<b>906</b>	<b>993</b>	<b>13.439</b>	<b>14.752</b>	<b>-8,9</b>	<b>24.360</b>	<b>27.133</b>	<b>-10,2</b>	<b>230.274</b>	<b>261.804</b>	<b>-12,0</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	144	162	161	153	43	41	191	223	153	151	692	730	-5,2	1.432	1.545	-7,3	13.796	14.415	-4,3
Indústrias extrativas	3	3	0	3	1	0	7	13	0	0	11	19	-42,1	44	54	-18,5	429	558	-23,1
Indústrias transformadoras	87	95	88	95	22	31	471	537	72	76	740	834	-11,3	1.546	1.827	-15,4	16.804	20.444	-17,8
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	5	1	0	0	1	1	6	2	2	1	14	5	180,0	30	13	130,8	186	101	84,2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0	1	3	1	0	1	8	3	2	2	13	8	62,5	25	20	25,0	312	263	18,6
Construção	118	141	235	318	49	75	934	1.260	150	208	1.486	2.002	-25,8	3.051	4.089	-25,4	25.697	36.496	-29,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	230	256	325	362	129	137	2.221	2.572	167	204	3.072	3.531	-13,0	5.926	6.882	-13,9	55.966	66.176	-15,4
Transportes e armazenagem	29	35	37	44	13	16	141	145	21	31	241	271	-11,1	596	680	-12,4	5.179	6.131	-15,5
Alojamento, restauração e similares	72	78	146	177	51	55	731	782	82	80	1.082	1.172	-7,7	2.026	2.202	-8,0	17.586	19.400	-9,4
Atividades de informação e de comunicação	5	4	7	10	2	3	97	79	6	5	117	101	15,8	171	164	4,3	2.129	2.329	-8,6
Atividades imobiliárias	32	22	22	27	3	5	188	194	11	7	256	255	0,4	399	404	-1,2	4.456	4.422	0,8
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	65	79	86	97	20	22	1.169	1.241	48	46	1.388	1.485	-6,5	2.169	2.271	-4,5	20.658	22.469	-8,1
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	71	61	119	109	18	18	1.023	1.020	71	63	1.302	1.271	2,4	2.237	2.306	-3,0	23.425	24.213	-3,3
Educação	38	42	83	84	17	22	795	991	52	52	985	1.191	-17,3	1.484	1.733	-14,4	12.653	13.761	-8,1
Atividades de saúde humana e apoio social	39	30	65	45	22	14	1.035	870	38	25	1.199	984	21,8	1.748	1.383	26,4	15.406	13.331	15,6
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	13	16	20	26	11	11	211	225	4	11	259	289	-10,4	460	503	-8,5	4.725	4.850	-2,6
Outras atividades de serviços	35	35	70	67	20	17	430	454	27	31	582	604	-3,6	1.016	1.057	-3,9	10.867	12.445	-12,7

Nota: Incluiu todas as freguesias dos concelhos. Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

**Quadro 15 - Volume de Negócios (€) das Empresas por Localização Geográfica e Atividade Económica, 2007 – 2012**

Atividade Económica (CAE Rev. 3)	Oliveira de Frades		São Pedro do Sul		Vila Nova de Paiva		Viseu		Vouzela	
	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007
<b>Total</b>	<b>1.005.494.988</b>	<b>736.235.109</b>	<b>178.648.336</b>	<b>186.982.741</b>	<b>58.101.405</b>	<b>51.578.738</b>	<b>1.820.237.507</b>	<b>2.161.923.404</b>	<b>115.580.945</b>	<b>132.616.402</b>
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	30.654.319	34.241.317	-	7.709.806	2.153.755	3.115.447	55.111.052	40.365.283	24.357.611	18.970.057
Indústrias extrativas	-	44.896	-	212.424	-	-	4.259.925	17.192.461	-	-
Indústrias transformadoras	411.006.435	464.798.648	65.479.626	57.733.688	3.367.195	3.751.972	232.442.037	250.371.334	35.009.925	40.636.213
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	-	-	-	0	-	-	21.084.084	-	-	-
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	-	-	-	-	-	-	-	7.050.154	-	-
Construção	20.057.200	17.918.401	12.186.678	17.716.369	4.108.234	5.215.519	324.328.922	421.141.084	15.163.817	28.400.692
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	507.274.125	167.969.176	66.281.369	71.683.853	33.982.868	27.776.371	704.298.790	839.519.974	29.142.541	32.723.434
Transportes e armazenagem	11.405.229	23.997.258	1.733.792	3.299.803	2.325.625	1.165.278	114.692.243	185.027.848	1.847.872	3.767.814
Alojamento, restauração e similares	2.749.448	3.954.076	11.634.718	13.680.231	1.798.568	2.882.523	71.307.351	69.889.366	4.131.106	4.362.577
Atividades de informação e de comunicação	298.521	52.550	121.455	42.937	-	-	10.655.809	7.308.421	369.368	506.248
Atividades imobiliárias	6.532.134	12.967.670	706.157	1.247.610	592.495	1.436.864	-	52.175.444	548.181	96.375
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	7.667.663	5.365.258	2.646.042	3.132.257	152.602	291.556	53.027.158	50.990.898	2.801.211	984.838
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.753.682	-	1.374.125	-	82.489	-	23.857.814	-	333.514	-
Educação	339.188	128.431	838.101	847.642	274.572	156.333	7.454.778	8.958.898	293.660	288.956
Atividades de saúde humana e apoio social	1.319.762	439.039	5.425.496	5.742.466	501.724	222.077	147.948.025	141.821.716	504.001	277.803
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	58.851	882.045	183.610	414.429	220.533	210.768	17.980.939	9.256.062	60.439	197.854
Outras atividades de serviços	549.380	488.843	1.239.013	1.251.683	850.018	750.007	13.956.165	14.962.786	446.874	353.463

Nota: Incluiu todas as freguesias dos concelhos.

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

Quadro 16 - Variação das Taxas de Atividade e de Desemprego por concelho, 2001 - 2011

Unidade Territorial	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2001	2011	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>45,4</b>	<b>45,4</b>	<b>5,7</b>	<b>11,0</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>42,1</b>	<b>42,7</b>	<b>7,0</b>	<b>11,4</b>
Oliveira de Frades	44,5	46,8	5,1	8,7
São Pedro do Sul	41,8	40,1	8,2	11,0
Vila Nova de Paiva	37,7	36,1	10,3	13,5
Viseu	45,8	47,0	6,8	11,7
Vouzela	41,7	41,6	5,4	9,9

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa. Mantiveram-se as freguesias que foram posteriormente agregadas. A última atualização destes dados é de 13 de Fevereiro de 2014.

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*.

Quadro 17 - Taxa de Atividade/ Desemprego por Freguesia, 2001 - 2011

Concelho/ Freguesia	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2001	2011	2001	2011
<b>Centro</b>	<b>45,4</b>	<b>45,4</b>	<b>5,7</b>	<b>11,0</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>42,1</b>	<b>42,7</b>	<b>7,0</b>	<b>11,4</b>
<b>Oliveira de Frades</b>	<b>44,5</b>	<b>46,8</b>	<b>5,1</b>	<b>8,7</b>
Arca	41,3	40,1	3,1	10,4
Arcozelo das Maias	43,5	43,6	4,5	6,9
Destriz	47,1	42,7	3,7	6,8
Oliveira de Frades	51	52,3	5,6	8,6
Pinheiro	46,3	46,9	5,6	8,2
Reigoso	45,3	44,9	5,8	10,5
Ribeiradio	38,2	41,7	6,7	7,6
São João da Serra	38,5	34,7	5,2	9,3
São Vicente de Lafões	39,8	47,9	4,1	13,3
Sejães	38,5	52,5	4,1	2,9
Souto de Lafões	45,6	51,1	4,3	9,5
Varzílias	41,7	41,8	4,4	11,3
<b>São Pedro do Sul</b>	<b>41,8</b>	<b>40,1</b>	<b>8,2</b>	<b>11,0</b>
Baiões	42,6	46,2	6,2	15,2
Bordonhos	50,4	44,8	7,5	12,7
Figueiredo de Alva	40,9	37,1	7,3	21,5
Pindelo dos Milagres	40,4	26,3	13,1	9,3
Pinho	43	37,6	8,7	13,0
São Félix	34,3	36,2	10,2	9,9
São Pedro do Sul	46,3	45,3	7,8	12,1
Serrazes	37,9	37,8	7,3	7,7
Valadares	42,7	34,4	7,6	11,2
Várzea	48,5	49,3	9,4	9,8
Vila Maior	33,8	36,6	12,0	11,1
<b>Vila Nova de Paiva</b>	<b>37,7</b>	<b>36,1</b>	<b>10,3</b>	<b>13,5</b>
Alhais	37,3	40,8	6,0	12,7
Fráguas	21,5	23,5	3,3	0,0
Pendilhe	35	27,1	19,3	5,4
Queiriga	34,2	29,7	5,3	8,8
Touro	41,7	32,8	8,2	15,3
Vila Cova à Coelheira	33,6	36,9	14,6	19,3
Vila Nova de Paiva	44,5	44,8	9,5	13,5
<b>Viseu</b>	<b>45,8</b>	<b>47,0</b>	<b>6,8</b>	<b>11,7</b>
Abraveses	50,1	50,0	7,8	12,6
Barreiros	35,6	39,7	12,6	14,3
Boa Aldeia	37,8	35,5	10,3	14,1
Bodiosa	37,7	42,3	7,6	14,1
Calde	36,7	33,0	10,4	13,6
Campo	45,8	46,7	8,0	13,6
Cavernães	41,6	43,8	6,3	14,7
Cepões	33,1	34,7	8,6	12,6
Cota	28,8	24,4	7,5	15,6
Couto de Baixo	37,8	41,0	5,0	19,4
Couto de Cima	41,8	44,1	6,7	14,9
Fail	38,5	39,3	4,3	15,3
Farminhão	43,9	41,3	3,7	9,0

(continuação)

Concelho/ Freguesia	Taxa de Atividade		Taxa de Desemprego	
	2001	2011	2001	2011
Fragosela	46,6	48,9	7,1	8,4
Lordosa	37,3	33,6	7,3	15,8
Silgueiros	34,8	39,0	6,2	11,7
Mundão	49	51,7	6,5	9,3
Orgens	45,7	46,5	6,4	11,4
Povolide	39,5	41,2	6,7	11,4
Ribafeita	37,9	35,7	10,8	8,2
Santos Evos	46,8	43,2	8,9	15,4
São Cipriano	42,9	45,2	6,2	13,5
São João de Lourosa	45,2	46,6	6,2	10,7
São Pedro de France	35,4	37,3	5,6	12,3
São Salvador	48,4	48,5	6,8	10,6
Torredeita	40,6	38,5	12,0	16,4
Vil de Souto	44,5	42,6	9,4	8,8
Vila Chã de Sá	49,2	47,1	8,4	11,7
Repeses	52	52,0	6,4	10,1
<b>Vouzela</b>	<b>41,7</b>	<b>41,6</b>	<b>5,4</b>	<b>9,9</b>
Alcofra	37,1	39,8	3,3	11,8
Cambra	43,2	40,5	5,0	9,1
Campia	46,4	47,0	5,3	5,8
Carvalho de Vermilhas	25,3	30,7	1,7	21,2
Fataunços	41,7	44,9	5,3	9,8
Figueiredo das Donas	48,8	39,8	6,0	15,7
Fornelo do Monte	29,3	26,7	5,1	10,4
Paços de Vilharigues	43,4	45,8	3,8	8,1
Queirã	40	38,0	7,1	10,3
São Miguel do Mato	36,5	36,5	7,2	16,3
Ventosa	38,3	40,7	7,0	8,7
Vouzela	49,2	47,1	4,7	9,1

Notas:

a) Não conforme com a atual organização administrativa. Mantiveram-se as freguesias que foram posteriormente agregadas. A última atualização destes dados é de 13 de Fevereiro de 2014.

b) A freguesia de Fráguas (Vila Nova de Paiva) apresenta uma taxa de desemprego de 0,0% porque tem os seus ativos todos empregados (51 pessoas), 42 a trabalhar no concelho e 9 em municípios vizinhos.

Fonte: INE, *Censos - séries históricas*.

**Quadro 18 - Desempregados Inscritos nos Centros de Emprego, 2007-2014**

Tipo de Desemprego	Concelhos da ADDLAP			Centro (*)			Continente		
	2007	2014	Var. (%)	2007	2014	Var. (%)	2007	2014	Var. (%)
Total	5.662	7.933	40,1	55.611	86.630	55,8	385.341	601.250	56,0
Masculino	2.225	3.579	60,9	21.348	40.866	91,4	158.025	292.940	85,4
Feminino	3.437	4.354	26,7	34.263	45.764	33,6	227.316	308.310	35,6
< 1 Ano	3.615	4.420	22,3	35.399	44.748	26,4	222.348	300.084	35,0
1 Ano E +	2.047	3.513	71,6	20.212	41.882	107,2	162.993	301.166	84,8
1º Emprego	878	1.043	18,8	6.110	10.282	68,3	29.850	60.565	102,9
Novo Emprego	4.784	6.890	44,0	49.501	76.348	54,2	355.491	540.685	52,1
< 25 Anos	933	1.039	11,4	7.646	10.980	43,6	47.492	70.950	49,4
25 - 34 Anos	1.496	1.903	27,2	14.062	18.644	32,6	89.676	120.660	34,6
35 - 54 Anos	2.138	3.444	61,1	22.522	38.891	72,7	165.604	284.303	71,7
55 Anos e +	1.095	1.547	41,3	11.381	18.115	59,2	82.569	125.337	51,8
< 1º Ciclo EB	342	444	29,8	3.423	4.871	42,3	21.574	34.594	60,4
1º Ciclo EB	1.595	1.547	-3,0	17.291	17.598	1,8	125.459	132.447	5,6
2º Ciclo EB	1.071	1.164	8,7	9.996	12.983	29,9	72.174	96.722	34,0
3º Ciclo EB	1.012	1.480	46,2	9.692	17.866	84,3	68.773	121.807	77,1
Secundário	903	1.977	118,9	8.316	20.454	146,0	61.949	139.390	125,0
Superior	739	1.321	78,8	6.893	12.858	86,5	35.412	76.290	115,4

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa.

(\*) Corresponde à Delegação Regional do Centro.

Fonte: IEFP, *Desemprego registado por Concelho, estatísticas mensais, Maio de 2007 e 2014.*

**Quadro 19 - Variação do Nº de Explorações Agrícolas Segundo o Tipo de Utilização de Terras, 1999-2009**

Tipo de utilização de terras		Concelhos da ADDLAP			Dão-Lafões			Centro		
		1999	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)	1999	2009	Var. (%)
Total	Expl.	9.211	6.461	-29,9	24.510	17.013	-30,6	162.373	105.092	-35,3
	ha	37.585	27.249	-27,5	105.462	75.485	-28,4	1.168.255	879.726	-24,7
Superfície agrícola utilizada (SAU)	Expl.	9.122	6.414	-29,7	24.372	16.936	-30,5	161.288	104.607	-35,1
	ha	18.358	14.722	-19,8	51.934	40.358	-22,3	724.551	570.003	-21,3
Matas e florestas sem culturas sob coberto	Expl.	7.513	5.096	-32,2	19.326	13.390	-30,7	101.490	64.946	-36,0
	ha	17.904	11.790	-34,1	48.032	32.769	-31,8	377.278	260.758	-30,9
Superfície agrícola não utilizada	Expl.	1.347	623	-53,7	4.233	1.806	-57,3	36.240	20.877	-42,4
	ha	788	397	-49,6	2.839	1.274	-55,1	47.170	34.334	-27,2
Outras superfícies	Expl.	7.854	6.418	-18,3	22.139	16.646	-24,8	149.848	100.496	-32,9
	ha	536	341	-36,4	2.658	1.084	-59,2	19.255	14.631	-24,0

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa.

Fonte: INE, *Recenseamento agrícola - séries históricas.*

Quadro 20 - Variação das Explorações Agrícolas com Culturas Permanentes, 1999 - 2009

Tipo de cultura permanente		Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
		1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Total	Expl.	7.956	4.859	-38,9	20.233	13.574	-32,9	135.327	85.111	-37,1
	ha	4.017	3.279	-18,4	12.802	11.821	-7,7	213.178	157.603	-26,1
Frutos frescos (excepto citrinos)	Expl.	664	666	0,3	1.634	1.996	22,2	25.809	15.864	-38,5
	ha	566	313	-44,7	1.259	807	-35,9	31.234	22.439	-28,2
Citrinos	Expl.	205	216	5,4	549	759	38,3	10.077	5.952	-40,9
	ha	18	15	-16,7	84	61	-27,4	1.654	877	-47,0
Frutos subtropi- cais	Expl.	32	42	31,3	54	127	135,2	411	619	50,6
	ha	2	4	100,0	13	8	-38,5	181	324	79,0
Frutos de casca rija	Expl.	471	585	24,2	1.360	1.720	26,5	7.366	6.958	-5,5
	ha	221	202	-8,6	582	631	8,4	5.689	6.468	13,7
Olival	Expl.	2.722	2.804	3,0	6.914	9.315	34,7	74.881	58.793	-21,5
	ha	717	1.057	47,4	2.362	3.605	52,6	102.168	77.895	-23,8
Vinha	Expl.	7.681	3.844	-50,0	19.205	10.891	-43,3	102.121	56.132	-45,0
	ha	2.481	1.684	-32,1	8.481	6.697	-21,0	70.832	48.452	-31,6
Outras culturas permanentes	Expl.	29	6	-79,3	69	15	-78,3	1.107	719	-35,0
	ha	7.956	4.859	-38,9	20.233	13.574	-32,9	135.327	85.111	-37,1

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa.

Fonte: INE, *Recenseamento agrícola - séries históricas*.

Quadro 21 - Variação das Explorações Agrícolas com Culturas Temporárias, 1999 - 2009

Tipo de cultura temporária		Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
		1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Total	Expl.	8.879	5.725	-35,5	23.520	14.322	-39,1	128.806	69.883	-50,9
	ha	17.145	9.099	-46,9	43.594	21.420	-50,9	345.183	212.738	-38,4
Cereais para grão	Expl.	8.238	5.071	-38,4	21.197	12.312	-41,9	89.284	46.196	-48,3
	ha	5.602	3.501	-37,5	14.066	7.694	-45,3	109.047	62.566	-42,6
Leguminosas secas para grão	Expl.	7.149	2.801	-60,8	17.740	7.023	-60,4	47.015	16.002	-66,0
	ha	1.454	383	-73,7	3.076	839	-72,7	9.395	2.803	-70,2
Prados temporários	Expl.	774	401	-48,2	1.613	827	-48,7	4.927	3.331	-32,4
	ha	379	240	-36,7	1.091	743	-31,9	6.040	7.419	22,8
Culturas forrageiras	Expl.	7.539	4.132	-45,2	17.962	9.482	-47,2	81.248	42.782	-47,3
	ha	8.370	4.682	-44,1	20.439	11.099	-45,7	181.182	122.301	-32,5
Batata	Expl.	7.008	1.625	-76,8	20.372	4.654	-77,2	77.090	23.691	-69,3
	ha	1.088	230	-78,9	4.478	873	-80,5	22.344	6.445	-71,2
Beterraba sacarina	Expl.	1	0	-100,0	1	-	-100,0	98	-	-100,0
	ha	-	-	-	-	-	-	498	-	-100,0
Culturas industriais	Expl.	18	8	-55,6	79	35	-55,7	557	212	-61,9
	ha	11	8	-27,3	39	19	-51,3	3.820	593	-84,5
Culturas hortícolas	Expl.	1.644	196	-88,1	3.052	496	-83,7	19.741	7.087	-64,1
	ha	194	52	-73,2	338	147	-56,5	12.154	10.189	-16,2
Flores e plantas ornamentais	Expl.	55	9	-83,6	83	23	-72,3	517	290	-43,9
	ha	4	2	-50,0	15	4	-73,3	233	191	-18,0
Outras culturas temporárias	Expl.	155	5	-96,8	236	19	-91,9	1.316	389	-70,4
	ha	44	0	-100,0	53	2	-96,2	468	231	-50,6

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa.

Fonte: INE, *Recenseamento agrícola - séries históricas*.

Quadro 22 - Variação do Nº de Explorações Agrícolas com Efetivos Animais, por Espécie - 1999-2009

Efetivo Animal		Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
		1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Bovinos	Efetivos	11.874	6.111	-48,5	22.653	11.418	-49,6	253.006	185.900	-26,5
	Expl.	3.620	1.417	-60,9	7.190	2.456	-65,8	32.652	11.311	-65,4
Suínos	Efetivos	22.200	5.791	-73,9	67.228	24.543	-63,5	1.018.673	758.939	-25,5
	Expl.	5.280	2.298	-56,5	13.067	5.386	-58,8	65.960	25.083	-62,0
Ovinos	Efetivos	24.935	20.254	-18,8	87.908	66.957	-23,8	744.772	569.346	-23,6
	Expl.	2.489	1.892	-24,0	6.279	4.583	-27,0	31.260	21.190	-32,2
Caprinos	Efetivos	16.636	13.885	-16,5	33.063	25.963	-21,5	218.807	155.456	-29,0
	Expl.	2.224	1.552	-30,2	5.592	3.419	-38,9	33.510	17.939	-46,5
Equídeos	Efetivos	624	387	-38,0	2.440	975	-60,0	28.009	11.850	-57,7
	Expl.	561	256	-54,4	2.136	755	-64,7	21.638	7.149	-67,0
Aves	Efetivos	5.293.984	4.652.802	-12,1	9.853.617	8.814.454	-10,5	28.597.188	26.172.409	-8,5
	Expl.	7.512	4.936	-34,3	19.229	12.117	-37,0	116.618	65.751	-43,6
Coelhos	Efetivos	77.571	65.947	-15,0	210.565	149.203	-29,1	931.974	561.448	-39,8
	Expl.	4.175	2.529	-39,4	9.620	5.703	-40,7	47.233	24.231	-48,7
Colmeias e cortiços povoados	Efetivos	5.338	3.161	-40,8	11.261	6.493	-42,3	98.564	59.036	-40,1
	Expl.	762	418	-45,1	1.689	898	-46,8	8.551	4.247	-50,3

Nota: Não conforme com a atual organização administrativa.

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Quadro 23 - Proporção do Pessoal ao Serviço (%) nas Empresas na CAE Agricultura, Produção Animal, Caça e Atividades dos Serviços Relacionados, em Relação ao Total

Unidade Territorial	2008			2012		
	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	Total	Proporção	Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	Total	Proporção
Centro	20.171	754.817	2,7	19.958	653.964	3,1
Dão-Lafões	2.237	78.655	2,8	2.040	70.327	2,9
Concelhos da ADDLAP	1.177	42.150	2,8	1.085	38.175	2,8
Oliveira de Frades	385	5.393	7,1	326	5.209	6,3
S. Pedro do Sul	186	3.671	5,1	215	3.360	6,4
Vila Nova de Paiva	50	804	6,2	n.d.	778	n.d.
Viseu	332	29.864	1,1	302	26.644	1,1
Vouzela	224	2.418	9,3	242	2.184	11,1

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

**Quadro 24– Variação da Mão-de-obra Agrícola, 1999 - 2009**

Tipo de Mão-de-obra	Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
Mão-de-obra agrícola total	27.337	15.892	-41,9	69.389	41.487	-40,2	409.435	244.598	-40,3
Mão-de-obra agrícola familiar	26.457	15.398	-41,8	67.125	40.171	-40,2	394.378	232.857	-41,0
Mão-de-obra agrícola não familiar	880	494	-43,9	2.264	1.316	-41,9	15.057	11.741	-22,0

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

**Quadro 25 - Proporção da população agrícola familiar na população residente (%), 1999 - 2009**

Unidade Territorial	1999	2009
<b>Centro</b>	<b>20,2</b>	<b>11,3</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>27,2</b>	<b>15,7</b>
Oliveira de Frades	40,9	23,9
S. Pedro do Sul	30,7	20,7
Vila Nova de Paiva	39,0	17,2
Viseu	15,0	7,4
Vouzela	36,8	23,2

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

**Quadro 26 - Variação do nº de Explorações Agrícolas com Mão-de-obra Familiar, 1999-2009**

Concelho	Mão-de-obra Familiar			Total			Proporção	
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009
<b>Centro</b>	<b>160.823</b>	<b>103.303</b>	<b>-35,8</b>	<b>162.373</b>	<b>105.092</b>	<b>-35,3</b>	<b>99,0</b>	<b>98,3</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>24.351</b>	<b>16.819</b>	<b>-30,9</b>	<b>24.510</b>	<b>17.013</b>	<b>-30,6</b>	<b>99,4</b>	<b>98,9</b>
<b>Concelhos da ADDLAP</b>	<b>9.151</b>	<b>6.381</b>	<b>-30,3</b>	<b>9.211</b>	<b>6.461</b>	<b>-29,9</b>	<b>99,3</b>	<b>98,8</b>
Oliveira de Frades	1.126	789	-29,9	1.141	805	-29,4	98,7	98,0
S. Pedro do Sul	1.694	1.442	-14,9	1.705	1.458	-14,5	99,4	98,9
Vila Nova de Paiva	754	425	-43,6	756	430	-43,1	99,7	98,8
Viseu	4.298	2.850	-33,7	4.322	2.883	-33,3	99,4	98,9
Vouzela	1.279	875	-31,6	1.287	885	-31,2	99,4	98,9

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Quadro 27 - População Agrícola Familiar (N.º) por Escalão Etário (2009)

Concelho		Total	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 44 anos	45 - 54 anos	55 - 64 anos	65 e mais anos
Centro	Nº	267.935	32.656	20.410	23.273	39.317	55.070	97.209
	%	100,0	12,2	7,6	8,7	14,7	20,6	36,3
Dão-Lafões	Nº	45.693	6.147	3.622	3.949	6.681	9.868	15.426
	%	100,0	13,5	7,9	8,6	14,6	21,6	33,8
Concelhos da ADDLAP	Nº	17.682	2.623	1.437	1.528	2.560	3.729	5.805
	%	100,0	14,8	8,1	8,6	14,5	21,1	32,8
Oliveira de Frades	Nº	2.539	498	250	274	389	453	675
	%	100,0	19,6	9,8	10,8	15,3	17,8	26,6
S. Pedro do Sul	Nº	3.962	536	313	350	608	859	1.296
	%	100,0	13,5	7,9	8,8	15,3	21,7	32,7
Vila Nova de Paiva	Nº	1.100	187	70	98	199	214	332
	%	100,0	17,0	6,4	8,9	18,1	19,5	30,2
Viseu	Nº	7.395	937	570	550	998	1.694	2.646
	%	100,0	12,7	7,7	7,4	13,5	22,9	35,8
Vouzela	Nº	2.686	465	234	256	366	509	856
	%	100,0	17,3	8,7	9,5	13,6	19,0	31,9

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

Quadro 28 - População Agrícola Familiar (N.º) por Nível de Escolaridade (2009)

Concelho		Total	Nenhum	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário/Pós-secundário	Superior
Centro	Nº	267.935	57.171	113.831	28.036	29.905	22.869	16.123
	%	100,0	21,3	42,5	10,5	11,2	8,5	6,0
Dão-Lafões	Nº	45.693	10.468	19.395	5.482	4.425	3.544	2.379
	%	100,0	22,9	42,4	12,0	9,7	7,8	5,2
Concelhos da ADDLAP	Nº	17.682	4.107	11.262	7.197	2.343	1.722	1.410
	%	100,0	23,2	63,7	40,7	13,3	9,7	8,0
Oliveira de Frades	Nº	2.539	536	1.003	411	268	233	88
	%	100,0	21,1	39,5	16,2	10,6	9,2	3,5
S. Pedro do Sul	Nº	3.962	907	1.581	613	372	320	169
	%	100,0	22,9	39,9	15,5	9,4	8,1	4,3
Vila Nova de Paiva	Nº	1.100	271	451	170	123	61	24
	%	100,0	24,6	41,0	15,5	11,2	5,5	2,2
Viseu	Nº	7.395	1.715	3.134	775	688	574	509
	%	100,0	23,2	42,4	10,5	9,3	7,8	6,9
Vouzela	Nº	2.686	678	1.028	374	271	222	113
	%	100,0	25,2	38,3	13,9	10,1	8,3	4,2

Fonte: INE, Recenseamento agrícola - séries históricas.

**Quadro 29 - Área dos Usos do Solo (ha) – Dados 2005/2006**

Concelho	Agricultura	%	Águas interiores	%	Floresta	%	Matos	%	Outros usos	%	Total
Oliveira de Frades	2.621	18,0	50	0,3	10.168	70,0	1.128	7,8	567	3,9	<b>14.534</b>
S. Pedro do Sul	4.122	11,8	50	0,1	19.445	55,7	10.333	29,6	945	2,7	<b>34.895</b>
Vila Nova de Paiva	3.298	18,8	---	0,0	5.068	28,9	8.763	49,9	424	2,4	<b>17.553</b>
Viseu	12.182	24,0	100	0,2	26.259	51,8	7.585	15,0	4.584	9,0	<b>50.710</b>
Vouzela	3.541	18,3	50	0,3	10.685	55,2	4.037	20,8	1.057	5,5	<b>19.370</b>
<b>Total</b>	<b>25.764</b>	<b>18,8</b>	<b>250</b>	<b>0,2</b>	<b>71.625</b>	<b>52,3</b>	<b>31.846</b>	<b>23,2</b>	<b>7.577</b>	<b>5,5</b>	<b>137.062</b>

Fonte: Relatório Final do 5.º Inventário Florestal Nacional (IFN5).

**Quadro 30 - Áreas dos Povoamentos Florestais por Espécie de Árvore Dominante (ha) - Dados 2005/2006**

Concelho	Acácias	Azinheira	Carvalhos	Eucaliptos	Outras folhosas	Outras resinosas	Pinheiro-bravo	Pinheiro-manso	Sobreiro	Total
Oliveira de Frades	-	-	826	5.246	398	-	3.588	-	-	<b>10.058</b>
S. Pedro do Sul	25	1	1.208	2.338	712	50	13.289	-	-	<b>17.623</b>
Vila Nova de Paiva	-	-	728	302	160	-	3.663	-	-	<b>4.853</b>
Viseu	25	1	2.436	1.920	809	652	18.413	251	-	<b>24.507</b>
Vouzela	25	25	836	2.919	484	-	6.250	-	25	<b>10.564</b>
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>27</b>	<b>6.034</b>	<b>12.725</b>	<b>2.563</b>	<b>702</b>	<b>45.203</b>	<b>251</b>	<b>25</b>	<b>67.605</b>

Fonte: Relatório Final do 5.º Inventário Florestal Nacional (IFN5).

Quadro 31 - Nº de Estabelecimentos Hoteleiros Segundo o Tipo de Estabelecimento, 2007 - 2012

Designação	Concelhos da ADDLAP			Dão-Lafões			Centro		
	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.
<b>Estabelecimentos hoteleiros</b>	27	28	3,7	51	54	5,9	427	419	-1,9
<b>Hotéis</b>	13	18	38,5	21	32	52,4	155	252	62,6
<b>Pensões</b>	13	9	-30,8	23	17	-26,1	218	127	-41,7
<b>Estalagens</b>	-	-	-	3	-	-100,0	24	10	-58,3
<b>Pousadas</b>	0	1	-	-	1	-	9	8	-11,1
<b>Motéis</b>	-	-	-	-	-	-	7	4	-42,9
<b>Hotéis-apartamentos</b>	-	-	-	1	1	0,0	6	7	16,7
<b>Aldeamentos turísticos</b>	-	-	-	-	1	-	-	3	-
<b>Apartamentos turísticos</b>	1	-	-100,0	3	2	-33,3	8	8	0,0

Fonte: INE, Inquérito à Permanência de Hóspedes e Outros Dados na Hotelaria.

Quadro 32 - Indicadores de Hotelaria, 2007 - 2012

Território	Estada média de hóspedes estrangeiros (N.º de noites)		Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (N.º)		Hóspedes por habitante (N.º)		Proporção de hóspedes estrangeiros (%)		Proporção de dormidas entre Julho-Setembro (%)		Dormidas em estab. hoteleiros por 100 habitantes (N.º)	
	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012	2007	2012
<b>Centro</b>	2,1	2,1	15,4	18,0	0,9	0,9	32,5	34,4	36,8	37,9	161,4	163,9
<b>Dão-Lafões</b>	1,8	2,1	15,0	20,0	0,8	0,8	11,7	16,2	34,8	35,5	172,2	163,5
<b>Oliveira de Frades</b>	1,7	-	2,7	-	0,1	-	14,2	-	28,8	-	40,3	-
<b>São Pedro do Sul</b>	3,0	3,4	57,3	90,2	1,7	1,5	3,4	1,7	38,1	33,1	755,1	747,4
<b>Vila Nova de Paiva</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Viseu</b>	1,5	1,5	15,0	15,1	1,2	0,9	14,4	23,6	31,6	33,5	182,7	134,7
<b>Vouzela</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: INE, Anuários Regionais da Região Centro, 2007 e 2012.

Quadro 33 - Empresas na CAE do Alojamento e Restauração, 2007 - 2012

Ramo de atividade CAE (rev.3.0)	Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.
<b>Alojamento, restauração e similares</b>	1.172	1.082	-7,7	2.202	2.026	-8,0	19.400	17.586	-9,4
Alojamento	110	119	8,2	198	208	5,1	1.417	1.727	21,9
Restauração e similares	1.062	963	-9,3	2.004	1.818	-9,3	17.983	15.859	-11,8

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro 34 - VAB nas Empresas na CAE do Alojamento e Restauração (mil€), 2007 -2012

Ramo de atividade CAE (rev.3.0)	Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.	2007	2012	Var.
<b>Alojamento, restauração e similares</b>	<b>41.305</b>	<b>33.386</b>	<b>-19,2</b>	<b>68.424</b>	<b>52.572</b>	<b>-23,2</b>	<b>611.044</b>	<b>423.593</b>	<b>-30,7</b>
Alojamento	9.927	9.726	-2,0	14.412	-	-	105.874	86.024	-18,7
Restauração e similares	28.540	22.842	-20,0	54.012	-	-	505.170	337.569	-33,2

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro 35 - Pessoal ao Serviço nas Empresas na CAE do Alojamento e Restauração, 2007 - 2012

Ramo de atividade CAE (rev.3.0)	Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
	2007	2012	Var	2007	2012	Var	2007	2012	Var
<b>Alojamento, restauração e similares</b>	<b>3.023</b>	<b>3.125</b>	<b>3,4</b>	<b>5.033</b>	<b>4.930</b>	<b>-2,0</b>	<b>45.327</b>	<b>41.727</b>	<b>-7,9</b>
Alojamento	611	626	2,5	986	-	-	6.859	6.688	-2,5
Restauração e similares	2.198	2.427	10,4	4.047	-	-	38.468	35.039	-8,9

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE).

Quadro 36 - Empresas no Ramo de Atividade da Indústria Transformadora, 2007 - 2012

Ramo de atividade (CAE rev.3.0)	Concelhos da ADDLAP			Dão Lafões			Centro		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Total Indústrias transformadoras	834	740	-11,3	1.827	1.546	-15,4	20.444	16.804	-17,8
Indústrias alimentares	128	123	-3,9	291	267	-8,2	3.244	2.948	-9,1
Indústria das bebidas	17	25	47,1	61	64	4,9	308	322	4,5
Indústria do tabaco	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Fabricação de têxteis	20	16	-20,0	42	33	-21,4	547	442	-19,2
Indústria do vestuário	62	51	-17,7	132	94	-28,8	1.211	906	-25,2
Indústria do couro e dos produtos do couro	1	1	0,0	3	1	-66,7	316	253	-19,9
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	109	85	-22,0	268	192	-28,4	2.039	1.514	-25,7
Fabricação de pasta de papel, de cartão e seus artigos	8	5	-37,5	10	6	-40,0	121	107	-11,6
Impressão e reprodução de suportes gravados	31	28	-9,7	55	48	-12,7	634	514	-18,9
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis	0	0	-	0	2	-	1	5	400,0
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	11	11	0,0	22	18	-18,2	244	212	-13,1
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	1	1	0,0	7	7	0,0	13	12	-7,7
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	17	13	-23,5	27	19	-29,6	435	382	-12,2
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	61	50	-18,0	146	118	-19,2	1.921	1.506	-21,6
Indústrias metalúrgicas de base	1	1	0,0	8	8	0,0	107	103	-3,7
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	215	191	-11,2	444	388	-12,6	5.645	4.312	-23,6
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos	2	2	0,0	3	3	0,0	60	60	0,0
Fabricação de equipamento elétrico	9	10	11,1	18	17	-5,6	201	176	-12,4
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	20	17	-15,0	29	28	-3,4	491	424	-13,6
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	9	10	11,1	17	16	-5,9	162	143	-11,7
Fabricação de outro equipamento de transporte	0	1	-	1	1	0,0	88	69	-21,6
Fabrico de mobiliário e de colchões	59	43	-27,1	154	118	-23,4	1.350	1.020	-24,4
Outras indústrias transformadoras	21	17	-19,0	33	30	-9,1	597	571	-4,4
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	32	39	21,9	56	68	21,4	709	803	13,3

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

**Quadro 37 - Atividades mais Importantes no VAB das Empresas da Indústria Transformadora, 2012**

Concelhos da ADDLAP		Dão-Lafões		Centro	
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	27,6	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	15,4	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	15,9
Indústrias alimentares	15,0	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	14,5	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	12,8
Fabricação de equipamento elétrico	13,9	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	12,6	Indústrias alimentares	12,6
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	7,3	Indústrias alimentares	11,2	Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	9,7
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	4,4	Fabricação de equipamento elétrico	5,2	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	6,2

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

**Quadro 38 - Empresas na CAE do Comércio, 2007-2012**

Ramo de Atividade (CAE rev.3.0)	Concelhos da ADDLAP			Dão-Lafões			Centro		
	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)	2007	2012	Var. (%)
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	3.531	3.072	-13,0	6.882	5.926	-13,9	66.176	55.966	-15,4
Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos	547	486	-11,2	974	873	-10,4	9.532	8.330	-12,6
Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	807	716	-11,3	1.396	1.248	-10,6	15.421	13.280	-13,9
Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	2.177	1.870	-14,1	4.512	3.805	-15,7	41.223	34.356	-16,7

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)*.

Quadro 39 - Indicadores de Ambiente por Município, 2013

Unidade Territorial	Despesas dos municípios por 1 000 habitantes			Resíduos urbanos recolhidos por habitante		Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente
	Gestão de resíduos		Proteção da biodiversidade e da paisagem			
	€	%	€	kg	%	%
<b>Centro</b>	<b>37 037</b>	---	<b>10 004</b>	<b>395</b>	---	<b>9</b>
<b>Dão-Lafões</b>	<b>42 461</b>	---	<b>10 968</b>	<b>349</b>	---	<b>7</b>
<b>Total</b>	<b>242 691</b>	<b>100</b>	---	<b>1657</b>	<b>100,0</b>	
Oliveira de Frades	65 946	27,2	10 661	333	20,1	4
São Pedro do Sul	44 830	18,5	4 699	325	19,6	7
Vila Nova de Paiva	59 406	24,5	0	328	19,8	11
Viseu	41 272	17,0	8 694	380	22,9	8
Vouzela	31 237	12,9	56 890	291	17,6	8

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2014. Informação disponível até 30 de setembro de 2014. Anuário Estatístico da Região Centro 2013, consultado a 08-02-2015. Inquérito às organizações não-governamentais de ambiente; Inquérito aos municípios - Proteção do ambiente; Estatísticas dos Resíduos Municipais.

Quadro 40 - Tratamento e Recolha de RSU no Território de Atuação da ADDLAP

Unidade Territorial	Reciclagem por município e habitante 2009			Ecopontos 2004	Ecocentro 2004
	Vidro (kg/hab./ano)	Papel/Cartão (kg/hab./ano)	Plástico/Metal (kg/hab./ano)		
<b>Território da ADDLAP</b>	---	---	---	<b>406</b>	<b>5</b>
Oliveira de Frades	3.9	3.2	1.4	26	1
São Pedro do Sul	8.3	5.9	2.5	63	1
Vila Nova de Paiva	7.2	6.2	2.8	22	1
Viseu	11.5	13.4	5.0	261	1
Vouzela	8.2	7.1	2.7	34	1

Fonte: <http://www.planaltobeirao.pt>. <https://pt.scribd.com/doc/40836383/Dados-Estatisticos-Reciclagem>. Acedido a 08-02-2015

Quadro 41 - Qualidade das Águas para Consumo Humano por Município, 2013

Unidade Territorial	Análises regulamentares obrigatórias		Análises realizadas obrigatórias		Análises em falta	Análises realizadas com valor paramétrico		Água segura	
	N.º	%	N.º	%		N.º	Total		Em incumprimento do valor paramétrico
							N.º		%
<b>Centro</b>	<b>169 873</b>	<b>---</b>	<b>171 073</b>	<b>---</b>	<b>99</b>	<b>131 249</b>	<b>2 329</b>	<b>98,2</b>	
<b>Dão-Lafões</b>	<b>36 403</b>	<b>---</b>	<b>36 463</b>	<b>---</b>	<b>0</b>	<b>27 774</b>	<b>770</b>	<b>97,2</b>	
<b>Total</b>	<b>14 656</b>	<b>100,0</b>	<b>14 674</b>	<b>100,0</b>	<b>0</b>	<b>11 180</b>	<b>361</b>		
Oliveira de Frades	2 492	17,0	2 492	17,0	0	1 896	67	96,5	
São Pedro do Sul	4 392	30,0	4 410	30,1	0	3 399	148	95,7	
Vila Nova de Paiva	2 118	14,5	2 118	14,4	0	1 628	57	96,5	
Viseu	2 178	14,9	2 178	14,8	0	1 651	19	98,9	
Vouzela	3 476	23,7	3 476	23,7	0	2 606	70	97,3	

Nota: Tendo em conta que os dados são apurados com base na informação por zonas de abastecimento, os dados por NUTS III e NUTS II não podem ser obtidos pela simples soma ou agregação dos dados por municípios, pois resultaria numa duplicação e sobrevalorização dos resultados, uma vez que determinadas zonas de abastecimento se sobrepõem a dois ou mais municípios. O valor paramétrico é o valor máximo ou mínimo fixado para cada um dos parâmetros a controlar, tendo em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto. Quando a proteção da saúde humana assim o exija, a Direção-Geral da Saúde fixa os valores aplicáveis a outros parâmetros não incluídos no referido decreto-lei.

Fonte: INE, I.P., Portugal, 2014. Informação disponível até 30 de setembro de 2014. Anuário Estatístico da Região Centro 2013, consultado a 08-02-2015. Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I.P.

**Quadro 42 - Património Classificado e Em Vias de Classificação, no Território da ADDLAP**

Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Imóvel de Interesse Municipal	Em vias de classificação
<b>Oliveira de Frades</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Anta pintada de Antelas</li> <li>▪ Anta da Arca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pelourinho de Oliveira de Frades</li> <li>▪ Igreja de São João Batista, paroquial de Souto de Lafões, incluindo o seu património integrado</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Igreja paroquial de Pinheiro de Lafões e respetivo Adro</li> </ul>
<b>São Pedro do Sul</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Construção conhecida por Piscina de D. Afonso Henriques</li> <li>▪ Castro de Nossa Senhora da Guia e Capela e Adro de Senhora da Guia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Convento de São Cristóvão de Lafões</li> <li>▪ Castro de Banho ou Castro de Beirós</li> <li>▪ Convento dos Franciscanos (São José), constituído pela igreja, sacristia e claustro</li> <li>▪ Palácio de Reriz</li> <li>▪ A Pedra da Escrita</li> <li>▪ Ponte da Barreira sobre a Ribeira de Vessa</li> <li>▪ Ponte de Manhouce</li> <li>▪ Castro da Cárcoda</li> <li>▪ Igreja de São Tiago, Matriz de Carvalhais</li> </ul>		
<b>Vila Nova de Paiva</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orca dos Juncais ou Anta da Queiriga</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Anta de Pendilhe ou Casa da Moira ou Anta da Orca de Pendilhe</li> <li>▪ Pelourinho de Alhais</li> <li>▪ Pelourinho de Vila Cova à Coelheira</li> <li>▪ Pelourinho de Fráguas</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva / Igreja de São Sebastião</li> </ul>
<b>Viseu</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Anta de Mamaltar do Vale de Fachas</li> <li>▪ Cava do Viriato</li> <li>▪ Sé de Viseu</li> <li>▪ Edifício do Antigo Seminário</li> <li>▪ Muralhas e Portas Antigas da Cidade</li> <li>▪ Casa da Rua de D. Duarte</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conjunto de quatro lagares cavados na rocha</li> <li>▪ Igreja e vestígios do Mosteiro de São Francisco do Monte</li> <li>▪ Capela de Nossa Senhora da Vitória</li> <li>▪ Capela da Senhora da Saúde</li> <li>▪ Pelourinho de Povolide</li> <li>▪ Troço da Estrada Romana de Almargem, com 600 metros de extensão</li> <li>▪ Casa dos Primes ou Casa do Cimo da Vila</li> <li>▪ Igreja de Santo António do antigo Convento das Freiras Beneditinas</li> <li>▪ Casa senhorial, apoiada sobre as muralhas de Viseu</li> <li>▪ Casa de São Miguel</li> <li>▪ Casa de Treixedo</li> <li>▪ Castro de Sta. Luzia</li> <li>▪ Casa da Calçada</li> <li>▪ Troço de Via Romana entre Ranhados e Coimbrões</li> <li>▪ Capela de São João da Carreira</li> <li>▪ Anta do Repilau</li> <li>▪ Anta nº 1 da Lameira do Fojo</li> <li>▪ Casa da Vilela</li> <li>▪ Igreja de Santo Isidoro, paroquial de Cavernães, incluindo o património que a integra</li> <li>▪ Pelourinho de Couto de Baixo</li> <li>▪ Pelourinho de Barreiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Solar dos Peixotos</li> <li>▪ Casa do Conselheiro Afonso de Melo</li> <li>▪ Casa do Loureiro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Igreja da Misericórdia de Viseu, adro e escadatório</li> </ul>

ANEXO I – FIGURAS E QUADROS

Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Imóvel de Interesse Municipal	Em vias de classificação
<b>Vouzela</b>			
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Igreja de Santa Maria ou de Nossa Senhora da Assunção, matriz de Vouzela</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Solar de Cambra</li> <li>▪ Biblioteca Municipal de Vouzela (antigo edifício dos Paços do Concelho de Vouzela)</li> <li>▪ Museu Municipal de Vouzela (antigo edifício do Tribunal Judicial e Cadeia)</li> <li>▪ Ruínas do Castelo de Vilharigues</li> <li>▪ Igreja de São Julião, paroquial de Cambra</li> <li>▪ Capela da Casa de Prazias</li> <li>▪ Igreja Matriz de Fataunços</li> <li>▪ Pelourinho de Vouzela</li> </ul>		

Fonte: Direção Geral do Património Cultural - DGPC. <http://www.patrimoniocultural.pt>. Consultado em 07-02-2015.

**Quadro 43 - Respostas dos Participantes nos Ateliês Temáticos Participativos, às Questões Estratégicas Específicas, por Eixo, Outubro de 2014**

Questões Estratégicas Específicas	Respostas
<b>Eixo 1. Promover uma educação e cultura inovadoras, suportes de um território de conhecimento criativo e inteligente</b>	
<b>Questão 1: Em que somos mesmo competitivos?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associativismo. Capacidade de adaptação a contextos diversificados. Cultura local. Desporto. Ensino superior diversificado. Inteligência. Parcerias ao nível cultural (nacionais e internacionais). Qualidade de vida no acesso a bens e serviços. Riqueza e diversidade de recursos. Riqueza patrimonial. Valorização do património local e da identidade territorial como fator de atração de investimento.</li> </ul>
<b>Questão 2: Como podemos influenciar os empresários a apostarem na educação e na cultura?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ações no terreno e seu envolvimento. Aposta no capital humano como fator e aumento da produtividade. Promoção da transformação do indivíduo e do coletivo com reflexos diretos na produtividade. Responsabilidade social. Retorno de imagem / económico das atividades culturais. Sensibilização pelo outro.</li> </ul>
<b>Questão 3: Como qualificar os agentes para que a educação, a cultura e o património sirvam o território?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar círculos de comunicação/redes de contactos. Dotar os agentes de formação ao nível da gestão, autonomia financeira e rigor na execução de projetos. Formação qualificada e transferência de competências entre os agentes. Partilhar com agentes locais, nacionais e internacionais. Vincular as novas gerações ao território.</li> </ul>
<b>Questão 4: Como tornar os «negócios culturais» sustentáveis?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio ao mecenato. Cultura como fonte de bem-estar (saúde pública). Envolvimento da comunidade e desenvolvimento de projetos estruturantes. Fazer dos agentes culturais agentes de educação. Rede de parcerias.</li> </ul>
<b>Eixo 2. Reinventar uma “nova economia” da terra, inovadora e sustentável</b>	
<b>Questão 1: Em que somos mesmo competitivos?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura. Alternância de atividades (pecuária intensiva/floresta). Atração de público diverso. Avicultura. Gastronomia. Indústria de energias renováveis. Indústria metalúrgica. Oferta termal. Pequenos frutos. Pequenos ruminantes. Pesca desportiva. Raças autóctones. Recursos naturais (diversidade, complementaridade). Saber fazer.</li> </ul>
<b>Questão 2: Quais os produtos com ADN?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Frango do campo. Fruticultura (maçã da Beira Alta; maçã Bravo de Esmolfe; castanha). Pastéis de Vouzela. Termas. Vitela de Lafões. Viti-vinicultura (vinho do Dão e de Lafões).</li> </ul>
<b>Questão 3: Que ecossistema para promover vantagens competitivas?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliar e respeitar o papel de cada município (p.e. Viseu centro de consumo e fonte de informação). Crédito acessível ao investidor, com condições adequadas às especificidades do setor. Dão Lafões / Viseu. Formação/informação dos agentes. Novo modelo de extensão rural. Organização para o mercado. Sistema de inovação (DRAPC, INIAV, IPV, UTAD, UC, ...). Trabalho em rede ao longo da fileira.</li> </ul>
<b>Questão 4: Como tornar os «negócios sociais» sustentáveis?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Associar os «negócios sociais» às termas existentes. Criar uma ligação entre produtores locais, entidades sociais locais e consumidores locais e regionais. Envolver/motivar os beneficiários com o meio (passeios pelos trilhos/floresta – vigilantes da natureza). Lares de luxo para idosos com oferta de atividades no setor agrário. Ligar rural/urbano. Trabalho em rede a nível mundial. Utilizando os recursos da região. Utilização racional dos espaços (escolas, casas dos guardas florestais, terrenos abandonados).</li> </ul>

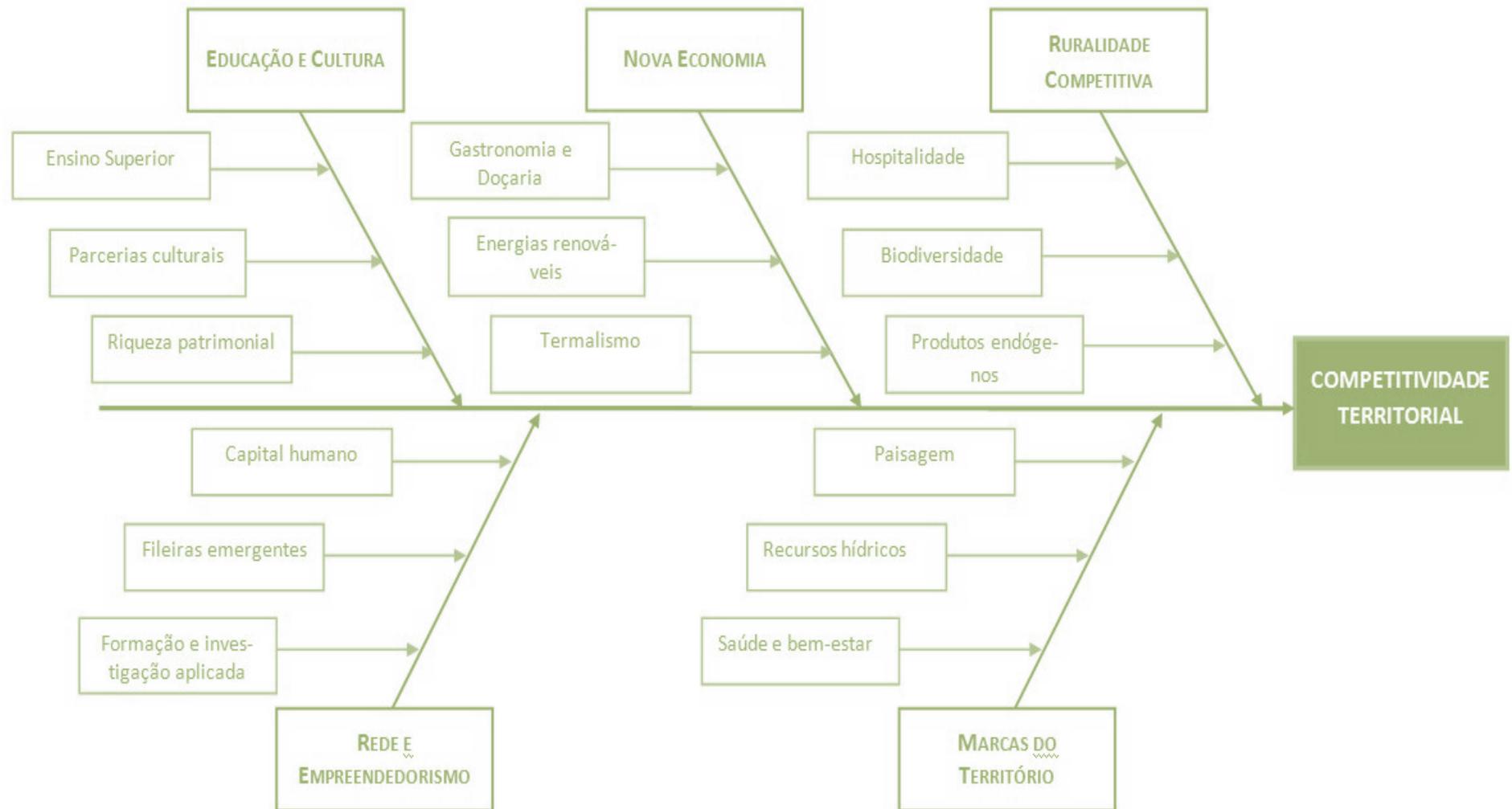
(continuação)

Questões Estratégicas Específicas	Respostas
<b>Eixo 3. Garantir uma "ruralidade" moderna, atrativa, inovadora e competitiva</b>	
<b>Questão 1: Em que somos mesmo competitivos?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gastronomia e doçaria. Hospitalidade. Património natural e biodiversidade. Património natural, construído e imaterial. Pequenos frutos. Produtos endógenos. Situação geográfica/vias de comunicação. Termalismo.</li> </ul>
<b>Questão 2: Que "ruralidade" moderna como fator de oportunidade para quem vive no território?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver o agroturismo e a agroindústria, estabelecendo redes e sinergias entre os diversos atores. Diversificação de produções com inovação agrícola. Estímulos ao empreendedorismo/articulação público-privado. Internacionalização/abertura. Turismo cultural, religioso e desportivo.</li> </ul>
<b>Questão 3: Como envolver as pessoas e torná-las fazedoras de ideias e de riqueza?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação para Guias/animação territorial. Passa essencialmente por um processo educacional: dar ferramentas desde criança para serem capazes de "pensar e fazer". Responsabilizar e formar para o empreendedorismo. Romper barreiras intermunicipais/interinstitucionais.</li> </ul>
<b>Questão 4: Como convencer os jovens que vale a pena ficar?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio à criatividade e desenvolvimento de ideias de negócio. Descoberta do território e das suas potencialidades para os jovens. Estimular os jovens para gerarem ideias de negócio.</li> </ul>
<b>Eixo 4. Dinamizar o trabalho em rede, dar ambição ao empreendedorismo</b>	
<b>Questão 1: Em que somos mesmo competitivos?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Agricultura. Agricultura biológica. Avicultura. Capital humano. Formação e investigação aplicada. Gastronomia. Qualidade do ar. Recursos Naturais. Termalismo. Turismo. Vinho.</li> </ul>
<b>Questão 2: Que trabalho em rede para melhorar a competitividade da área de intervenção?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação regular/monitorização regular das redes. Criar canais de comunicação com partilha permanente. Criar redes onde não existam. Os GAL podem tornar-se dinamizadores das redes. Planeamento. Tornar as redes existentes operacionais. Transparência na atividade económica.</li> </ul>
<b>Questão 3: Como consolidar uma base empresarial com base no conhecimento?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproveitar a investigação aplicada realizada no ensino superior. Concretizar parcerias com as empresas, universidade e politécnicos. Criar centros tecnológicos de inovação e criar ligações globais. Ligação aos centros universitários.</li> </ul>
<b>Questão 4: Como desenvolver incubadoras de empreendedorismo?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acoplar às entidades que desenvolvam atividades na área do empreendedorismo a função de desenvolverem incubadoras. Criar ambiente propício (motivação, liderança, apoio ao negócio, formação específica, ...).</li> </ul>
<b>Eixo 5. Afirmar a sustentabilidade dos recursos naturais, dando valor às "marcas do território"</b>	
<b>Questão 1: Em que somos mesmo competitivos?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Diversidade da paisagem. Energias renováveis. Frutos vermelhos. Gastronomia. Indústria transformadora. Produtos de papel 100% algodão. Qualidade do território – alavancada pelo termalismo – na ideia de saúde e bem-estar. Recursos com identidade. Rede de recursos hídricos. Turismo termal. Valores da paisagem e recursos naturais</li> </ul>
<b>Questão 2: Como desenvolver a bioeconomia alavancada numa perspetiva ecorregional?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de aves em regime biológico. Criar redes curtas de comercialização. Incentivar a criação de gado bovino – raça arouquesa e caprino-cabrito da Gralheira. Internacionalização (valorização dos produtos portugueses/endógenos; qualidade do território; contar a história da região). Marketing. Reforço das redes formais e informais. Traduzir o conhecimento científico em inovação. Utilização dos resíduos florestais para produção de energia elétrica. Utilizando formas inovadoras de promover os recursos, nacional e internacionalmente. Valorizando os recursos naturais e a biodiversidade.</li> </ul>

(continuação)

Questões Estratégicas Específicas	Respostas
<b>Questão 3: Como montar um turismo de natureza articulado e complementar?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apelar à valorização dos recursos naturais, sabores e aromas com elevados padrões de qualidade. Formar recursos humanos com competências e sensibilidade. Melhorar a articulação entre as entidades públicas e os privados. Melhorar a oferta e a promoção. Recurso a entidades especializadas que apoiem as entidades locais na promoção dos territórios, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos.</li> </ul>
<b>Questão 4: Como tornar os «negócios ambientais» sustentáveis?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar produtos e marcas do território que possam trazer retorno económico, através da qualidade, promoção, inovação no conceito e na imagem, principalmente para fora do território. Gerar economias de escala. Manutenção e investimento permanente nas áreas/domínios em que somos competitivos e comunicá-lo às escalas local e internacional. Promoção/criação de marcas certificadas e sua divulgação.</li> </ul>

Figura 6 - Diagrama da Competitividade Territorial



**Quadro 44 - Respostas dos Participantes nos Ateliês Temáticos Participativos, às Questões Estratégicas Transversais, por Eixo, Outubro de 2014**

Questões Específicas Transversais	Respostas
<p><b>Questão 1: Como desenvolver processos de mobilização da comunidade e de desenvolvimento da consciência / identidade territorial?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aplicar metodologias participativas com o contributo de todos e todas.</li> <li>▪ Consciencializar a comunidade através da demonstração da importância dos recursos endógenos.</li> <li>▪ Convocar a comunidade para participar em projetos que valorizem a identidade local.</li> <li>▪ Criar projetos de comunidade, com envolvimento transversal.</li> <li>▪ Criar um fórum de mediadores territoriais.</li> <li>▪ Demonstrar os benefícios da identidade territorial e de que forma poderá ser uma vantagem participar.</li> <li>▪ Desenvolver uma comunicação eficaz e dirigida aos participantes.</li> <li>▪ Desenvolver uma estratégia comum para o território.</li> <li>▪ Despertar o interesse das pessoas.</li> <li>▪ Envolver as pessoas, associações, escolas, numa perspetiva intergeracional que dê a conhecer o território e as suas valências e acolher e interpretar o conhecimento e as vivências.</li> <li>▪ Identificar e trabalhar um designio.</li> <li>▪ Ouvir as pessoas, discutir as ideias nos locais, promover as relações de proximidade.</li> <li>▪ Promover a participação partilhada com resultados crescentes em benefício da comunidade (estabelecer objetivos que sejam entendidos/sentidos pela comunidade, claros e transparentes).</li> <li>▪ Promover contactos intergeracionais, utilizando as entidades associativas e outras (autarquias, paróquias, ...).</li> <li>▪ Promover parcerias</li> </ul>
<p><b>Questão 2: Como construir uma visão de desenvolvimento, partilhada e coletiva?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Afinar e ajustar a Estratégia com as regiões vizinhas.</li> <li>▪ Criar canais de comunicação – promover o diálogo.</li> <li>▪ Criar redes formais e informais para partilha de perspetivas com base numa ideia.</li> <li>▪ Criar uma marca identificativa de todo o território.</li> <li>▪ Envolver os intervenientes locais na partilha de ideias comuns.</li> <li>▪ Estabelecer objetivos claros e transparentes.</li> <li>▪ Mobilizar por objetivos/metapas definidas.</li> <li>▪ Organizar eventos em espaços públicos de cariz cultural, desportivo e económico (pequenos mercados).</li> <li>▪ Promover a satisfação de afetos.</li> <li>▪ Promover o diálogo e a partilha de boas práticas.</li> <li>▪ Promover parcerias.</li> <li>▪ Promover reuniões para a participação da comunidade.</li> <li>▪ Selecionar uma rede diversificada, complementar, de forma sinérgica, que integre cultura, ciência, produção, comercialização.</li> <li>▪ Ter uma marca do território assumida entre todos.</li> <li>▪ Trabalhar em conjunto uma visão de desenvolvimento.</li> </ul>

(continuação)

Questões Específicas Transversais	Respostas
<p><b>Questão 3: Como criar e manter espaços de participação ativa na governação territorial?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assegurar a presença dos diferentes agentes na definição de objetivos, nos resultados e na avaliação.</li> <li>▪ Assegurar a transparência de processos e a sua verificação.</li> <li>▪ Ateliês temáticos/Encontros de entidades.</li> <li>▪ Avaliação permanente e regular de resultados e sua comunicação à comunidade.</li> <li>▪ Criar espaços de participação na internet.</li> <li>▪ Criar estímulos ao associativismo e projetos comuns.</li> <li>▪ Criar mecanismos de consulta/discussão regular entre os diversos atores da região.</li> <li>▪ Criar redes territoriais ou temáticas.</li> <li>▪ Criar sessões formais de partilha com a presença de responsáveis.</li> <li>▪ Definir espaços virtuais (fórum mensal com tema).</li> <li>▪ Envolver as pessoas na Estratégia através de fóruns.</li> <li>▪ Explorar as vantagens em participar.</li> <li>▪ Fazer fóruns regulares de monitorização (explicação de processos e objetivos).</li> <li>▪ Fazer orçamentos participativos.</li> <li>▪ Formar recursos humanos com competências e sensibilidade.</li> <li>▪ Maior envolvimento e visibilidade dos organismos supramunicipais.</li> <li>▪ Promover a gestão partilhada das decisões, após diálogo com os vários agentes do território.</li> <li>▪ Promover e manter uma ação dialogante e colaborativa intergeracional, monitorizada ao longo do tempo e descentralizada.</li> <li>▪ Ter órgãos de gestão dos GAL participados.</li> </ul>
<p><b>Questão 4: Como criar uma cooperação institucional efetiva, que assegure o desenvolvimento sustentado e sustentável?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar canais de comunicação claros e eficazes, permitindo que a informação chegue a todos por igual, com uma liderança sentida.</li> <li>▪ Criar e reforçar laços de confiança.</li> <li>▪ Dinamizar o Concelho Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões.</li> <li>▪ Criar uma rede de instituições que promova a colaboração público-privado, mais de “ação” que de “técnica”, com responsabilização dos agentes.</li> <li>▪ Exigência, rigor, autonomia, avaliação e controlo.</li> <li>▪ Identificar problemas e soluções no mesmo grupo de trabalho.</li> <li>▪ Lógica de partilha de projetos/iniciativas.</li> <li>▪ Partilhar informação.</li> <li>▪ Selecionar instituições que representem áreas diversas e complementares, procurando responder aos objetivos comuns e não setoriais, dos territórios e das suas valências.</li> <li>▪ Solidariedade de grupo, de coletivo e sentido de missão.</li> <li>▪ Trabalho de sensibilização forte.</li> </ul>
<p><b>Questão 5: Como promover uma atmosfera de articulação intersectorial que crie uma cadeia de valor de base territorial?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar fóruns estratégicos de representação transversal para agentes/representantes dos diversos setores.</li> <li>▪ Criar uma entidade reguladora sem fins lucrativos, de apoio e desenvolvimento às entidades dos diferentes setores.</li> <li>▪ Dinamizar o Concelho Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões.</li> <li>▪ Participação e transparência nos processos de decisão.</li> <li>▪ Partilha, confiança, tertúlias, comunicação.</li> <li>▪ Procurar uma estratégia que envolva, valorize e motive a partilha de conhecimento, competências e canais de comercialização.</li> <li>▪ Promover a interação entre escola, universidade e setores alvo da ação.</li> <li>▪ Promover o diálogo e a partilha.</li> <li>▪ Ter uma entidade organizadora e catalisadora da articulação.</li> <li>▪ Trocar experiências e partilhas entre os diferentes setores.</li> </ul>

Questões Específicas Transversais	Respostas
<p><b>Questão 6: Como desenvolver a aprendizagem e a construção coletiva do conhecimento?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular <i>know-how</i> local e científico.</li> <li>▪ Criar momentos de encontro e partilha de experiências entre os representantes dos vários setores.</li> <li>▪ Criar uma rede de inovação.</li> <li>▪ Dar espaço/tempo de partilha.</li> <li>▪ Desenvolver projetos que estimulem as competências críticas e criativas.</li> <li>▪ Implicar/envolver instituições de educação do ensino superior e de formação.</li> <li>▪ Partilhar conhecimentos e saberes, de forma intergeracional, que permita reinventar tradições e saberes, dar densidade aos produtos e ações, com memória, criatividade, inovação e valor económico.</li> <li>▪ Partilhar experiências, divulgar, acompanhar.</li> <li>▪ Promover grupos de trabalho multidisciplinares entre os diferentes setores.</li> <li>▪ Realizar ações de formação em exercício.</li> <li>▪ Trocar recursos, géneros ou serviços.</li> <li>▪ Utilizar as ferramentas de comunicação.</li> </ul>
<p><b>Questão 7: Como criar pontes com o exterior que promovam a aprendizagem e a inovação competitiva?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Abrir ao exterior para absorver/promover inovação.</li> <li>▪ Chamar a diáspora ao diálogo.</li> <li>▪ Criar canais de comunicação presenciais e não presenciais.</li> <li>▪ Criar momentos de partilha com o exterior.</li> <li>▪ Criar parcerias com instituições nacionais e internacionais, com o mesmo tipo de experiências e iniciativas.</li> <li>▪ Delinear as estratégias formalmente.</li> <li>▪ Fazer parcerias com outras regiões do país e do mundo.</li> <li>▪ Identificar parceiros e motivar o seu envolvimento à volta de uma ideia com valor – onde todos sintam que ganham com o seu envolvimento.</li> <li>▪ Integrar sistemas de inovação.</li> <li>▪ Marketing.</li> <li>▪ Promover o território e as suas gentes, através das novas tecnologias e de publicações (é fulcral o contacto direto com as pessoas e os produtos, cuja sensibilidade, sentimento e saberes ainda não passam pela fibra ótica).</li> <li>▪ Promover intercâmbios com empreendedores de outras regiões nacionais e europeias.</li> <li>▪ Promover protocolos e intercâmbio entre regiões.</li> <li>▪ Recurso eficiente das TIC.</li> <li>▪ Redes de trabalho.</li> <li>▪ Redes virtuais.</li> <li>▪ Replicar os bons exemplos adaptando-os à realidade local.</li> <li>▪ Utilizar a rede de laços existente.</li> </ul>
<p><b>Questão 8: Como promover a valorização dos talentos e dos recursos locais?</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio técnico.</li> <li>▪ Comunicar valor.</li> <li>▪ Criar bolsas de estudo com contrapartidas para o desenvolvimento do território.</li> <li>▪ Criar competições/concursos.</li> <li>▪ Criar imagem e oportunidades.</li> <li>▪ Criar novas marcas (denominação de origem) de valor e impacto no mercado local/regional.</li> <li>▪ Desenvolver um Plano de Marketing para a região/Marketing territorial.</li> <li>▪ Estimular os atores locais com conferências em áreas específicas.</li> <li>▪ Fazer boa comunicação, bom marketing e desenvolver produtos de qualidade.</li> <li>▪ Formação/educação.</li> <li>▪ Meios de comunicação/redes sociais.</li> <li>▪ Mobilizar recursos locais para a implantação de pequenos negócios.</li> <li>▪ Organizar concursos de ideias e estabelecer prémios compensadores.</li> <li>▪ Participar em feiras nacionais e internacionais para divulgar os produtos endógenos.</li> <li>▪ Potenciar as marcas que existem.</li> <li>▪ Privilegiar áreas específicas de forma diversa ao longo do território.</li> <li>▪ Promover concursos locais de empreendedorismo.</li> <li>▪ Realizar atividades ao ar livre de diversa índole que tragam público e atividades.</li> <li>▪ Reconhecimento, mérito e remuneração.</li> </ul>

Figura 7 - Cenários de Futuro

QET 1	QET 2	QET 3	QET 4	QET 5	QET 6	QET 7	QET 8
Aplicar metodologias participativas com o contributo de todos e todas	Promover parcerias	Fazer orçamentos participativos	Criar canais de comunicação claros e eficazes	Criar fóruns estratégicos de representação transversal	Articular <i>know-how</i> local e científico	Chamar a diáspora ao diálogo	Criar bolsas de estudo com contrapartidas para o desenvolvimento do território
Convocar a comunidade para participar em projetos que valorizem a identidade local	Ter uma marca do território assumida entre todos	Formar recursos humanos com competências e sensibilidade	Criar e reforçar laços de confiança	Promover a interação entre escola, universidade e setores alvo da ação	Criar uma rede de inovação	Identificar parceiros e motivar o seu envolvimento à volta de uma ideia com valor	Mobilizar recursos locais para a implantação de pequenos negócios
Criar um fórum de mediadores territoriais	Trabalhar em conjunto uma visão de desenvolvimento	Promover e manter uma ação dialogante e colaborativa intergeracional	Criar uma rede de instituições que promova a colaboração público-privado	Dinamizar o Concelho Estratégico da CIM Viseu Dão Lafões	Desenvolver projetos que estimulem as competências críticas e criativas	Promover intercâmbios com empreendedores de outras regiões nacionais e europeias	Organizar concursos de ideias e estabelecer prémios compensadores.

QET: Questão Estratégica Transversal.

Quadro 45 - Preocupações Estratégicas Estruturantes para o Desenvolvimento do Território

Preocupações Estratégicas	Abordagens
Envolvimento dos empresários	Imprescindível ao nível da educação e da cultura, uma visão travejado por dois aspetos essenciais, a responsabilidade social (ainda mal trabalhada em Portugal e pouco certificada) e o retorno, em termos de imagem e por consequência também económico.
Qualificação dos agentes	Verte diretamente de uma formação continua especializada (gestão de projetos; gestão financeira), ganhando igualmente com a partilha inter pares facilitadora da transferência de competências. A visão da “coopetição” (forma de relacionamento entre pessoas e organizações que estimula a capacidade de «competir em colaboração», de forma a maximizar as mais-valias que advêm da conjugação de esforços), pouco acarinhada em Portugal, seria por certo também um fator de qualificação: saber cooperar, competindo!
Produtos com ADN	Reconhecido que já funcionam atualmente como emblemas regionais (frango do campo; castanha; maçã da Beira Alta; maçã Bravo de Esmolfe; pastéis de Vouzela; termas; vinho do Dão e de Lafões; vitela de Lafões; cabrito da Gralheira; queijo Serra da Estrela).
Vantagens competitivas	Foram referidos aspetos fulcrais, como o trabalho em rede ao longo das fileiras, um novo modelo de extensão rural ou a cooperação intermunicipal.
Ruralidade como oportunidade	Os participantes no ateliê 3 colocaram a tónica no agroturismo, na agroindústria, na inovação agrícola, no turismo diversificado e na abertura ao exterior.
Criação de ideias e de riqueza	Foi diretamente relacionada com a educação e com a formação, com a necessidade de preparar os sujeitos para «pensarem e fazerem».
Trabalho em rede	Tem uma referência transversal, sendo a sua necessidade amplamente reconhecida. A visão de que os GAL se podem tornar dinamizadores de redes é um reconhecimento particularmente importante e adequado. Diversificar as redes e organizá-las pelo território, suportá-las em bons canais de comunicação, avaliar e monitorizar a sua ação, são pontos de vista que só contribuem para o seu reforço no território da ADDLAP.
Conhecimento	Deve ser um suporte da qualidade empresarial e é uma questão diretamente relacionada com a capacidade de saber aproveitar e integrar a investigação aplicada realizada no ensino superior, desde que este também se saiba virar para o exterior, fazer parcerias e pôr as suas competências ao serviço das empresas.
Bioeconomia	Tem progressivamente vindo a ser encarada como um suporte da sustentabilidade, para o que muito tem contribuído a educação para os valores ambientais. Das opções sugeridas no ateliê 5 destacam-se a criação de aves em regime biológico, a criação de circuitos curtos e a utilização dos resíduos florestais para produção de energia.
Turismo de natureza	<i>O recurso a entidades especializadas que apoiem as entidades locais na promoção dos territórios, tendo em conta os objetivos estratégicos definidos foi uma sugestão que reconhece ainda alguma debilidade local, que muito ganharia com a inclusão na Estratégia de um Plano de Mercadologia Territorial (“A mercadologia territorial é um conjunto de conhecimentos e instrumentos desenvolvidos pelo marketing que pode ser aplicado na gestão estratégica dos territórios, promovendo a sua emancipação política e económica. Para certos autores, a finalidade da mercadologia territorial (place marketing) é construir uma nova imagem do lugar, substituindo as já existentes, vagas ou negativas, dos atuais e potenciais residentes, investidores ou visitantes” (SOUTO GONZÁLEZ, Xosé Manuel – Coord. Planeamento Estratégico e Mercadotecnia Territorial, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, Vigo, 2001, pág. 41).</i>
Negócios sustentáveis (culturais, sociais, ambientais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tornando a cultura numa fonte de bem-estar (saúde pública).</li> <li>- Criando lares de luxo para idosos com oferta de atividades no setor agrário.</li> <li>- Criando produtos e marcas do território que possam trazer retorno económico, através da qualidade, promoção, inovação no conceito e na imagem, principalmente para fora do território.</li> </ul>

Quadro 46 - Análise SWOT - Área de Intervenção Atrações, Produtos, Recursos – Forças/ Pontos fortes

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>ATRAÇÕES</b>		
Agenda com oferta diversificada de animação turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Coordenação da oferta de animação turística a partilhar pelo território</li> <li>Criar uma rede de comunicação que divulgue os eventos</li> <li>Sistematização das iniciativas promovidas no território, com a preocupação de não sobreposição das mesmas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar uma agenda única de promoção das atividades turísticas ao nível do território</li> </ul>
Condições propícias para o turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, de saúde, TER,...	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturar pacotes de oferta turística, abrangendo vários segmentos e concelhos</li> <li>Financiar novos projetos</li> <li>Preservar, dinamizar e divulgar o território</li> <li>Reforçar a divulgação dentro e fora do território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção e comercialização destes pacotes turísticos a nível interno e externo</li> </ul>
Existência de percursos pedestres sinalizados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dinamização e promoção</li> <li>Reforçar a divulgação dentro e fora do território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar grandes rotas em articulação com os concelhos onde já existem PR</li> </ul>
Existência de plataformas de observação da natureza e de painéis interpretativos nos rios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alargar a colocação a outros locais</li> <li>Promover a sua divulgação junto dos concelhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover atividades de observação e interpretação para escolas</li> <li>Promover atividades de observação e interpretação integradas em pacotes turísticos</li> </ul>
Posição de charneira entre o Centro Litoral e a Europa (Espanha) e excelentes acessibilidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manutenção destas acessibilidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aproveitamento das acessibilidades para melhorar o intercâmbio cultural, comercial e turístico</li> </ul>
<b>PRODUTOS</b>		
Diversidade de produtos/produções de qualidade: cabrito da Gralheira (IGP); cogumelos silvestres; cogumelos Shiitake; compotas diversas; doce de cogumelos Shiitake; enchidos; frango do campo; frutos vermelhos; maçã Bravo de Esmolfe (DOP); maçã da Beira Alta (IGP); mel; trutas do Paiva; PAM; pastéis de Vouzela; queijadinhos de Oliveira de Frades; vinho do Dão (DOC); vinho de Lafões (DOP); vitela de Lafões (IGP)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Continuar com a divulgação e inovação dos produtos</li> <li>Financiar novos projetos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o consumo destes produtos através da integração com programas a jusante, nos domínios da restauração e do turismo.</li> </ul>

(continuação)

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>RECURSOS</b>		
A água e a serra como “marcas territoriais” de elevada beleza paisagística: Rios Dão, Vouga, Paiva e seus afluentes; Serras do Caramulo, da Gralheira, de Leomil, do Crasto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Transformar a serra e a água nas âncoras do <i>marketing</i> territorial (p.e. elaborar <i>Roteiros da Água</i> e <i>Roteiros da Serra</i>).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover um <i>Plano de Marketing Territorial</i> para a área de intervenção e um <i>Atlas Básico da CIM Viseu Dão-Lafões</i> (Cf. exemplo do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular).</li> </ul>
Diversidade de recursos minerais não metálicos (granito), florestais (madeira, biomassa) e hídricos (atividade termal).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar na certificação ambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Explorar de forma sustentável</li> </ul>
Ecopista do Dão. Ecopista do Vouga. Centro de BTT (Vouzela)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação e manutenção de programas que promovam a utilização</li> <li>Divulgar a nível nacional e internacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular com agentes turísticos locais e internacionais</li> </ul>
Existência de zonas de caça e pesca.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Manter e divulgar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular com agentes turísticos locais e internacionais</li> </ul>
Potencial para as energias renováveis: biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos (solar-biomassa).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o desenvolvimento sustentável destas energias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o consumo destas energias</li> </ul>
Pluriatividade familiar da população agrícola, com saberes-fazer na transformação agroalimentar.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implementar programas para dinamizar esta pluriatividade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar pequenas rotas comerciais para escoamento dos produtos agrícolas</li> </ul>
Recursos patrimoniais/identitários de grande importância turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de roteiros, itinerários, planos turísticos</li> <li>Divulgar a nível nacional e articular com os atores locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgar a nível internacional</li> </ul>
Termalismo com forte impacto na vivência e na cultura dos locais (Alcáçate, São Pedro do Sul).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Divulgação dos pacotes existentes</li> <li>Ligar os tratamentos ao turismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver programas de sensibilização para a importância dos tratamentos termais</li> </ul>

Quadro 47 - Análise SWOT - Área de Intervenção Atrações, Produtos, Recursos – Debilidades/ Pontos fracos

Debilidades/Pontos Fracos	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>ATRAÇÕES</b>		
Inexistência de uma política urbana integrada e intermunicipal, responsável pelas migrações da população para a cidade de Viseu e pelo esvaziamento das áreas limítrofes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar formação contínua com parceria com o IPV e escolas superiores locais</li> <li>▪ Estímulos à natalidade</li> <li>▪ Facilitar a instalação/crescimento das empresas a nível local (outras posturas camarárias)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar polos do IPV fora da cidade (p.e. Escola Superior Agrária)</li> <li>▪ Descentralizar serviços</li> <li>▪ Estímulos à natalidade</li> <li>▪ Melhorar a rede de transportes intermunicipal</li> </ul>
Risco de desaparecimento dos saberes-fazer e ofícios tradicionais, por falta de registo e valorização das práticas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apelar ao interesse dos jovens</li> <li>▪ Criar <i>workshops</i> com as pessoas que ainda detêm esses saberes, para jovens e menos jovens</li> <li>▪ Explorar a imagem no estrangeiro</li> <li>▪ Formação na área</li> <li>▪ Inovação dos saberes/ofícios adaptados à modernidade</li> <li>▪ Utilizar pessoas famosas para divulgar saberes/ofícios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumento da valorização financeira das artes e ofícios tradicionais (valorização como produto de qualidade)</li> <li>▪ Cooperativa de artesãos</li> <li>▪ Criar registos e arquivos</li> </ul>
<b>PRODUTOS</b>		
Falta de legislação adequada sobre cogumelos silvestres.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar equipa de investigação</li> <li>▪ Criar grupos / associações sobre cogumelos silvestres</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar legislação</li> </ul>
Inexistência da marca “Lafões” como instrumento identitário e de promoção turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Colocar a CIM a dinamizar “Lafões” enquanto marca</li> <li>▪ Comunicar/divulgar para o exterior</li> <li>▪ Criar uma identidade e marca do território</li> <li>▪ Entendimento entre as autarquias da região de Lafões</li> <li>▪ Marketing territorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver estratégias de marketing para a criação da marca</li> </ul>
Legislação muito restritiva para o setor agroalimentar (fiscalidade, transformação e comercialização).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Proteger e apoiar os produtos regionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Flexibilizar a legislação ao nível dos pequenos produtores</li> </ul>
<b>RECURSOS</b>		
Degradação de algum património construído.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Preservação/requalificação do património existente</li> <li>▪ Recuperar e dinamizar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar projetos para a recuperação e manutenção</li> <li>▪ Formação e requalificação</li> </ul>
Sítios de interesse ambiental em degradação, como a Serra do Crasto, um “pulmão” do concelho de Viseu, parques de campismo e outras estruturas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a manutenção regular e melhorar os acessos degradados e a sinalização (identificação do Miradouro e da estrada Romana).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar um projeto para valorizar a Capela e o parque de merendas.</li> </ul>

**Quadro 48 - Análise SWOT - Área de Intervenção Capital Humano / Sistema Local de Oferta-Produção – Forças/ Pontos fortes**

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>CAPITAL HUMANO</b>		
Boa motivação/capacitação por parte dos agentes de desenvolvimento que atuam no território.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apostar na formação dos agentes</li> <li>▪ Intervenção mais pró-ativa</li> <li>▪ Preparação dos agentes de desenvolvimento para promoverem aprendizagens de envolvimento coletivo das populações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Continuar aposta na formação</li> <li>▪ Otimizar recursos</li> <li>▪ Trabalhar em rede</li> </ul>
Condições propícias ao desenvolvimento de redes com o sistema científico, tecnológico e de inovação (facilitadas pela proximidade a Aveiro e Coimbra).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar uma atmosfera de articulação institucional, alargada a Viseu, Vila Real, Porto, para criação de uma cadeia de valor de base territorial</li> <li>▪ Estabelecer parcerias com universidades e politécnicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprofundar parcerias com universidades e politécnicos</li> </ul>
Grande diversidade de saberes-fazer.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especializar e formar os atores para potenciarem e conferirem qualidade aos saberes-fazer, com introdução de inovação numa perspetiva de melhoria continua</li> <li>▪ Inventariar os saberes-fazer</li> <li>▪ Maior aproveitamento dos saberes-fazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agrupar em redes</li> <li>▪ Aprofundar o conhecimento sobre os saberes-fazer</li> </ul>
<b>SISTEMA LOCAL DE OFERTA-PRODUÇÃO</b>		
Ambiente propício à conceção e montagem de produtos de formação específicos para quadros e empresários locais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encontros informais de empresários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecimento de Plano de Formação ajustado às necessidades</li> </ul>
Boa rede de ensino (do 1º ciclo ao superior).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular escolas profissionais e empresas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprofundar em rede</li> </ul>
Crescente interesse pela constituição da 'fileira' dos frutos vermelhos e cogumelos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Articular os produtores e as associações no domínio dos frutos vermelhos, nomeadamente na sua transformação (p. ex. desidratação do mirtilo) e comercialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Internacionalizar</li> <li>▪ Organizar a produção de forma a ganhar escala</li> </ul>
Existência de oferta formativa profissionalizante e de nível superior.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ajustar a oferta formativa ao mercado profissional</li> <li>▪ Formação e qualificação nas áreas em que o território é competitivo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Organizar e ajustar oferta formativa</li> </ul>

(continuação)

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
Existência de oferta turística diversificada (turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, TER).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Complementaridade nos elementos competitivos do território</li> <li>Estruturar e vender produtos turísticos, a nível regional e nacional</li> <li>Qualificação da oferta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Internacionalizar</li> <li>Melhorar a venda dos produtos turísticos, de forma organizada e estruturada</li> <li>Promover um turismo de qualidade e integrado nas diversas ofertas que existem na área de intervenção</li> </ul>
Existência de recursos florestais não lenhosos (RFNL) <sup>1</sup> , com uma crescente procura urbana e potencialidade de 'fileira' (p. ex. cogumelos, frutos silvestres, mel, PAM).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilizar para a importância dos RFNL na estruturação de fileiras</li> <li>Estruturar a oferta de mercado</li> <li>Valorização, manutenção e comunicação destes recursos à comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilizar os atuais produtores para a necessidade de se associarem para poderem competir no mercado nacional e internacional.</li> </ul>
Existência de um modelo empresarial assente nas Micro e Pequenas Empresas que permite uma maior flexibilidade e adaptação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disponibilização de formação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de uma rede de exportação e venda de produtos</li> </ul>
Significativa instalação de jovens agricultores (cogumelos, frutos vermelhos).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar condições para que se estabeleçam no território</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de sinergias para escoar os produtos (mercado interno e exportação)</li> </ul>

<sup>1</sup> Os Recursos Florestais não lenhosos (RFNL) podem ser entendidos como um conjunto de produtos provenientes das florestas, excluindo os associados à produção de lenho, que têm um elevado potencial de qualidade e de valor estratégico, numa perspetiva de desenvolvimento económico dos territórios rurais. São exemplos, o mel, os cogumelos, as plantas aromáticas e medicinais (PAM), os frutos silvestres, entre outros. Muitos autores defendem a importância da exploração dos RFNL na sustentabilidade económica e ambiental do mundo rural. Segundo o Relatório 'Global Forest Resources Assessment 2005', da FAO (tabela 2), o valor reportado para os RFNL colhidos em 2005 foram de 4.720 milhões de dólares americanos.

Quadro 49 - Análise SWOT - Área de Intervenção Capital Humano / Sistema Local de Oferta-Produção – Debilidades/Pontos fracos

Debilidades/Pontos Fracos	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>CAPITAL HUMANO</b>		
Território de intervenção com significativas perdas de população desde 2001.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio na realização dos projetos</li> <li>▪ Apoio social</li> <li>▪ Criar emprego</li> <li>▪ Dar condições às empresas existentes e atrair novos investimentos</li> <li>▪ Medida de apoio para jovens casais</li> <li>▪ Qualificar recursos locais (desportos náuticos, desportos de ar livre, termas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio ao empreendedorismo</li> <li>▪ Apoio ao investimento</li> <li>▪ Criar emprego e serviços para a população</li> <li>▪ Criar emprego, atraindo indústria</li> <li>▪ Organização da produção para criação de postos de trabalho e escoamento da produção</li> <li>▪ Estratégias para fixar e aumentar a população</li> </ul>
Crescimento efetivo negativo entre 2001-2013.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio a jovens casais</li> <li>▪ Criar emprego</li> <li>▪ Criar uma marca do território</li> <li>▪ Desenhar rotas inter-regionais</li> <li>▪ Reforçar as condições dos serviços públicos (escolas, hospitais, ...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar emprego e serviços para a população</li> <li>▪ Integrar a marca e as rotas em redes nacionais</li> <li>▪ Mais estratégia de crescimento</li> <li>▪ Mais sistemas de transportes</li> <li>▪ Melhorar as condições de vida</li> </ul>
Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/ migração dos jovens.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhamento dos investidores</li> <li>▪ Criar emprego</li> <li>▪ Motivar o empreendedorismo empresarial e o sentido de autonomia</li> <li>▪ Reforçar as condições dos serviços públicos (escolas, hospitais, ...)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dar formação e manter informados os investidores, das medidas de política</li> <li>▪ Mais apoio ao empreendedorismo</li> <li>▪ Mais infraestruturas de fixação</li> <li>▪ Melhorar as condições de vida</li> </ul>
Envelhecimento galopante da população.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver estratégias vocacionadas para o envelhecimento ativo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conceber um projeto interterritorial para a construção de «territórios amigos do idoso».</li> </ul>
Forte perda de indivíduos até aos 29 anos (sinal preocupante de pressão social).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atrair mais jovens</li> <li>▪ Criar emprego</li> <li>▪ Dar condições para a criação de empresas, apoiar financeiramente e reduzir a burocracia</li> <li>▪ Procurar investimentos para a região</li> <li>▪ Reforçar a qualidade de vida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atrair mais jovens</li> <li>▪ Criar emprego e serviços para a população</li> <li>▪ Manter os investidores atualizados e formados</li> <li>▪ Reforçar a qualidade de vida</li> </ul>

(continuação)

Debilidades/Pontos Fracos	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
Oferta de recursos humanos pouco adequada às necessidades do tecido empresarial, por défice de articulação entre as instituições da Região (de ensino, formação, I&D e empresas).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ligação das empresas às universidades e I&amp;D</li> <li>Promover a articulação entre as instituições de ensino e o tecido empresarial local</li> <li>Promover encontros e realizar estágios nas empresas da região</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer parcerias entre as várias instituições</li> <li>Ligação das empresas às universidades e I&amp;D</li> <li>Mais escolas profissionais</li> </ul>
<b>SISTEMA LOCAL DE OFERTA-PRODUÇÃO</b>		
Baixa qualificação da mão-de-obra.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar na formação dos jovens</li> <li>Mais qualificação para os empresários</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apostar na formação dos jovens, articulando com as necessidades de mercado</li> <li>Mais ligação às universidades</li> </ul>
Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar formação específica para empresários</li> <li>Promover ações de formação e encontros interprofissionais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Premiar iniciativas empresariais</li> <li>Troca de experiências entre os vários empresários</li> </ul>
Baixo nível de cooperação empresarial e institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover ações de sensibilização para a cooperação interterritorial, entre agentes, empresas e instituições</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceber um projeto de “pedagogia da cooperação”, que contribua para a melhoria efetiva da cooperação institucional/intermunicipal</li> </ul>
Défice de articulação entre a gastronomia da área de intervenção.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Festivais gastronómicos</li> <li>Maior ligação escolas-empresas-associações</li> <li>Promover menus regionais com os produtos locais/tradições</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais sistemas de qualidade</li> </ul>
Défice de articulação entre os promotores turísticos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criar uma visão integrada do território, promovendo o diálogo</li> <li>Promover ações de articulação entre os promotores (Turismo do Centro)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover sinergias e encontros entre promotores turísticos</li> <li>Criar redes de promotores turísticos</li> </ul>
Défice de investimento em I&D.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Articular o ensino superior com instituições universitárias de outras regiões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilizar as instituições universitárias locais para uma melhor oferta dos seus serviços às empresas</li> <li>Sensibilizar as empresas para a importância do apoio das instituições universitárias locais</li> </ul>
Deficiente mobilização para a inovação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais trabalho conjunto: empresas-associações-municípios-universidades-escolas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a investigação-ação para servir as necessidades locais</li> </ul>
Elevado crescimento do número de desempregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mais trabalho voluntário nas instituições e IPSS</li> <li>Mudar a política de emprego e de formação</li> <li>Potenciar a empregabilidade</li> <li>Promover o investimento em pequenas indústrias</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar empresas em dificuldade</li> <li>Apostar na agricultura e turismo</li> <li>Captar novos investimentos</li> </ul>

(continuação)

Debilidades/Pontos Fracos	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
Elevado desaparecimento de empresas de diferentes ramos de atividade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apoio à internacionalização e benefícios fiscais</li> </ul>	
Falta de rotas/integração de rotas (ambientais, gastronómicas, religiosas, do património).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Definir as rotas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Comunicar as rotas junto dos agentes turísticos</li> </ul>
Falta de valorização do vinho de Lafões.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Montar estratégias de comunicação similares às implementadas para o vinho do Dão</li> <li>▪ Recuperar a Adega</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover a reestruturação dos vinhos</li> </ul>
Produtores dependentes dos sistemas de distribuição e comercialização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar redes de apoio à distribuição e comercialização</li> <li>▪ Medidas legislativas</li> <li>▪ Organização da produção</li> <li>▪ Produtores organizarem-se de forma a aumentarem a concentração da oferta</li> <li>▪ Promover a criação de cooperativas proactivas na comercialização e distribuição</li> <li>▪ Promover os produtos junto das grandes superfícies comerciais</li> <li>▪ Sensibilizar para o comércio em circuitos curtos de comercialização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aprofundar e aumentar a distribuição e a comercialização</li> <li>▪ Chamar a atenção para os aspetos ambientais do comércio de proximidade</li> <li>▪ Fortes campanhas de sensibilização de todos os agentes para as vantagens de consumir o que é nosso</li> </ul>

**Quadro 50 - Análise SWOT - Área de Intervenção Dimensão Organizativa / Infraestruturas e Serviços – forças/pontos fortes**

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>DIMENSÃO ORGANIZATIVA</b>		
Boa acessibilidade inter-regional (ao Porto, Aveiro e Coimbra).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Encurtar” as assimetrias no território em termos de acessibilidade</li> <li>▪ Eliminar as SCUT</li> <li>▪ Estratégia de marketing inter-regional</li> <li>▪ Autoestrada Viseu-Coimbra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criar rede pública de transportes (comboio/autocarro)</li> <li>▪ Lobbying para abolição das SCUT</li> <li>▪ Melhorar a infraestrutura de ligação a Coimbra</li> <li>▪ Melhorar rede de transportes</li> </ul>
Condições propícias para garantir a sustentabilidade dos espaços naturais e a valorização do património específico de cada região.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar e analisar a viabilidade dos espaços naturais específicos</li> <li>▪ Intensificar plano de prevenção para combate a incêndios florestais</li> <li>▪ Implementar plano para manutenção e dinamização desses espaços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliar o interesse de criação de áreas protegidas para valorização do território e dos seus recursos</li> <li>▪ Banco de terras</li> <li>▪ Colaboração com centros de investigação, associações culturais</li> </ul>
Condições propícias ao estabelecimento de redes de cooperação institucional nos domínios do ambiente, desenvolvimento local e rural, floresta, turismo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar na efetivação das redes</li> <li>▪ Desenvolver os contactos entre as várias entidades e envolvê-las no desenvolvimento do Plano Estratégico para o território</li> <li>▪ Fundir as organizações, diminuir Entidades e reestruturá-las</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atuar na efetivação das redes</li> <li>▪ Em função dos resultados obtidos avaliar e adequar o Plano Estratégico em função das atualidades e novos desafios</li> </ul>
Existência de redes de trabalho nacionais, locais e internacionais promovidas pela área das artes performativas, nomeadamente a partir de estruturas profissionais da região (Teatro Viriato, ACERT, Binaural, Cineclub de Viseu)		
Condições propícias à cooperação transfronteiriça com organizações/empresas de Espanha (eixo Viseu –Guarda – Aveiro).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver contactos.</li> <li>▪ Promover no território ações e eventos que decorram neste Eixo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aproximar a CIM Viseu Dão-Lafões do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.</li> </ul>
Proximidade nas governanças locais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em orçamentos participativos</li> <li>▪ Reforço do trabalho intermunicipal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concertar as governanças dos vários municípios de forma integrada</li> <li>▪ Reforço do trabalho intermunicipal</li> </ul>

(continuação)

Forças/Pontos Fortes	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS</b>		
Cidade de Viseu com o epíteto de “ <i>melhor cidade para se viver</i> ” (melhor sistema viário, passeios mais limpos, melhor servida de espaços verdes e de ciclovias, bem servida de restaurantes, supermercados e centros comerciais, mais pontos de coordenação de serviços municipais, proximidade casa-trabalho facilitadora da articulação “trabalhar na cidade-viver no campo”, espírito de comunidade).	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Melhorar acessos a Viseu (EN16 e outras)</li> <li>▪ Procurar amenizar estas assimetrias</li> <li>▪ Procurar estender o “epíteto” a todo o território, não de forma formal, mas efetiva</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Disseminar no território a centralidade de Viseu</li> <li>▪ Passar a ideia de “território multi-valências”</li> <li>▪ Procurar desenvolver complementaridades no território para que se possa estender o “epíteto”</li> </ul>

**Quadro 51 - Análise SWOT - Área de Intervenção Dimensão Organizativa / Infraestruturas e Serviços – debilidades/pontos fracos**

Debilidades/Pontos Fracos	Orientações / Opções Estratégicas	
	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo
<b>DIMENSÃO ORGANIZATIVA</b>		
Défice de <i>marketing</i> associativo por parte da ADDLAP.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de <i>marketing</i> associativo para divulgar melhor “quem é, o que faz e as vantagens locais em recorrer ao apoio da ADDLAP”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver as ações presentes no Plano.</li> </ul>
Desarticulação da oferta turística.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o encontro entre responsáveis concelhios por esta área</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a articulação de todo o território</li> </ul>
Desenvolvimento heterogéneo dos municípios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover políticas supramunicipais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a articulação de todo o território</li> </ul>
Número elevado de prédios degradados nas freguesias urbanas e rurais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levantamento das situações existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação e incentivos de políticas de recuperação do património imobiliário</li> </ul>
Ordenamento florestal insuficiente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contactar os proprietários dos terrenos e envolvê-los no processo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de um plano de gestão florestal</li> </ul>
<b>INFRAESTRUTURAS E SERVIÇOS</b>		
Deficientes condições de mobilidade intrarregional (debilidade dos acessos internos, nomeadamente nas áreas de serra; inexistência de transporte ferroviário; rede de transporte público manifestamente insuficiente e com preços elevados).		
Desequilíbrio entre a reabilitação e a revitalização das estruturas socioculturais e recreativas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Contratação de animadores socioculturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de projetos de animação que integrem as várias estruturas</li> </ul>
Progressivo encerramento de serviços públicos/sociais de apoio (administração pública, centros de saúde, escolas, tribunais, etc.).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atratividades do território de forma a fixar população</li> </ul>	
Redes de infraestrutura básicas a necessitar de intervenção (completar e monitorizar a rede de tratamento de águas residuais e a rede de abastecimento de água).	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fazer o levantamento das situações existentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recorrer aos fundos comunitários de forma a resolver a situação</li> </ul>

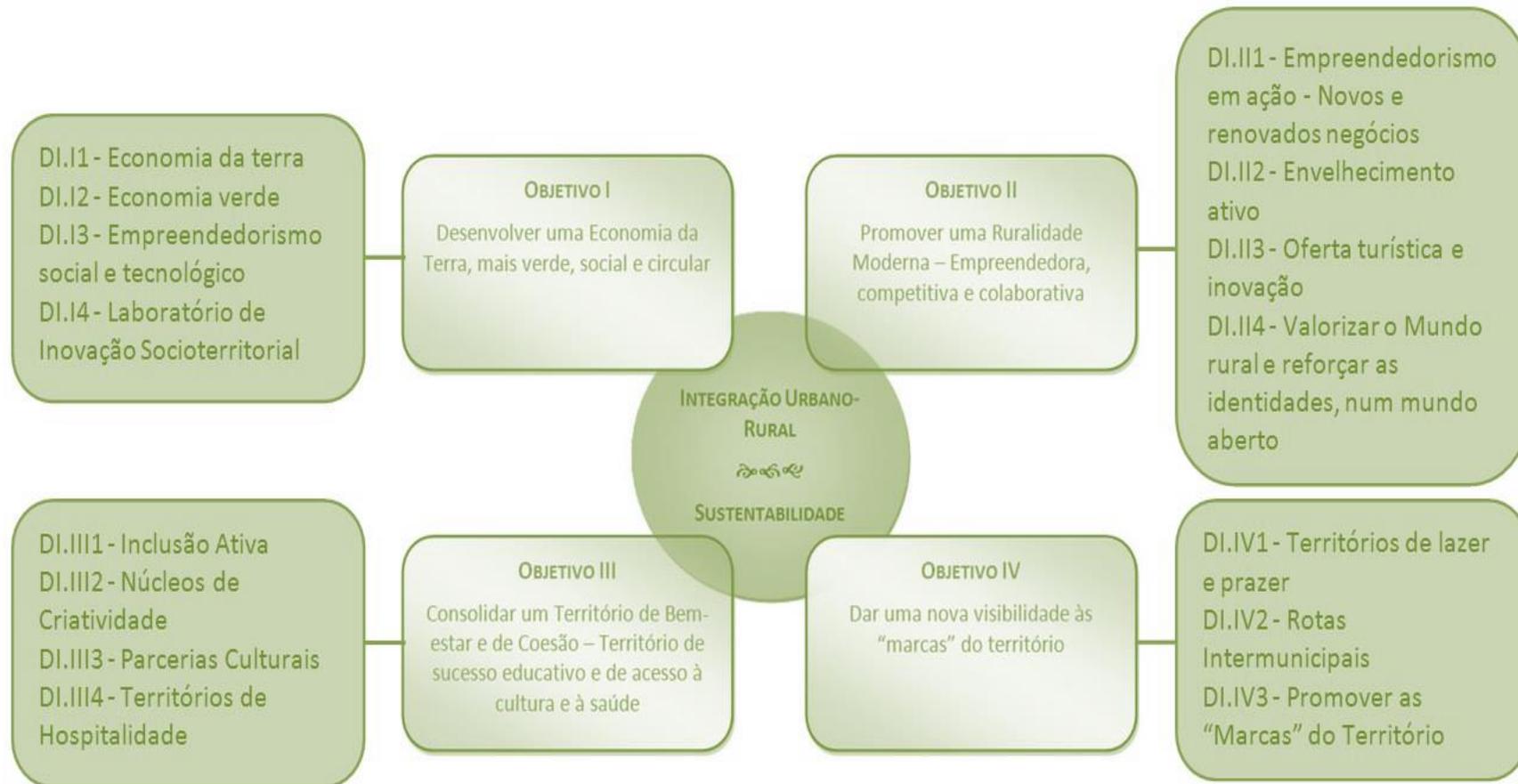
**Quadro 52 - Análise SWOT – Oportunidades no Território de Atuação da ADDLAP**

Oportunidades
Boa acessibilidade inter-regional (ao Porto, Aveiro e Coimbra).
Condições propícias para a criação de cooperativas proactivas na comercialização e distribuição dos produtos da terra.
Condições propícias para a integração de rotas (ambientais, gastronómicas, religiosas, do património).
Condições propícias para ajustar a oferta formativa ao mercado profissional.
Condições propícias para articular os produtores e as associações no domínio dos frutos vermelhos, nomeadamente na sua transformação (p. ex. desidratação do mirtilo) e comercialização.
Condições propícias para criar uma atmosfera de articulação institucional, alargada a Viseu, Vila Real, Porto, para criação de uma cadeia de valor de base territorial.
Condições propícias para desenvolver o consumo de diferentes energias renováveis (biomassa, eólica, hídrica, solar, sistemas autónomos híbridos).
Condições propícias para desenvolver programas de sensibilização para a importância dos tratamentos termais.
Condições propícias para especializar e formar atores para potenciarem e conferirem qualidade aos saberes-fazer, com introdução de inovação numa perspetiva de melhoria contínua.
Condições propícias para estabelecer parcerias com universidades e politécnicos.
Condições propícias para melhorar a governança local, nomeadamente pela implementação de orçamentos participativos.
Condições propícias para o comércio em circuitos curtos de comercialização.
Condições propícias para o turismo ambiental, de aventura, cinegético, cultural, fluvial, histórico, religioso, de saúde, TER,...
Diversidade institucional com potencial de cooperação e criação de redes em diversos domínios (ambiente, floresta, turismo).
Motivação/capacitação dos agentes de desenvolvimento que atuam no território.
Potencial de cooperação transfronteiriça devido à proximidade a Espanha (a exemplo da excelente cooperação existente entre o Norte de Portugal e a Galiza por via do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular).
Potencial para articular com agentes turísticos locais e internacionais o usufruto das zonas de caça e pesca.
Potencial para articular o termalismo com pacotes de ofertas turísticas que integrem o turismo ativo, o ecoturismo, a observação de paisagens e o envelhecimento ativo numa perspetiva de medicina <i>anti-aging</i> .
Potencial para aumentar o (re)conhecimento e usufruto do património natural, através da utilização das plataformas de observação da natureza, dos painéis interpretativos nos rios, das ecopistas e dos percursos existentes.
Potencial para dinamizar o trabalho em rede em diferentes frentes e envolvendo diferentes atores institucionais, associativos, cooperativos e empresariais, à escala local, nacional e transnacional.
Potencial para dinamizar redes de I&D, aproveitando o poder universitário existente no território e a proximidade a Aveiro e Coimbra.
Potencial para transformar a serra e a água nas âncoras do <i>marketing</i> territorial.

**Quadro 53 - Análise SWOT - Ameaças no Território de Atuação da ADDLAP**

Ameaças
Baixa qualificação da mão-de-obra.
Baixa qualificação dos empresários e falta de iniciativa empresarial.
Baixo nível de cooperação empresarial e institucional.
Crescimento efetivo negativo entre 2001-2013.
Défice de articulação entre os operadores/promotores turísticos.
Deficiente ordenamento florestal.
Degradação de algum património construído.
Dificuldades de fixação da população jovem e de controlar a emigração/migração dos jovens.
Encerramento de serviços públicos/sociais de apoio (administração pública, centros de saúde, escolas, tribunais, etc.).
Envelhecimento galopante da população.
Esvaziamento dos espaços periurbanos em favor da cidade, devido à inexistência de uma política urbana integrada e intermunicipal que controle as migrações da população.
Forte perda de indivíduos até aos 29 anos (sinal preocupante de pressão social), com destaque para as classes dos 15-19 anos (-27,0%) e 20-24 anos (-29,2%).
Legislação muito restritiva para o setor agroalimentar (fiscalidade, transformação e comercialização).
Reduzida adequação dos recursos humanos às necessidades do tecido empresarial, por défice de articulação entre as instituições da Região (de ensino, formação, I&D e empresas).
Risco de desaparecimento dos saberes-fazer e ofícios tradicionais, por falta de registo e valorização das práticas.
Significativas perdas de população desde 2001.

Figura 8 - Objetivos Específicos, Domínios de Intervenção e Linhas de Ação que Suportam a Macro Estratégia



Quadro 54 -Proposta Macro de Estratégia de DLBC

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação
Objetivo I Desenvolver uma Nova Economia - Economia da Terra, mais verde, social e circular	DI.11 - Economia da terra	LA.1 - Apoio a investimentos na exploração agrícola nos domínios da produção, transformação e comercialização, nomeadamente no que concerne à pecuária, fruticultura, horticultura e viticultura. LA.2 - Apoio ao modo de produção biológico (agricultura, apicultura, avicultura, fruticultura e pecuária). LA.3- Apoio à organização da produção local de recursos florestais não lenhosos (RFNL) e da sua comercialização. LA.4 - Apoio à implementação de circuitos curtos de comercialização.
	DI.12 - Economia verde	LA.5 - Apoio à produção de energia elétrica e de água quente solar. LA.6 - Apoio à produção de biodiesel e de biogás. LA.7 - Apoio à produção de energia com resíduos florestais. LA.8 - Apoio à produção de energia elétrica de micro e mini dimensão (micro-eólica, micro-hídrica).
	DI.13 - Empreendedorismo social e tecnológico	LA.9 - Apoio ao combate ao desemprego jovem com novos cenários na agricultura social <sup>2</sup> . LA.10 - Apoio à ligação da economia social e tecnológica com a criação de emprego próprio (ninhos de empresas para jovens), a formação, a cultura, as indústrias criativas, a recuperação do património, ... LA.11 - Apoio a estratégias de sensibilização para a responsabilidade social das organizações e respetiva certificação (SA 8000; NP 4469:1).
	DI.14 - Laboratório de Inovação Socioterritorial <sup>3</sup>	LA.12 - Apoio a estratégias de dinamização da responsabilidade socioterritorial promotoras da reflexão e debate sobre processos de participação construtores de inovação socioterritorial; da partilha de informação útil à comunidade sobre inovação socioterritorial; da investigação aplicada e experimentação de métodos e de soluções empreendedoras de inovação socioterritorial. LA.13 - Apoio a estratégias para aproximação do ensino superior local das organizações públicas e privadas que intervêm na economia. LA.14 - Apoio à formação e investigação aplicada ao desenvolvimento socioterritorial.

<sup>2</sup> Toda a agricultura é por natureza social. Todavia, o conceito em construção de **agricultura social** estabelece uma ligação estreita entre a «agricultura-inserção-terapêutica», proximidade que no mundo anglo saxónico tem uma pluralidade de abordagens: “*social farming, green caring, care farming, horticultural therapy, animal-assisted therapy, healing gardens, farming for health*”. Em França fala-se em “*jardin d’insertion*”, ligação entre o uso da terra/o jardim e a inserção (social e/ou profissional), surgindo de uma forma mais marginal a expressão “*thérapie horticole*” associada a perspetivas médicas. Por cá, já se defende que estamos perante uma abordagem situada entre dois conceitos – a agricultura multifuncional e os cuidados sociais / saúde de base comunitária –, incluindo, por isso, todas as atividades que usam os recursos agrícolas, seja das plantas ou dos animais, com o objetivo de promover (ou gerar) serviços de saúde, sociais ou educacionais a diferentes grupos de pessoas, tais como pessoas com problemas de saúde mental, desempregados de longa duração, idosos ativos, pessoas com deficiência, com dificuldades de aprendizagem, pessoas que sofrem de dependências, bem como pessoas em processo de reintegração social.

<sup>3</sup> Perspetiva-se que o **Laboratório de Inovação Socioterritorial** possa desenvolver as seguintes atividades: i) Recolha, tratamento, elaboração e publicação de conhecimento sobre a temática; ii) Organização de encontros, tertúlias, *workshops* de informação, reflexão e produção de conhecimento sobre a temática; iii) Desenvolvimento de experiências e experimentação de metodologias e competências de criatividade e de inovação socioterritorial; iv) Consultoria para o desenvolvimento de projetos de inovação socioterritorial, designadamente, através do desenho, concretização e avaliação de projetos; v) Dinamização de campos de experimentação e estágios em desenvolvimento socioterritorial; vi) Animação de redes sociais e de comunidades de práticas que promovam a inovação socioterritorial.

(continuação)

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação
<p><b>Objetivo II</b> Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa</p>	<p>DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios</p>	<p>LA.15 - Apoio à criação, qualificação e reconversão de negócios/atividades existentes. LA.16 - Apoio à realização de concursos locais de empreendedorismo. LA.17 - Apoio ao desenvolvimento de projetos que estimulem as competências críticas e criativas.</p>
	<p>DI.II2 - Envelhecimento ativo</p>	<p>LA.18 - Apoio à mobilização da população sénior, ativa e capacitada, para encontros intergeracionais (<i>coaching</i> intergerações) e para novos desafios de intervenção social. LA.19 – Apoio à constituição de uma Bolsa de População Sénior, qualificada e disponível, para colaborar em trabalhos especializados. LA.20. Desenvolvimento de iniciativas empresariais no domínio do <i>anti-aging</i>, de forma a “travar” o envelhecimento, dando maior bem-estar e qualidade de vida à população sénior.</p>
	<p>DI.II3 - Oferta turística e inovação</p>	<p>LA.21 – Apoio à dinamização e à promoção do turismo cultural, focalizado na gastronomia/enologia, artesanato, património rural e património natural. LA.22 – Apoio à dinamização e à promoção do turismo de saúde, focalizado no termalismo e na relação afetiva dos indivíduos com os lugares. LA.23 – Apoio a estratégias para a fixação definitiva de turistas.</p>
	<p>DI.II4 - Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto</p>	<p>LA.24 - Apoio à implementação de espaços de promoção do mundo rural e das suas atividades. LA.25 – Apoio a projetos de renovação de aldeias vocacionados para a valorização do património edificado, do património imaterial (cultura, tradições, saber-fazer), do reforço das identidades locais e das pequenas empresas locais na área do comércio e serviços. LA.26 - Apoio às associações locais, nomeadamente no que concerne a pequenas obras, a equipamentos e às produções culturais (publicações, suportes digitais de informação, atividades culturais. etc). LA.27 - Apoio à elaboração de Roteiros do Mundo Rural, valorizadores das “marcas” dos territórios e de visão interterritorial do desenvolvimento. LA.28 - Apoio à promoção da cooperação do território com o exterior.</p>
<p><b>Objetivo III</b> Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão – Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde</p>	<p>DI.III1 - Inclusão Ativa</p>	<p>LA.29 - Apoio a ações de intervenção social com base no voluntariado. LA.30 - Apoio a ações de inovação e experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa. LA.31 – Apoio à criação e à qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local. LA.32 – Apoio à realização de atividades desportivas e socioculturais para a população idosa.</p>
	<p>DI.III2 - Núcleos de Criatividade</p>	<p>LA.33 - Apoio a ações para a melhoria da criatividade, da inovação e das competências no setor cultural. LA.34 - Apoio à criação de um Centro de Criatividade, que inter-relacione “património cultural-ciência-turismo” e que abranja diferentes domínios: investigação, educação, prevenção/sensibilização e turismo cultural. Nota: O Centro deverá ser um projeto polinucleado, tendo como preocupação a integração de espaços já construídos e que possam ser potenciados com estas novas funções. O seu funcionamento poderá ser uma oportunidade de integração de jovens licenciados criativos.</p>
	<p>DI.III3 - Parcerias Culturais</p>	<p>LA.35 - Apoio à organização de programas para a concertação e dinamização das diversas atividades artísticas e criativas existentes na Área de Intervenção. LA.36 - Apoio à construção de um processo de diálogo constante que se enriqueça através das várias expressões artísticas, reforçando a capacidade de transferir competências entre todos.</p>

(continuação)

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação
Objetivo III	DI.III4 - Territórios de Hospitalidade	LA.37 - Apoio à implementação de «aldeias lar» (Cf. Nota no final do quadro), através do aproveitamento do edificado devoluto para a instalação de idosos com poder de compra que se queiram fixar. LA.38 – Apoio à criação e dinamização de uma Agenda da Hospitalidade, demonstrativa da oferta existente na Área de Intervenção.
Objetivo IV Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território	DI.IV1 - Territórios de lazer e prazer	LA.39 - Apoio à promoção de itinerários de observação da natureza. LA.40 - Apoio à promoção de itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade.
	DI.IV2 - Rotas Intermunicipais	LA.41 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais centradas na gastronomia, na doçaria regional e nos produtos com ADN. LA.42 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais de aventura e de descoberta: Rotas da Água; Rotas da Floresta; Rotas da Serra. LA.43 – Apoio à promoção de roteiros religiosos e de rotas do património ambiental.
	DI.IV3 - Promover as “Marcas” do Território	LA.44 - Apoio à promoção de um Plano de Marketing Territorial. LA.45 – Apoio a estudos e trabalhos sobre as “Marcas” do Território, através da concessão de bolsas de investigação, concursos, etc. LA.46 – Apoio a estratégias de venda das “Marcas” do Território.

Nota: O conceito de «aldeia lar» *“centra-se em aproveitar aldeias/vilas do interior do País em processo de despoamento e desertificação. Nestas aldeias e vilas, através de investimento público, privado ou misto, são adquiridas as casas devolutas, as quais são reconvertidas em apartamentos para a instalação de idosos, oriundos do País ou de Outros Países. Nestas aldeias e vilas são ainda constituídas unidades centrais de apoio, onde são servidas as refeições, se prestam cuidados e assistência médica (cuidados paliativos, serviços geriátricos, equipas no domínio da gerontologia 24 por dia, existência de médicos e enfermeiros sempre disponíveis,...). Refira-se que a população idosa residente integrará e participará dos serviços existentes, não tendo desta forma que sair das suas habitações próprias”*, MARTINS, João Emanuel. Seminário Internacional “Aldeias Lar – Um Futuro para o interior de Portugal”, Rede Europeia Anti Pobreza (REAP), Beja, Junho de 2007.

**Quadro 55 - Coerência da Proposta Macro de Estratégia com os Domínios Diferenciadores e Apostas Indicativas da EEI-Centro, e os Objetivos Temáticos da Programação do PO Centro**

Domínios Diferenciadores	Apostas Indicativas da EEI Centro	Objetivos Temáticos de Programação PO Centro	Domínios de Intervenção da Proposta Macro de Estratégia
<i>Inovação Rural</i>	AI 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais Desenvolvimento de novos produtos associados ao mar, à atividade agroflorestal e à economia verde, incluindo também a introdução de abordagens inovadoras nos processos ligados ao aproveitamento e transformação dos recursos endógenos naturais otimizando a sua posição nas respetivas cadeias de valor (e.g. gestão florestal sustentável, incluindo prevenção, deteção e combate a incêndios; gestão sustentável de matérias primas e dos recursos geológicos; agricultura de precisão; comercialização especializada de produtos agroalimentares; aquacultura, pescado, conservas, sal, economia do surf).	OT3 - Reforçar a competitividade das PME OT6 - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	DI.I1 - Economia da terra DI.I2 – Economia verde
	AI 4.1. Inovação rural Experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em áreas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (e.g. telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios.		DI.I3 - Empreendedorismo social e tecnológico DI.I4 – Laboratório de Inovação Socio-territorial
	AI 4.3. Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo Reforço da presença da investigação, desenvolvimento e inovação no turismo, incluindo: novas abordagens direcionadas a mercados específicos; estruturação de novos produtos turísticos orientados para a valorização do património territorial existente, enquanto elemento diferenciador; consolidação da produção de conteúdos (culturais, artísticos, multimédia); e desenvolvimento de novas ferramentas e abordagens on-line de promoção do destino turístico Centro de Portugal.		DI.I3 - Oferta turística e inovação DI.IV1 – Territórios de lazer e prazer DI.IV2 – Rotas Intermunicipais DI.IV3 – Promover as “Marcas” do Território
<i>Agricultura</i>	AI 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais	OT3, OT6 e OT8 - Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral	DI.I1; DI.I2
	AI 4.1. Inovação rural	OT3 e OT8	DI.I3; DI.I4

(continuação)

Domínios Diferenciadores	Apostas Indicativas da EEI Centro	Objetivos Temáticos de Programação PO Centro	Domínios de Intervenção da Proposta Macro de Estratégia
Floresta	AI 1.2. Desenvolvimento e utilização de materiais Desenvolvimento e utilização de materiais ao serviço da competitividade, através da valorização e reciclagem de resíduos em simbiose industrial, da conceção de novos materiais e de novos aproveitamentos para materiais com origem agroflorestal.	OT3	DI.I1; DI.I2
	AI 2.1. Fontes energéticas alternativas Aproveitamento energético dos recursos endógenos naturais, através de soluções que explorem o potencial energético associado à floresta, ao mar e ao sol.	OT3, OT6 e OT8	DI.I2
	AI 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais		DI.I1
Turismo	AI 4.3. Investigação, desenvolvimento e inovação no turismo	OT3	DI.II3; DI.IV2; DI.IV3 DI.III3 - Parcerias Culturais DI.III4 - Territórios de Hospitalidade DI.IV1 – Territórios de lazer e prazer
Eficiência energética	AI 2.1. Fontes energéticas alternativas	OT6	DI.I1; DI.I2
	AI 2.2. Desenvolvimento das cadeias de valor associadas aos recursos endógenos naturais		DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios
	AI 4.1. Inovação rural	OT6	DI.I2
Saúde e Bem-estar	AI 3.1. Futuro Digital Reforço da presença da investigação, desenvolvimento e inovação no turismo, incluindo: novas abordagens direcionadas a mercados específicos; estruturação de novos produtos turísticos orientados para a valorização do património territorial existente, enquanto elemento diferenciador; consolidação da produção de conteúdos (culturais, artísticos, multimédia); e desenvolvimento de novas ferramentas e abordagens on-line de promoção do destino turístico Centro de Portugal.	OT9 - Promover a inclusão social e combater a pobreza	DI.II3 DI.II4 - Valorizar o Mundo rural, reforçar as identidades DI.III2 - Núcleos de Criatividade
	AI 3.2. Inovação centrada na saúde Desenvolvimento de dispositivos médicos e sistemas de monitorização, apostas em medicina personalizada, terapia celular, medicina de translação e ensaios clínicos, bem assim como na consolidação de práticas clínicas de excelência (e.g. oncologia, oftalmologia, cardiologia/cirurgia cardíaca, transplante de órgãos, tecidos e células), potenciando igualmente o turismo médico.		DI.II2 - Envelhecimento ativo DI.II3 DI.III1 - Inclusão Ativa
	AI 3.3. Envelhecimento ativo Aposta em novas abordagens associadas à medicina preventiva e de reabilitação, ao bem-estar, envelhecimento ativo e saudável, incluindo doenças associadas ao envelhecimento, termalismo e bioclimatismo, potenciando igualmente o turismo de bem-estar.		DI.II2 - Envelhecimento ativo DI.II3 - Oferta Turística e inovação DI.III4

Fonte: RIS3 Centro de Portugal. Programa Operacional da Região Centro - Centro 2020.

**Quadro 56 - Coerência da Proposta Macro de Estratégia com o Plano de Ação CIM Viseu Dão Lafões**

Objetivos Estratégicos PA CIM	Linhas de Ação PA CIM	Domínios de Intervenção da Proposta Macro de Estratégia
OE 1 - Promover a competitividade e o aumento da capacidade de absorção do tecido produtivo local	L1. Promover a Qualificação Organizacional das Empresas e Facilitar a Intermediação e o Brokerage Empresarial	DI.I1 - Economia da terra DI.I2 - Economia verde
	L2. Qualificar o Relacionamento com os Mercados e Organizar e Promover as Ofertas de Setores Tradicionais do Território	DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial DI.II3 - Oferta turística e inovação
OE 2 - Promover o empreendedorismo e estimular e articular a triple helix de inovação na Sub-região	L3. Promover a Inovação Empresarial e a Experimentação	DI.I1 - Economia da terra
	L5. Promover o Empreendedorismo e Qualificar o Apoio aos Empreendedores.	DI.I3 - Empreendedorismo social e tecnológico DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial
	L6. Organizar, Diversificar e Qualificar a Oferta de Acolhimento e Incubação Empresarial.	DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios DI.II3 - Oferta turística e inovação
OE 7 - Promover a proteção e valorização ambiental, o uso eficiente dos recursos naturais e patrimoniais e a criação de uma economia de baixo carbono	L13. Incentivar uma Economia Hipocarbónica	DI.I2 - Economia verde
	L14. Dinamizar Usos Inteligentes de Recursos e Resíduos e Promover a Economia Circular.	DI.II4 - Valorizar o Mundo rural, reforçar as identidades DI.IV1 - Territórios de lazer e prazer
	L15. Valorizar e Promover o Património Natural e Cultural	
OE 8 - Elevar os níveis de escolaridade da população	L16. Criar Condições Materiais de Aprendizagem	DI.III2 - Núcleos de Criatividade
	L17. Elevar os Níveis de Escolaridade da População e Promover a Educação e Formação ao Longo da Vida.	DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial DI.III1 - Inclusão Ativa
OE 9 - Promover a empregabilidade, a diminuição do desemprego e a articulação entre emprego e formação	L19. Reforçar os Saberes e Competências da População.	DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial DI.II1 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios DI.III2 - Núcleos de Criatividade
	L20. Fomentar a Economia Social e a Qualificar o Terceiro Setor.	DI.I4 - Laboratório de Inovação Socioterritorial
OE 10 - Promover a coesão social e o desenvolvimento do terceiro setor	L21. Dinamizar e Qualificar o Apoio ao Envelhecimento Ativo.	DI.II2 - Envelhecimento ativo
	L22. Promover a Inclusão Social e a Dinamização Sociocultural.	DI.III1 - Inclusão Ativa DI.III4 - Territórios de Hospitalidade
	L25. Dinamizar a Cooperação Institucional geradora de Atratividade Territorial	DI.III3 - Parcerias Culturais DI.IV2 - Rotas Intermunicipais DI.IV3 - Promover as “Marcas” do Território
OE 14 - Prototipar e promover ofertas territoriais inovadoras	L27. Promover Novas Formas de Comercialização de Produtos Locais.	DI.I1 - Economia da terra
	L28. Inovar nas Ofertas Turísticas do Destino Viseu Dão Lafões.	DI.II3 - Oferta turística e inovação DI.II4 - Valorizar o Mundo rural, reforçar as identidades DI.III3 - Parcerias Culturais
	L29 Promover Novos Modelos de Organização das Ofertas de Viseu Dão Lafões	DI.IV1 - Territórios de lazer e prazer DI.IV2 - Rotas Intermunicipais DI.IV3 - Promover as “Marcas” do Território

Quadro 57 - Conformidade da Proposta Macro de Estratégia com Instrumentos de Financiamento

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação	Instrumentos	
			PDR 2020	PO Centro
Objetivo I Desenvolver uma Nova Economia - Economia da Terra, mais verde, social e circular	DI.1 - Economia da terra	LA.1 - Apoio a investimentos na exploração agrícola nos domínios da produção, transformação e comercialização, nomeadamente no que concerne à pecuária, fruticultura, horticultura e viticultura. LA.2 - Apoio à produção em modo biológico (agricultura, apicultura, avicultura, fruticultura, pecuária). LA.3- Apoio à organização da produção local de recursos florestais não lenhosos (RFNL) e da sua comercialização. LA.4 - Apoio à implementação de circuitos curtos de comercialização.	M10.2 -1 M10.2 -2 M10.2 -3 M10.2 -4 M10.2 -5 M10.3	PI 8.iii PI 8.a
	DI.2 – Economia verde	LA.5 - Apoio à produção de energia elétrica e de água quente solar. LA.6 - Apoio à produção de biodiesel e de biogás. LA.7 - Apoio à produção de energia com resíduos florestais. LA.8 - Apoio à produção de energia elétrica de micro e mini dimensão (micro-eólica, micro-hídrica).	M10.2 -3	PI 8.iii PI 8.a
	DI.3 - Empreendedorismo social e tecnológico	LA.9 - Apoio ao combate ao desemprego jovem com novos cenários na agricultura social. LA.10 - Apoio à ligação da economia social e tecnológica com a criação de emprego próprio (ninhos de empresas para jovens), a formação, a cultura, as indústrias criativas, a recuperação do património, ... LA.11 - Apoio a estratégias de sensibilização para a responsabilidade social das organizações e respetiva certificação (SA 8000; NP 4469:1).	-	PI 8.iii PI 8.a
	DI.4 – Laboratório de Inovação Socioterritorial	LA.12 - Apoio a estratégias de dinamização da responsabilidade socioterritorial promotoras da reflexão e debate sobre processos de participação construtores de inovação socioterritorial; da partilha de informação útil à comunidade sobre inovação socioterritorial; da investigação aplicada e experimentação de métodos e de soluções empreendedoras de inovação socioterritorial. LA.13 - Apoio a estratégias para aproximação do ensino superior local das organizações públicas e privadas que intervêm na economia. LA.14 - Apoio à formação e investigação aplicada ao desenvolvimento socioterritorial.	M10.3 M.10.4	PI 8.iii PI 8.a
Objetivo II Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa	DI.11 - Empreendedorismo em ação - Novos e renovados negócios	LA.15 - Apoio à criação de novos negócios e à reconversão de negócios/atividades existentes. LA.16 - Apoio à realização de concursos locais de empreendedorismo. LA.17 - Apoio ao desenvolvimento de projetos que estimulem as competências críticas e criativas.	M10.2 -2 M10.2 -3	PI 8.3 PI 8.8
	DI.12 - Envelhecimento ativo	LA.18 - Apoio à mobilização da população sénior, ativa e capacitada, para encontros intergeracionais ( <i>coaching</i> intergerações) e para novos desafios de intervenção social. LA.19 – Apoio à constituição de uma Bolsa de População Sénior, qualificada e disponível, para colaborar em trabalhos especializados. LA.20. Desenvolvimento de iniciativas empresariais no domínio do <i>anti-aging</i> , de forma a “travar” o envelhecimento, dando maior bem-estar e qualidade de vida à população sénior.	-	PI 9.a PI 9.i

(continuação)

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação	Instrumentos	
			PDR 2020	PO Centro
Objetivo II Promover uma Ruralidade Moderna. - Empreendedora, competitiva e colaborativa	DII3 - Oferta Turística e inovação	LA.21 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo cultural, focalizado na gastronomia/enologia, artesanato e património rural. LA.22 - Apoio à dinamização e à promoção do turismo de saúde, focalizado no termalismo e na relação afetiva dos indivíduos com os lugares. LA.23 - Apoio a estratégias para a fixação definitiva de turistas.	M10.2 -4 M10.2 -5 M10.3	PI 6.c PI 9.i
	DII4 - Valorizar o Mundo rural e reforçar as identidades, num Mundo aberto	LA.24 - Apoio à implementação de espaços de promoção do mundo rural e das suas atividades. LA.25 – Apoio a projetos de renovação de aldeias vocacionados para a valorização do património edificado, do património imaterial (cultura, tradições, saber-fazer), do reforço das identidades locais e das pequenas empresas locais na área do comércio e serviços. LA.26 - Apoio às associações locais, nomeadamente no que concerne a pequenas obras, a equipamentos e às produções culturais (publicações, suportes digitais de informação, atividades culturais. etc). LA.27 - Apoio à elaboração de Roteiros do Mundo Rural, valorizadores das “marcas” dos territórios e de visão interterritorial do desenvolvimento. LA 28 - Apoio à promoção da cooperação do território com o exterior.	M10.2 -5 M10.2 -6 M10.3	PI 6.c PI 9.b
Objetivo III Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão – Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde	DI.III1 - Inclusão Ativa	LA.29 - Apoio a ações de intervenção social com base no voluntariado. LA.30 - Apoio a ações de inovação e experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa. LA.31 – Apoio à criação e à qualificação de uma rede de cuidadores informais para apoio aos idosos, integrando alunos do ensino superior local. LA.32 – Apoio à realização de atividades desportivas e socioculturais para a população idosa.	-	PI 9.i
	DI.III2 - Núcleos de Criatividade	LA.33 - Apoio a ações para a melhoria da criatividade, da inovação e das competências no setor cultural. LA.34 - Apoio à criação de um Centro de Criatividade, que inter-relacione “património cultural-ciência-turismo” e que abranja diferentes domínios: investigação, educação, prevenção/sensibilização e turismo cultural. O Centro deverá ser um projeto polinucleado, tendo como preocupação a integração de espaços já construídos e que possam ser potenciados com estas novas funções. O seu funcionamento poderá ser uma oportunidade de integração de jovens licenciados criativos.	M10.2 -6 M10.3 M10.4	PI 6.c PI 9.i
	DI.III3 - Parcerias Culturais	LA.35 - Apoio à organização de programas para a concertação e dinamização das diversas atividades artísticas e criativas existentes na Área de Intervenção. LA.36 - Apoio à construção de um processo de diálogo constante que se enriqueça através das várias expressões artísticas, reforçando a capacidade de transferir competências entre todos.	M.10.4	PI 6.c

(continuação)

Objetivos Específicos	Domínios de Intervenção	Linhas de Ação	Instrumentos	
			PDR 2020	PO Centro
<b>Objetivo III</b> (continuação)	DI.III4 - Territórios de Hospitalidade	LA.37 - Apoio à implementação de «aldeias lar», através do aproveitamento do edificado devoluto para a instalação de idosos com poder de compra que se queiram fixar. LA.38 – Apoio à criação e dinamização de uma Agenda da Hospitalidade, demonstrativa da oferta existente na Área de Intervenção.	M10.2 -6 M10.3	PI 9.i
<b>Objetivo IV</b> Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território	DI.IV1 – Territórios de lazer e prazer	LA.39 - Apoio à promoção de itinerários de observação da natureza. LA.40 - Apoio à promoção de itinerários de animação cultural e de visitação da religiosidade.	M10.2 – 6 M10.3	PI 6.c
	DI.IV2 – Rotas Intermunicipais	LA.41 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais centradas na gastronomia, na doçaria regional e nos produtos com ADN. LA.42 - Apoio à promoção de rotas intermunicipais de aventura e de descoberta: Rotas da Água; Rotas da Floresta; Rotas da Serra. LA.43 – Apoio à promoção de roteiros religiosos e de rotas do património ambiental.	M10.2 – 5 M10.2 – 6 M10.3	PI 6.c
	DI.IV3 – Promover as “Marcas” do Território	LA.44 - Apoio à promoção de um Plano de Marketing Territorial. LA.45 – Apoio a estudos e trabalhos sobre as “Marcas” do Território, através da concessão de bolsas de investigação, concursos, etc. LA.46 – Apoio a estratégias de venda das “Marcas” do Território.	M10.2 – 5 M10.3	PI6.c

Legenda: M10.2 - 1: Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas; M10.2 - 2: Pequenos investimentos na transformação e comercialização; M10.2 - 3: Diversificação de atividades na exploração; M10.2 – 4: Cadeias curtas e mercados locais; M10.2 –5: Promoção de produtos de qualidade locais; M10.2 - 6: Renovação de aldeias; M10.3: Atividades de Cooperação dos GAL; M10.4 : Funcionamento e animação.

PI 6c Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; PI 8iii: Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; PI8a: Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas; PI 9i: Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

**Quadro 58 - Aproximação aos Resultados esperados de Estratégia DLBC - Rural**

Macro Estratégia Eixos Estruturantes	Resultados Esperados
<p><b>1. Desenvolver uma Nova Economia - Economia da Terra, mais verde, social e circular</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprofundamento dos circuitos curtos agroalimentares.</li> <li>• Aprofundamento dos processos de participação local.</li> <li>• Criação de emprego, incluindo emprego próprio.</li> <li>• Criação de novas empresas.</li> <li>• Desenvolvimento da ligação entre o ensino superior local e as organizações públicas e privadas que intervêm na economia.</li> <li>• Desenvolvimento de produções complementares (energias alternativas; recursos florestais não lenhosos - RFNL).</li> <li>• Desenvolvimento das empresas existentes.</li> <li>• Desenvolvimento do empreendedorismo qualificado.</li> <li>• Desenvolvimento do modo de produção biológico.</li> <li>• Diversificação de atividade nas explorações agrícolas.</li> <li>• Diversificação de bens e serviços produzidos.</li> <li>• Melhoria do desempenho económico das explorações agropecuárias e florestais.</li> <li>• Organização de circuitos de comercialização.</li> <li>• Reforço da visibilidade interna e externa do território de intervenção.</li> </ul>
<p><b>2. Promover uma Ruralidade Moderna - Empreendedora, competitiva e colaborativa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Captação de maior fluxo turístico, designadamente, de população sénior.</li> <li>• Criação de novos negócios.</li> <li>• Criação de emprego, incluindo emprego próprio.</li> <li>• Dinamização da oferta de serviços para a população sénior.</li> <li>• Dinamização dos recursos turísticos suportado em pacotes articulados inovadores.</li> <li>• Dormidas em diferentes estabelecimentos turísticos.</li> <li>• Iniciativas de cooperação interterritorial.</li> <li>• Instalação sustentada de novos empresários rurais.</li> <li>• Projetos de renovação de aldeias.</li> <li>• Reconversão de negócios/atividades existentes.</li> <li>• Valorização turística das albufeiras e cursos de água interiores.</li> </ul>
<p><b>3. Consolidar um Território de Bem-estar e de Coesão – Território de sucesso educativo e de acesso à cultura e à saúde</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da abrangência territorial das Organizações da Economia Social.</li> <li>• Aumento da capacitação de jovens em idade escolar para as atividades ligadas ao desenvolvimento rural.</li> <li>• Aumento da empregabilidade.</li> <li>• Aumento do trabalho em rede, nomeadamente, por via da articulação institucional.</li> <li>• Combate a fenómenos de pobreza e exclusão social.</li> <li>• Dinamização da transmissão de conhecimentos e saberes técnicos tradicionais.</li> <li>• Dinamização de «aldeias lar».</li> <li>• Dinamização dos recursos culturais – criação de âncoras para o turismo regional.</li> <li>• Melhoria dos níveis de cobertura da oferta de equipamentos de resposta social.</li> <li>• Promoção da inclusão ativa.</li> <li>• Promoção da intervenção social com base no voluntariado.</li> </ul>
<p><b>4. Dar uma nova visibilidade às “marcas” do território</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da capacidade de animação territorial e inovação social.</li> <li>• Aumento da fruição dos valores patrimoniais naturais.</li> <li>• Desenvolvimento de roteiros com as “marcas” do território.</li> <li>• Dinamização das “marcas” do território – âncoras de afirmação sub-regional.</li> <li>• Dinamização de rotas intermunicipais diversificadas.</li> <li>• Promoção do território de forma integrada (<i>marketing</i> territorial).</li> </ul>
<p><b>5. Cooperação e animação do território; e Capacitação institucional</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacitação dos elementos da Parceria.</li> <li>• Capacitação dos elementos do Secretariado Técnico.</li> <li>• Aumento da cooperação nacional, transnacional e/ou internacional.</li> </ul>

**Quadro 59 - Indicadores FEADER**

Medida	Indicadores Realização	Indicadores de Resultado
Medida 10.1 - Apoio à preparação de EDL	<ul style="list-style-type: none"> <li>Montante de despesa pública - apoio preparatório</li> </ul>	
Medida 10.2. Apoio à realização de operações no âmbito das EDL	<ul style="list-style-type: none"> <li>População rural abrangida por EDL</li> <li>Montante de despesa pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de empregos em projetos apoiados</li> <li>Empresas apoiadas</li> </ul>
1 - Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento</li> <li>Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
2 - Pequenos investimentos na transformação e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de unidades industriais apoiadas</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento;</li> <li>Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais;</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
3 - Diversificação de atividades na exploração	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de explorações agrícolas apoiadas</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pela diversificação de atividade</li> <li>Peso da despesa pública para apoio a diversificação de atividades na exploração</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
4 - Cadeias curtas e mercados locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de operações de cooperação/promoção local entre os agentes da cadeira de abastecimento</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de explorações agrícolas que participam na cooperação/promoção local entre os agentes da cadeira de abastecimento</li> <li>Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
5 - Promoção de produtos de qualidade locais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de operações apoiadas de promoção de produtos de qualidade locais</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Percentagem de explorações agrícolas apoiadas ao abrigo de regimes de qualidade, mercados locais e de promoção de produtos de qualidade locais</li> <li>Peso da despesa pública para promoção de produtos de qualidade locais</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
6 - Renovação de aldeias	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de operações apoiadas para investimentos em infraestruturas de recreio/turismo</li> <li>Montante de despesa pública</li> <li>Montante de investimento elegível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>População que beneficia da melhoria de serviços/ infraestruturas</li> <li>Postos de trabalho criados</li> </ul>
Medida 10.3 Preparação e realização de atividades de cooperação	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de operações de cooperação apoiadas</li> <li>Montante de despesa pública</li> </ul>	
Medida 10.4 Apoio a custos de funcionamento e animação	<ul style="list-style-type: none"> <li>N.º de participantes em formações</li> <li>Montante de despesa pública</li> </ul>	

Fonte: PDR 2020.

Quadro 60 - Indicadores PO Centro

PI	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
6c	Turismo sustentável Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros
8iii	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
8a	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Postos de trabalho criados
9i	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário
	Projetos de inovação e experimentação	

PI 6c - Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural; PI 8iii - Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras; PI8a - Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas e microempresas; PI 9i - Inclusão ativa, inclusivamente com vista a promover oportunidades iguais e a participação ativa e melhorar a empregabilidade.

Fonte: *PO Centro 2020* (versão Dezembro).

(continuação)

PI	Objetivo Específico	Resultados Esperados	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
6c	Promover a valorização do património cultural e natural, afirmando a região como destino turístico de excelência	<p>Pretende-se reforçar a valorização do património cultural e natural enquanto fator de competitividade no modelo regional de desenvolvimento económico, apoiando iniciativas que permitam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) incrementar o turismo cultural e de natureza;</li> <li>ii) criar emprego e riqueza, valorizando os equipamentos associados ao património;</li> <li>iii) alargar os potenciais beneficiários e a captação de fluxos turísticos, dinamizando os espaços culturais existentes através de uma programação em rede;</li> <li>iv) aumentar a capacidade de atração de visitantes das áreas classificadas, melhorando o apoio aos visitantes e divulgando os seus valores e recursos.</li> </ul> <p>A Região Centro dispõe de recursos patrimoniais de inegável qualidade e diversidade associados à sua história, existindo marcas de valia nacional e internacional (património da Humanidade reconhecido pela UNESCO: Mosteiro da Batalha, Mosteiro de Alcobaça, Convento de Cristo em Tomar, Universidade de Coimbra – Alta e Sofia, os vestígios da romanização como Conímbriga e Centum Cellas, património associado às ordens religiosas e monumentos de carácter militar, etc.). No que respeita ao património natural, destacam-se as áreas classificadas da Serra da Estrela, da Serra da Malcata, da Serra de Aire e Candeeiros, da Serra da Gardunha, da Serra do Açor, do Sicó, de Montemuro, do Caramulo, bem como as reservas naturais das Berlengas, dos Paúis de Arzila, Madriz e Taipal.</p> <p>As operação devem estar alinhadas com a estratégia regional e nacional de turismo, das quais se realça a qualificação da oferta/produtos a nível regional, associados ao património e à cultura, ao turismo de natureza e turismo ativo, ao termalismo, à saúde e bem-estar, à gastronomia &amp; vinhos, ao sol &amp; mar, ao turismo náutico, golfe e turismo acessível, e ainda ao turismo religioso (eg. Judaico e Católico) e ao turismo médico.</p>	Turismo sustentável Aumento do número esperado de visitantes a sítios de património cultural e natural e a atrações beneficiários de apoio	Dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros
8iii	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas	<p>Pretende-se dinamizar a criação de emprego sustentável de cariz local, o empreendedorismo e a inovação social, incentivando e apoiando a capacidade de iniciativa das pessoas (nomeadamente das mulheres), através de medidas para a criação do próprio emprego, dirigidas preferencialmente a desempregados e a desempregados de longa duração, de pequenos incentivos ao investimento onde a criação de emprego é critério fundamental do apoio numa vertente FSE. Pretende-se também apoiar projetos relacionados com o fornecimento de serviços a empresas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde).</p> <p>Esta Prioridade de Investimento é mobilizada em estreita articulação com a Prioridade de Investimento 8.8., direcionada para o apoio ao investimento, complementar aos apoios à criação do próprio emprego ou de criação de postos de trabalho.</p>	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego	Pessoas apoiadas no âmbito da criação de emprego, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio

(continuação)

PI	Objetivo Específico	Resultados Esperados	Indicador de Realização	Indicador de Resultado
8a	Apoiar a criação do próprio posto de trabalho e de empresas, o empreendedorismo social e a economia social	Pretende-se contribuir para a criação líquida de emprego, através de pequenos incentivos ao investimento. Pretende-se também dinamizar o empreendedorismo social através de medidas de apoio ao investimento em empresas sociais dirigidas à prestação de serviços às pessoas, às famílias e a grupos sociais desfavorecidos. Pretende-se ainda criar novos projetos de empresas que trabalhem no domínio do combate às alterações climáticas (economia verde). Estes apoios vêm na sequência de iniciativas bem-sucedidas de anteriores períodos de programação, como sejam os casos do RIME – Regime de Incentivo a Micro Empresas no QCAII e do SIALM - Regulamento do Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas no QREN. O SIALM, em particular, constitui um bom exemplo da forma expedita como se pretende atuar junto dos potenciais grupos-alvo deste objetivo, com maior presença relativa em territórios de baixa densidade, primando pela agilidade de procedimentos, pela eficiência na gestão e pela eficácia nos resultados. Esta Prioridade de Investimento é mobilizada em estreita articulação com a Prioridade de Investimento 8.3., direcionada para o apoio à criação do próprio emprego ou a criação de postos de trabalho, complementar ao apoio ao investimento.	Investimento Produtivo: Número de empresas que recebem apoio	Postos de trabalho criados
9i	Promover o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais em especial de desempregados e desempregados com desvantagens necessitando de apoio particular para acesso ao mercado de trabalho e desenvolver iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social.	Pretende-se atuar, em primeiro lugar, ao nível da empregabilidade e do reforço das oportunidades para a integração socioprofissional de desempregados; e, em segundo lugar, ao nível das iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social. Assim, na primeira dimensão, pretende-se: i) preservar e melhorar as competências socioprofissionais dos desempregados, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho, com outros trabalhadores e atividades, uma vez que é unanimemente reconhecido pela generalidade dos estudos nesta área que quanto maior o tempo de afastamento do emprego, maior a dificuldade de retorno ao mesmo; ii) fomentar o contacto dos desempregados subsidiados e beneficiários do RSI (Rendimento Social de Inserção), evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e/ou marginalização; iii) fomentar atividades socialmente úteis, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais; iv) enquadrar pessoas desempregadas em atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, potenciando a sua reconversão profissional e tendo em vista a melhoria do seu perfil de empregabilidade e uma futura (re)integração no mercado de trabalho. Na segunda dimensão, pretende-se promover intervenções sociais inovadoras à escala territorial, atendendo à natureza multidimensional dos fatores que alimentam os riscos de exclusão. Estas iniciativas sociais inovadoras e/ou experimentais deverão permitir: i) mobilizar as comunidades locais na resolução dos seus desafios sociais; ii) implementar sólidas parcerias que envolvam um relevante leque de atores sociais; iii) otimizar os recursos sociais para territórios particularmente críticos sob o ponto de vista social.	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário  Projetos de inovação e experimentação	Participantes empregados 6 meses depois de terminada a participação em ações de trabalho socialmente necessário

Fonte: PO Centro 2020 (versão Dezembro).

Quadro 61 - Cenários GAL ADDLAP

Medida	Indicadores de realização	Cenário 1	Cenário 2	Indicadores de resultado	Cenário 1	Cenário 2
Medida 10.1 - Apoio à preparação de EDL	Montante de despesa pública - apoio preparatório	35.000	25.000			
Medida 10.2 - Apoio à realização de operações no âmbito das EDL	População rural abrangida por EDL	99.233	99.233	Criação de empregos em projetos apoiados	87	55
	Montante da despesa pública	313.478,08	3.172.968	Empresas apoiadas	52	44
1. Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas	Nº de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	0	32	Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	0	25%
	Montante de despesa pública	0	793.242	Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas explorações agrícolas	0	50%
	Montante de investimento elegível	0	1.586.484	Postos de trabalho criados	0	14
2. Pequenos investimentos na transformação e comercialização	Nº de unidades industriais apoiadas	0	11	Percentagem de unidades industriais apoiadas pelo apoio ao pequeno investimento	0	35%
	Montante de despesa pública	0	1.110.538,80	Peso da despesa pública para apoio ao pequeno investimento nas unidades industriais	0	50%
	Montante de investimento elegível	0	2.221.077,60	Postos de trabalho criados	0	19
3. Diversificação de atividades na exploração	Nº de explorações agrícolas apoiadas	3	5	Percentagem de explorações agrícolas apoiadas pela diversificação da atividade	38%	15%
	Montante de despesa pública	313.478,08	475.945,20	Peso da despesa pública para apoio a diversificação de atividades na exploração	52%	50%
	Montante de investimento elegível	597.406,27	951.890,40	Postos de trabalho criados	4	8

(continuação)

Medida	Indicadores de realização	Cenário 1	Cenário 2	Indicadores de resultado	Cenário 1	Cenário 2
4. Cadeias curtas e mercados locais	Nº de operações de cooperação/ promoção local entre os agentes de cadeia de abastecimento	0	4	Percentagem de explorações agrícolas apoiadas que participam na cooperação /promoção local entre os agentes da cadeia de abastecimento	0	10%
	Montante de despesa pública	0	317.296,80	Peso da despesa pública para apoio a cadeias curtas e mercados locais	0	50%
	Montante de investimento elegível	0	634.593,60	Postos de trabalho criados	0	6
5. Promoção de produtos de qualidade locais	Nº de operações apoiadas de promoção de produtos de qualidade locais	0	6	Percentagem de explorações agrícolas apoiadas ao abrigo de regimes de qualidade, mercados locais e de promoção de produtos de qualidade locais	100%	15%
	Montante de despesa pública	0	475.945,20	Peso da despesa pública para promoção de produtos de qualidade locais	100%	50%
	Montante de investimento elegível	0	951.890,40	Postos de trabalho criados	0	8
6. Renovação de aldeias	Nº de operações apoiadas para investimentos em infraestruturas de recreio / turismo	27,00	4	População que beneficia da melhoria de serviços/ infraestruturas	99.233	99.233
	Montante de despesa pública	1.547.025,01	543.524			
	Montante de investimento elegível	0	1.087.048			
Medida 10.3 Preparação e realização de atividades de cooperação	Nº de operações de cooperação apoiadas	3	0			
	Montante de despesa pública	154.507,27	0			
Medida 10.4 Apoio a custos de funcionamento e animação	Nº de participantes em formações	29	14			
	Montante de despesa pública	1.253.704,23	793.242			

(continuação)

Medida	Indicadores de realização	Cenário 1	Cenário 2	Indicadores de resultado	Cenário 1	Cenário 2
Fundo FEDER	Nº de operações apoiadas	49	4	Postos de trabalho criados	0	18
	Montante de despesa pública	3.054.287,99	543.524	Peso da despesa pública FEDER	0	50%
	Montante de investimento elegível	5.090.479,98	1.087.048	Percentagem de operações apoiadas no âmbito do FEDER	0	100%
Fundo FSE	Nº de operações apoiadas	26	20	Postos de trabalho criados	0	0
	Montante de despesa pública	2.118.214,82	1.666.807	Peso da despesa pública FSE	0	50%
	Montante de investimento elegível	2.824.286,43	3.333.614	Percentagem de operações apoiadas no âmbito do FSE	0	100%

**Quadro 62 - Distribuição dos Ateliês Temáticos Participativos pela Área de Intervenção**

Domínios Temáticos Participativos	Concelho	Data
Ateliê 1: Promover uma educação e cultura inovadoras, suportes de um território de conhecimento criativo e inteligente	Viseu	08-10-2014
Ateliê 2: Reinventar uma “nova economia” da terra, inovadora e sustentável	Vila Nova de Paiva	08-10-2014
Ateliê 3: Garantir uma "ruralidade" moderna, atrativa, inovadora e competitiva	São Pedro do Sul	07-10-2014
Ateliê 4: Dinamizar o trabalho em rede, dar ambição ao empreendedorismo	Oliveira de Frades	09-10-2014
Ateliê 5: Afirmar a sustentabilidade dos recursos naturais, dando valor às “marcas do território”	Vouzela	10-10-2014

**Quadro 63 - Pessoas Presentes por Atividade dos Parceiros**

Atividade	Nº de Pessoas	%
Associações, Clubes e Fundações (agricultores, ambiente, artes, artesãos, caça e pesca, criadores, cultural, desportiva, produtores, serviços, social)	20	33,9
Caixa de Crédito Agrícola	1	1,7
CLDS	2	3,4
Confraria de gastrónomos	3	5,1
Cooperativa agrícola	1	1,7
Empresários individuais (criador gado/pequeno produtor)	2	3,4
Empresas privadas	5	8,5
Empresas públicas	1	1,7
Agrupamentos de Escolas	1	1,7
Ensino profissional	1	1,7
Ensino superior	3	5,1
Igreja católica	1	1,7
Poder local / Sub-regional (CIM, municípios, redes municipais)	12	20,3
Poder central descentralizado (Centro Emprego, DRAPC, ERTC, ICNF)	6	10,2
<b>Total</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>

Figura 9 - Momentos de Trabalho nos Diferentes Ateliês



